

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ADRIANO COSTA LACERDA

**REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO SETOR TRITÍCOLA NO BRASIL E O
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BISCOITOS E MASSAS
ALIMENTÍCIAS**

Francisco Beltrão, Fevereiro de 2017.

ADRIANO COSTA LACERDA

**REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO SETOR TRITÍCOLA NO BRASIL E O
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BISCOITOS E MASSAS
ALIMENTÍCIAS**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Geografia-nível Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão.

Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio

Francisco Beltrão, Fevereiro de 2017.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOCTORADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

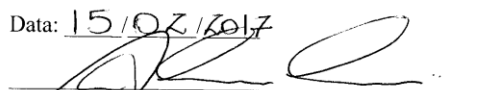
REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO SETOR TRITÍCOLA NO BRASIL E O
DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE BISCOITOS E MASSAS
ALIMENTÍCIAS

Autor: Adriano Costa Lacerda

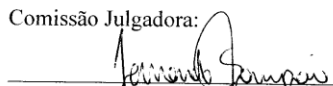
Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio

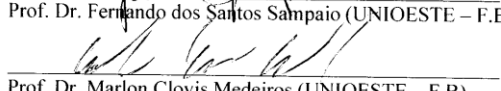
Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por Adriano Costa Lacerda e
aprovada pela comissão julgadora.

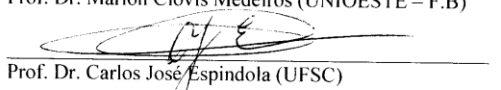
Data: 15/02/2017


Adriano Costa Lacerda

Comissão Julgadora:


Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)


Prof. Dr. Carlos José Espindola (UFSC)

Francisco Beltrão - PR
2017

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas - UNIOESTE – Campus Francisco Beltrão

Lacerda, Adriano Costa
L131r Reestruturação espacial do setor tritícola no Brasil e o desenvolvimento do mercado de biscoitos e massas alimentícias. / Adriano Costa Lacerda. – Francisco Beltrão, 2017.

115 f.

Orientador: Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, 2017.

1. Trigo. 2. Alimentos - Indústria. 3. Agroindústria. I. Sampaio, Fernando dos Santos. II. Título.

CDD – 338.17311

Sandra Regina Mendonça CRB – 9/1090

Dedicatória

*A Kellyn, Pedro e Victor,
pelo apoio e compreensão.*

Agradecimento

Ao Professor Dr. Fernando dos Santos Sampaio pela orientação irrestrita e pela acolhida incondicional em Francisco Beltrão. Por sua dedicação ao ensino da Geografia.

Ao Professor Dr. José Carlos Espíndola por me apresentar Francisco Beltrão como possibilidade de Mestrado e pelas contribuições durante a qualificação.

Ao professor Dr. Marlon Clovis Medeiros por sua atenção e incentivo. Pelas sugestões e participação na banca de qualificação.

Ao Professor Dr. Ricardo Carvalho Leme pela leitura atenta e pelas contribuições durante a banca de qualificação.

Aos colegas de Mestrado da UNIOESTE Juvenir Melo, Eduarda e Gabriela pela companhia em Francisco Beltrão. Ao colega João Bandeira por me receber em Francisco Beltrão. Ao colega de Mestrado da UFSC, Leonardo Bacarin, pelo diálogo a respeito da Geografia.

Aos funcionários da UNIOESTE - Francisco Beltrão. A Andreia Zuchelli Cucchi, assistente de coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNIOESTE - Francisco Beltrão, por sua atenção e dedicação ao programa.

A CAPES pela concessão da bolsa de pesquisa.

Quando estuda esses processos, o populista chega habitualmente a conclusões moralizantes, não considera os diversos grupos que participam da produção como criadores desta ou daquelas formas de vida e não se coloca como objeto a apresentação de todo o conjunto das relações econômicas e sociais como resultante das relações existentes entre esses grupos, cujos interesses e papéis históricos são diferentes [...].

Vladmir Ilitch Lênin

RESUMO

A partir de 1990, surge um novo cenário, tanto para a produção tritícola, quanto para a indústria de derivados de trigo no Brasil. Os resultados dos desafios impostos ao setor levaram a indústria de biscoitos e massas alimentícias a se reestruturar, atingindo um crescimento expressivo em vendas nas últimas duas décadas, rebatimento, tanto, da ampliação do consumo no mercado interno, quanto da expansão da oferta via diversificação e diferenciação de produtos. Este setor contou ainda com a ampliação das vendas para o mercado externo, sobretudo a partir de 2003, período no qual apresenta crescimento quanto suas exportações. Este trabalho busca a compreensão das transformações ocorridas na Cadeia Agroindustrial Tritícola, dando ênfase à indústria de biscoitos e massas alimentícias no Brasil. Diante do proposto buscou-se identificar e analisar os principais fatores que, a partir da década de 1930, atuaram no desenvolvimento do setor e de sua reestruturação recente e impactaram sobre a dinâmica espacial, tanto produtiva, quanto de seus mercados. Considera-se para tanto, como elemento das múltiplas determinações presentes nesta pesquisa: o Estado, as mudanças políticas e institucionais, produção agrícola de trigo, as alterações no padrão de consumo e renda da sociedade, às estratégias empresariais do setor, fusões e aquisições, ampliação do mercado interno e as exportações.

Palavras-chave: Trigo, Indústria de alimentos, Biscoitos e Massas, estratégia empresarial, exportações.

SPATIAL RESTRUCTURING OF THE TRICHICULTURE INDUSTRY IN BRAZIL AND THE DEVELOPMENT OF THE MARKET FOR BISCUITS AND PASTAS

ABSTRACT

Starting in 1990, a new scenario emerges, both for triticale production and for the wheat derivatives industry in Brazil. The results of the challenges posed to the sector have led the biscuit and pasta industry to restructure, achieving a significant growth in sales in the last two decades, both the expansion of consumption in the domestic market and the expansion of supply through diversification and Product differentiation. This sector also had an increase in sales to the foreign market, especially since 2003, a period in which it has increased its exports. This work seeks to understand the transformations that occurred in the agribusiness manufacturing Chain, emphasizing the biscuit and pasta industry in Brazil. In view of the proposal, we sought to identify and analyze the main factors that, since the 1930s, have played a role in the development of the sector and its recent restructuring and have impacted on the spatial dynamics, both productive and markets. To that end, it is considered as an element of the multiple determinations present in this research: the state, political and institutional changes, wheat production, changes in the pattern of income consumption in society, business strategies in the sector, mergers and acquisitions, Expansion of the domestic market and exports.

Keywords: Wheat, Food industry, Biscuits and Pasta, business strategy, exports.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Principais países importadores de trigo no mundo – 1960 a 2013.....	30
Gráfico 02 – Evolução da venda de Biscoitos e bolachas no Brasil – Indústria – 2005 a 2014	72
Gráfico 03 – Exportações de Massas alimentícias 2014	95

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Distribuição espacial dos moinhos de trigo no Brasil em 2014	57
.....	
Mapa 02 – Principais destinos das exportações brasileiras de Biscoitos 2014.....	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Trajetória das principais Indústrias de Biscoitos e Massas Alimentícias – Brasil.....	77
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – União Europeia e principais países produtores de trigo no mundo – 2012 a 2014	28
Tabela 02 - Participação % dos países no volume das importações brasileiras de Trigo – 2002 a 2010	31
Tabela 03 – Principais fornecedores de trigo para o Brasil – 2011 a 2013	32
Tabela 04 – Venda de Biscoitos no mundo – Período de 2011 a 2015 – U\$ Bilhões	33
Tabela 05 – Consumo de Biscoitos no mundo <i>per capita</i> KG/Ano – 2015	34
Tabela 06 – Venda de Massas Alimentícias no mundo – Período de 2011 a 2015 – U\$ Bilhões	34
Tabela 07 – Consumo de Massas Alimentícias no mundo - <i>per capita</i> KG/Ano – 2015..	35
Tabela 08 – Produção de trigo e área plantada no Brasil – 1923 a 2002.....	44
Tabela 09 – Área plantada de trigo nas três principais regiões produtoras – Brasil 1977 – 2014	49
Tabela 10 – Produção de trigo nas três principais regiões produtoras no Brasil –1977 – 2014	52
Tabela 11 – Moagem de trigo no Brasil - ESTADO/REGIÃO – 2014.....	54
Tabela 12 – Estimativa de Moinhos em atividades no Brasil – 2014.....	55
Tabela 13 – Consumo <i>per capita</i> de Massas Alimentícias e Biscoitos Período 2011 a 2015	59
Tabela 14 – Exportações e importações de Massas, Biscoitos e Pães no Brasil – 1992 a 1996	65
Tabela 15 – Produção Nacional de Trigo e Importação Período de 1989 a 2013	66
Tabela 16 – Receita total da indústria de alimentos – Brasil 1996 a 2013	69
Tabela 17 – Ranking dos principais setores – Indústria de produtos alimentares no Brasil Período 2010-2014	70
Tabela 18 – Vendas de Biscoito - Brasil (R\$ Bilhões) Período 2011 a 2015.....	73
Tabela 19 – Principais movimentos patrimoniais na indústria do trigo no Brasil – Período 1985 a 1994	81
Tabela 20 – Participação de mercado em Faturamento – Biscoitos - Brasil – 2014	82
Tabela 21 – Participação de mercado em Faturamento – Massas alimentícias Brasil – 2014	83

Tabela 22 – Movimentos patrimoniais na indústria de Biscoitos e Massas no Brasil – Período 2000 a 2016	84
Tabela 23 – Biscoitos - Exportações (US\$ FOB) - Brasil 2010 a 2014	90
Tabela 24 – Biscoitos - Exportações (KG) – Brasil 2010 a 2014.....	90
Tabela 25 – Exportações brasileiras de Bolachas e biscoitos, adicionados de edulcorante – Período 2002 a 2015	91
Tabela 26 – Exportações brasileiras de Waffles e Wafers Período de 2002 a 2014	92
Tabela 27 – Exportações de Massas Alimentícias - (US\$ FOB) – Brasil Período de 2010 a 2014	94
Tabela 28 – Exportações brasileiras de Massas Alimentícias – Kg Período - 2010 a 2014	94
Tabela 29 – Exportações de outras massas alimentícias (não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo) – Período 2002 a 2014	95
Tabela 30 - Exportação Brasileira de Biscoitos para os 10 Principais destinos – 2014 ...	99
Tabela 31 – Destinos das exportações brasileiras de Biscoitos - Waffles e Wafers Ano – 2002	100
Tabela 32 – Destino das exportações brasileiras de Biscoitos - Waffles e Wafers - Ano 2014	101
Tabela 33 – Destino das exportações brasileiras de Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes Biscoitos – 2002	102
Tabela 34 – Destino das exportações brasileiras de Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes – 2014	103
Tabela 35 – Exportações Brasileiras de Massas Alimentícias 2014 –10 Principais Destinos	104

LISTA DE SIGLAS

- ABIA** – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação
- ABIMAPI** – Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias, Pães e Bolos Industrializados.
- ABITRIGO** – Associação Brasileira das Indústrias de Trigo
- APEX/Brasil** – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CAI** – Complexo Agroindustrial
- CAT** – Complexo Agroindustrial Triticola
- CNAE** – Classificação Nacional de Atividade Econômica
- CTRIN** – Comissão para Compra do Trigo Nacional
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- FAO** – *Food and Agriculture Organization*
- MERCOSUL** – Mercado Comum do Sul
- MIDC** – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
- PIN** – Plano de Integração Nacional
- PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento
- SECEX** – Secretaria de Comércio Exterior
- SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- SUNAB** – Superintendência Nacional de Abastecimento
- USDA** – *United State of Department Agriculture*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	24
1.1 Desenvolvimento e importância da produção tritícola	24
1.2 Panorama da produção tritícola no mundo	28
1.3 Síntese e Conclusão do Capítulo I.....	36
CAPÍTULO II	38
2.1 Desenvolvimento do setor tritícola no Brasil	38
2.2 Contexto histórico da Produção agrícola e do processamento de trigo no Brasil	40
2.3 Distribuição espacial da produção de trigo no Brasil	48
2.4 Importações de <i>commodities</i> agrícolas e os efeitos sobre a produção de trigo	53
2.5 Síntese e Conclusão do Capítulo II.....	60
CAPÍTULO III	64
3.1 A abertura econômica e a cadeia produtiva do trigo a partir da década de 1990	64
3.2 Reestruturação produtiva e a evolução do comércio de Biscoitos e Massas.....	68
3.3 Os movimentos de fusões e aquisições na indústria de Biscoitos e Massas.....	81
3.4 Síntese e Conclusão do Capítulo III	87
CAPÍTULO IV.....	89
4.1 Panorama geral das exportações de Biscoitos e Massas Alimentícias	89
4.2 As exportações de Massas Alimentícias.....	93
4.3 A política externa da última década e seus rebatimentos nas exportações de derivados de Biscoitos e Massas Alimentícias	95
4.4 Síntese e Conclusão do Capítulo IV	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

INTRODUÇÃO

A indústria de derivados de trigo no Brasil tem se tornado cada vez mais pujante dentro do conjunto da indústria de alimentos. Atualmente seus produtos encontram-se como o quinto grupo de alimentos mais consumidos no país. Este setor passou da total regulação por parte do Estado, no período compreendido entre 1960 e 1990, quando as políticas visavam garantia do abastecimento de alimentos para a população, à abrupta desregulamentação pela implantação de políticas neoliberais a partir da década de 1990, através da abertura de mercado, valorização cambial de nossa moeda, além do fim ou redução de alíquotas de importação de diversos setores, fatores que somados impactaram, de forma negativa, diretamente sobre a produção industrial nacional. Esta situação criou um novo cenário, tanto para a produção tritícola, quanto para a indústria de derivados de trigo. A conjuntura que se apresentou para a indústria nacional e consequentemente para nossa economia exigiu do setor uma reestruturação produtiva, que fosse capaz de romper com o atraso preexistente na cadeia agroindustrial tritícola e que a tornasse uma indústria moderna, dinâmica e competitiva.

Os resultados destes desafios impostos ao setor levaram a indústria de derivados de trigo a atingirem um crescimento expressivo em vendas nas últimas duas décadas. Isso se ocorreu tanto pela ampliação do consumo no mercado interno e da expansão da oferta via diversificação e diferenciação de produtos, quanto pela ampliação do mercado externo ao longo dos anos 2000. No decorrer desta década a cadeia agroindustrial tritícola consolida-se com uma nova estrutura, tornando o elo industrial deste setor altamente desenvolvido e em consonância com as indústrias mais modernas do mundo neste segmento.

Os derivados de trigo no Brasil atingiram nos últimos quatro anos um crescimento, em faturamento líquido, de aproximadamente 49%, partindo em 2010 de R\$ 19,9 Bilhões para atingir em 2014 a cifra de R\$ 29,5 Bilhões (ABIA, 2015). O Brasil atualmente encontra-se como o segundo maior fabricante de biscoitos do mundo (APEX/Brasil) e o segundo maior mercado mundial de varejo para biscoitos, atingindo em 2014 a marca de U\$ 9,9 bilhões em vendas, ocupando a quinta colocação em volume de vendas no mundo. A participação das camadas de baixa renda no consumo tem se tornado preponderante, o consumo pertencente ao estrato¹ C da sociedade,

¹ Esta classificação refere-se a grupos populacionais divididos por níveis de renda familiar diferenciada, sendo o estrato “A” com renda média acima de 20 salários mínimos, “B” entre 10 e 20 salários mínimos,

estrato de renda que em média, contempla 46% das vendas, enquanto os estratos “E” e “D” contemplam juntos 36% (ABIMAPI, 2015).

No setor de massas, onde o Brasil ocupa a 9^a colocação em consumo *per capita* no mundo, ocorreu um crescimento em faturamento de aproximadamente 34% passando de R\$ 6,119 para R\$ 8,280 bilhões no período entre 2011 e 2015.

As vendas de biscoitos ao mercado externo somaram no ano de 2014 a cifra de U\$ 96,359 milhões, produto que apresenta maior valor agregado para os derivados de trigo, enquanto as vendas de massa atingiram U\$ 25,956 milhões (MIDC, 2016).

Embora o setor possua um grande número de parceiros comerciais, os principais destinos para as exportações de biscoitos encontram-se no bloco de países africanos com destaque para Angola, atualmente o principal consumidor mundial dos biscoitos brasileiros com U\$ 27,785 milhões em biscoitos exportados no ano de 2014 para este país, colocando os Estados Unidos, em segundo lugar quanto destino para nossas exportações, com U\$ 18,143 milhões.

Com número menor de destinos, o mercado externo de massas alimentícias encontrou em 2014 seu principal parceiro comercial na Venezuela, atingindo U\$ 18,032 milhões em vendas, mantendo novamente os Estados Unidos em segundo lugar quanto ao destino para nossas exportações de massas, com U\$ 2,118 milhões.

Enquanto a ampliação do mercado interno de biscoitos encontra-se amparada pelo crescimento da renda *per capita* dos estratos inferiores de renda, apresentando uma maior diversificação quanto à oferta, o setor de massas alimentícias possui situação diferente, ampliando-se em faturamento, porém mantendo níveis de consumo sem crescimento. O consumo médio *per capita* deste produto manteve-se no período entre 2010 e 2014 próximo a 6 kg/ano (ABIMAPI, 2015), apresentando assim maior desafio à indústria correlata.

Tendo como premissa para a análise o desenvolvimento de um setor industrial dentro de um processo histórico, econômico e social, utiliza-se como referencial teórico o conceito de Formação Social e Econômica, proposto por Lênin (1894), e desenvolvida como Formação Sócio Espacial, por Milton Santos (1977) em seu trabalho Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método, tornando-o conceito caro à Geografia.

“C” de 04 a 10 salários mínimos, “D” de 02 a 04 salários mínimos e “E” até 02 salários mínimos. Dados estabelecidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE.

Assim, pelo processo de desenvolvimento histórico busca-se compreender as transformações relacionadas ao objeto de pesquisa, na perspectiva de que:

[...] nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma e marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais [...] as formações econômicas e sociais não podem ser compreendidas senão no quadro de um movimento totalizador, no qual todos os seus elementos são variáveis que interagem e evoluem juntas, submetidas a lei do todo (SANTOS, 1977. p. 84) . .

Considerando que o conceito de formação social contempla uma “estrutura técnico-produtiva expressa geograficamente por certa distribuição de atividades de produção” (SANTOS, 1977. p. 87), cabe descrever estas estruturas sob as diferentes determinações sociais relacionadas a cada tempo e espaço.

Quanto às bases teóricas que abordam o papel do imigrante na formação da indústria nacional, a pequena produção mercantil e sua posterior ascensão à indústria nascente amparam-se nos trabalhos de Mamigonian (1962[2005]), bem como seus estudos quanto as Teorias sobre a Industrialização Brasileira (2000).

Quanto ao processo de desenvolvimento da economia Brasileira, apropria-se do referencial desenvolvido por Ignácio Rangel, uma vez que suas análises contemplam as múltiplas relações necessárias para a compreensão da construção de nosso edifício industrial. Entre seus estudos destacam-se as análises sobre a economia nacional e seus ciclos e médios (1982 e 1983) e Ciclo, Tecnologia e Crescimento (1982) onde busca relacionar o efeito das crises mundiais sobre os diferentes fatores que envolvem nossa economia e sociedade.

Como referência para o estudo dos processos de transformação das empresas, buscando analisar o desenvolvimento tecnológico e o papel da inovação dentro do “caráter evolutivo do processo capitalista”, utiliza-se as leituras de Joseph Schumpeter, em Teoria do Desenvolvimento Econômico (SCHUMPETER, 1912) e Capitalismo, Socialismo e Democracia (SCHUMPETER, 1942), a fim de evidenciar os elementos presentes na empresa capitalista e que produzem o seu funcionamento e do próprio sistema, considerando que:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista, procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. (SCHUMPETER, 1942. p.110)

A análise do objeto de pesquisa, a luz das teorias propostas por Schumpeter (1912; 1942), nos dão uma “ideia muito mais vívida e realística da estratégia industrial imaginando o comportamento de novas empresas e indústrias que introduzem mercadorias e métodos novos [...] ou reorganizam parcial ou totalmente uma indústria”. (1942, p. 116).

Sob o caráter das estratégias empresariais como elemento central na mudança de estrutura, crescimento e competitividade das empresas, utilizam-se os trabalhos de Chandler (1962; 1977; 1990). Em Chandler a transição da empresa simples para a empresa moderna industrial, apresentado através de sua história institucional, aparece como fator importante para a análise de seu desempenho e compreensão de suas estratégias dentro do sistema capitalista:

O principal objetivo desta história institucional deve ser, pois averiguar e explicar como e porque a instituição cresceu incorporando novas unidades – que tinham diferentes atividades econômicas operantes em diferentes regiões geográficas e lidavam com diferentes linhas de produto. (CHANDLER, 1990, p. 307)

Neste sentido, Chandler (1990) contribui para a compreensão dos motivos que levam a indústria moderna a realizar seus investimentos rumo a um crescimento constante dos fatores de produção e disputa concorrencial que leva a concentração produtiva e centralização de capital, elementos preexistentes no objeto de pesquisa.

No que tange as análises sobre o CAT (Complexo Agroindustrial Triticola), foram analisados diferentes trabalhos sobre o setor tritícola e sua cadeia, como Silva (1992), Kirschner (2003) e Brum (1988; 2005) que realizam um resgate tanto da formação e desenvolvimento do setor tritícola no Brasil, quanto do processamento primário e produção de seus derivados, relacionando diferentes interferências do Estado sobre este. Entretanto o objetivo deste trabalho é apresentar, ainda que de forma sucinta, novos elementos que constituem a dinâmica recente da indústria de derivados de trigo, como biscoitos e massas alimentícias, sobretudo quanto às estratégias competitivas que

ocorreram a partir dos anos 2000 em paralelo a mudança no padrão de renda de diferentes estratos da sociedade e consequente ampliação do consumo. Estas transformações exigiram dos setores produtivos mudanças em suas estratégias, tanto no que tange os processos, quanto em seus produtos.

Ainda neste sentido, buscou-se analisar a inserção desta indústria no mercado externo através das exportações, no qual apresenta uma trajetória de crescimento exponencial, quadro que exige incluir na análise o papel do Estado atuando na formação do mercado interno e da estruturação industrial, as instituições e suas políticas externas.

Foram utilizadas como metodologia de pesquisa as referências de análise da Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos e Massas (ABIMAPI), na qual referencia suas pesquisas na seleção de determinados grupos de produtos a partir da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) oferecido pelos órgãos de pesquisa e regulação do Governo, além da Utilização das informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC quanto às exportações, bem como na base de dados da *Food and Agriculture Organization* – FAO e *United State Departament of Agriculture* - USDA. Além das bases de dados e das informações, foram utilizadas as análises setoriais do BNDES e PENSA² como aporte bibliográfico para o desenvolvimento da pesquisa. Como forma de preencher as lacunas deixadas pela análise bibliográfica, buscou-se realizar visitas técnicas a diferentes indústrias do setor, buscando dados empíricos que trouxessem novos elementos ao referencial analisado.

Estrutura da dissertação

A partir das referências e dos dados empíricos coletados o trabalho será exposto em quatro capítulos, além desta introdução e da conclusão. Assim, diante da proposta de estrutura do trabalho, o primeiro capítulo traz um resgate da importância da produção de trigo no mundo, apresentando a evolução da produção tritícola e de sua cadeia como rebatimento do desenvolvimento das sociedades modernas. Neste sentido aborda a mudança dos hábitos alimentares associada à transição do modo de produção no seio da revolução industrial na Inglaterra, as mudanças no modo de vida rural para um modo de

² Centro de Conhecimento em Agronegócio do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP.

vida urbano que impactaram em novos padrões de consumo pela sociedade. Ainda busca retratar, de forma sintética, o desenvolvimento de técnicas que garantissem o abastecimento deste cereal. Diante deste processo, apresenta-se um panorama geral da produção de trigo no mundo, os principais países exportadores e importadores, bem como os dados sobre os principais mercados consumidores de Biscoitos e Massas Alimentícias e a posição do Brasil neste cenário mundial.

O segundo capítulo aborda o desenvolvimento do setor tritícola no Brasil, relacionando as mudanças no pacto de poder ocorrido a partir de 1930 com a cadeia produtiva do trigo no qual visavam garantia do abastecimento interno de alimentos em um país que rumava para um processo de industrialização e urbanização. Assim, as leis que surgem através das políticas e as instituições, acabam por ter papel fundamental sobre a dinâmica do setor e sua distribuição espacial no Brasil. Considera-se neste capítulo que embora tais leis buscassem, de forma geral, dinamizar a produção, ao longo da história encontramos alternância entre interesses internos e externos, criando ora ciclos de estímulo, ora de retração para diferentes elos da cadeia produtiva.

O incentivo a produção interna, a mecanização do campo e a pesquisa sobre o trigo dão lugar à importação de grãos, a regulamentação do setor e a sua estagnação produtiva, desencadeando no decorrer da década de 1980 na desintegração gradativa das políticas sobre o trigo, expondo toda a cadeia produtiva a concorrência internacional nos anos de 1990, período que irá dar início a uma série de reestruturações dentro da cadeia agroindustrial do trigo.

O terceiro capítulo retrata a fase mais recente do setor, a partir dos anos 1990, analisando os impactos sofridos pela cadeia produtiva frente às novas políticas econômicas implantadas no Brasil. A penetração acentuada, tanto de *commodities* agrícolas, quanto de alimentos processados, associada a uma estabilização da moeda e a uma ampliação do consumo interno de alimentos, ocasionou a elevação da receita da indústria de alimentos no Brasil. Estes elementos são utilizados como base para a análise das reestruturações pelo qual o setor dá início a partir de então. Neste capítulo as estratégias empresariais são evidenciadas como fator de concorrência oligopólica entre grupos empresariais de capital nacional e estrangeiros na ampliação e conquista de novos mercados, bem como, de melhores posições quanto à participação em vendas. Este conjunto de ações contempla desde integrações verticais e horizontais na indústria, passando por estratégias de diversificação e diferenciação de produto e processos, chegando às fusões e aquisições, no qual conduziram o setor a um oligopólio altamente

competitivo. Neste processo observamos as mudanças espaciais quanto à atuação destes grupos em novas plantas produtivas e mercados consumidores de diferentes escalas, alterando a atuação específica em mercados regionais, para uma ação maior sobre o mercado nacional e internacional.

O quarto capítulo retrata um panorama geral das exportações nacionais de biscoitos e massas alimentícias, apresentando através de diferentes dados o crescimento contínuo das exportações deste setor entre 2002 e 2014. O capítulo apresenta os principais destinos para exportação, apontando a mudança de direção quanto aos países consumidores de nossos produtos, mostrando com isso uma mudança de eixo nas exportações brasileiras de biscoitos e massas alimentícias. Apresenta-se ainda um resgate da política internacional do período, onde se percebe um alinhamento entre a política externa brasileira e a direção das exportações analisadas, destacando assim, uma das formas de atuação do Estado sobre uma estrutura produtiva competitiva. Aqui se evidencia a presença relevante de países africanos, sobretudo Angola, o papel da América do Sul, com destaque para a Venezuela, além da ampliação e consolidação de parceiros tradicionais quanto aos fluxos comerciais brasileiros.

Capítulo I

1.1 Desenvolvimento e importância da produção de trigo

O trigo tornou-se ao longo da história humana um dos mais importantes cereais dentro do grupo de alimentos básicos, juntamente com o arroz e o milho, alimentos estes que auxiliaram no desenvolvimento das sociedades mais antigas até as atuais, uma vez que:

Os mesmos três alimentos que sustentaram as primeiras civilizações continuam sendo os fundamentos da existência humana: trigo, arroz e milho ainda fornecem a maior parte das calorias consumidas pela raça humana (STANDGE, 2010, p. 25).

O consumo de determinados alimentos na dieta da população sempre esteve associada ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, em cada período e em diferentes regiões do mundo. O consumo de trigo na Inglaterra no século XIX aumentou significativamente. A ascensão de algumas camadas da sociedade permitiu o acesso ao pão branco de melhor qualidade em relação ao pão preto produzido com centeio, ocasionando a mudança no hábito alimentar pela renda (STANDGE, 2010). Este processo ocorria no seio da Revolução Industrial, um fenômeno tanto tecnológico quanto de mudança nas relações sociais de produção.

Neste sentido, e como parte do processo de transição, enorme parcela da sociedade era obrigada a deixar o campo e a sua produção artesanal³ para migrar para cidade, que, cada vez mais, absorvia mão de obra pela indústria nascente⁴. Esta sociedade dependia de alimentos básicos, que seriam, cada vez mais, fornecidos pelo mercado e adquirido em diferentes partes do mundo.

Na segunda metade do século XIX, as importações de trigo pela Grã-Bretanha aumentaram muito, especialmente depois que a construção de estradas de ferro nos Estados Unidos facilitou o transporte de trigo das Grandes Planícies para os portos da Costa Leste. Enquanto isso, dentro da Grã-Bretanha, a mudança da agricultura para a indústria se acelerou. A área de terra sob cultivo e o tamanho da força de trabalho agrícola entraram ambos em declínio nos anos 1870. Em 1900, 80% do trigo, o item alimentar

³ Dobb (1988[1946])

⁴ Conforme Lênin (1982 [1889],p.15), “a formação de centros industriais, seu número crescente e a atração que exercem sobre a população não podem deixar de exercer a mais profunda influência em todo o sistema rural, não pode deixar de suscitar o crescimento da agricultura mercantil e capitalista”.

básico da Grã-Bretanha, estava sendo importado, e a parcela da força de trabalho dedicada à agricultura caíra a menos de 10% (STANDGE, 2010, p. 95).

Neste sentido, o trigo passa a ganhar atenção, na história recente de nosso desenvolvimento, sobretudo pela questão central, quanto à garantia de segurança alimentar, uma vez que este cereal é um alimento básico, justificando assim a importância do desenvolvimento de pesquisa quanto à produção de trigo, fator que elevou a produção em diferentes regiões e garantiu o abastecimento alimentar para as sociedades mais desenvolvidas.

A criação de grandes mercados exigiu a aplicação de novas técnicas que garantiriam o abastecimento, sobretudo, dos pequenos grãos, e provocando mudanças, tanto no processo de trabalho, quanto na produtividade do trabalho (WILKINSON, 1990).

Na busca por um aumento da produtividade de trigo, encontramos o desenvolvimento da indústria de fertilizantes, através do uso de nitrogênio⁵. Este processo foi evidenciado ainda nos anos de 1897 e suas pesquisas aprofundadas a partir do início do século XX.

Para a Inglaterra, havia se tornado uma questão crucial encontrar formas de aumentar a produtividade do trigo, uma vez que, diferente das grandes áreas agricultáveis dos Estados Unidos da América, a Inglaterra não possui grandes áreas de terras aráveis disponíveis, restando assim o uso de nitrogênio como medida para a elevação da produtividade do trigo, espécie de cereal que necessitava principalmente deste elemento para se desenvolver (STANDGE, 2010). Vale ressaltar que esta era uma preocupação também da Alemanha na época, e que acabou por desencadear importantes pesquisas quanto à produção de nitrogênio e consequentemente contribuição para o desenvolvimento posterior da indústria de fertilizantes.

Assim, paralelo à história do desenvolvimento da produção de trigo, encontramos também a trajetória e o desenvolvimento da indústria de implementos agrícolas. A produção de pequenos grãos nos Estados Unidos da América foi favorecida

⁵ Além da busca na ampliação do uso de nitrogênio na produção, a Inglaterra havia ampliado em muito a sua importação de guano vinda do Peru no século XIX, como também, a partir da segunda metade daquele século diferentes inovações passaram a serem utilizadas no campo (HOBBSAWM, 1978 [2003]).

pela mecanização que surge no final do século XIX e se efetiva nos primeiros anos pós a Primeira Guerra Mundial com o motor a combustão⁶.

Embora tratemos aqui de forma resumida esta temática ampla e rica, do ponto de vista do desenvolvimento das sociedades, que é a agricultura e seus elos, o que se busca apresentar é o papel do trigo na trajetória do desenvolvimento de diferentes elos de sua cadeia produtiva, bem como sua relação com o próprio desenvolvimento da sociedade, no que tange a importância do trigo como alimento básico para a reprodução da força de trabalho.

No processo de desenvolvimento econômico, os países buscam a garantia de segurança alimentar, sobretudo, durante os períodos de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade cada vez mais industrial e urbana. Assim o desenvolvimento das forças produtivas, entendidas como o conjunto de máquinas e homens, vai ao encontro das necessidades básicas que assegurem a reprodução da força de trabalho. As contradições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo impuseram uma corrida pela ampliação da produção agrícola no mundo, não mais baseada na força do trabalho, mas sim na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias poupadoras de mão de obra, como a mecanização do campo e a aplicação de fertilizantes, através do desenvolvimento da indústria química. Estes fatores não só promoveram o que viria a ser a chamada revolução verde, como também disponibilizaram uma maior oferta de alimentos a preços mais acessíveis à sociedade.

Ora, ao passo que os acontecimentos nos países desenvolvidos acabam por produzirem rebatimentos também nos países em desenvolvimento, a trajetória quanto à produção de trigo no Brasil encontra semelhanças no processo universal, embora através de um processo de desenvolvimento desigual e combinado⁷.

O Brasil possuía uma produção trigo insuficiente, desde o final do século XIX a demanda foi suprida pela importação, embora a preocupação com tal condição de dependência conduziu, após a Primeira Guerra Mundial como ocorrido no estrangeiro, a

⁶ “No caso dos tratores, por exemplo, o número em uso nas fazendas americanas subiu de 240 mil em 1920 para 1,6 milhão em 1940, 3,4 milhões em 1950 e alcançou o pico de 4,9 milhões em 1965 antes de declinar ligeiramente para 4,4 milhões em 1975” (WILKINSON, 1990. p. 20).

⁷ Segundo Fresca (2010) ao abordar o conceito de desenvolvimento desigual e combinado, proposto por TROTSKY (1982), considera-se que “Este conceito tem uma dimensão espacial, que na análise geográfica pode se traduzir em análises sobre regionalização, desigualdade do desenvolvimento entre nações, entre setores da economia de um país, entre redes urbanas, etc.” (FRESCA, 2010. p. 119).

uma mecanização, ainda que incipiente de nossa agricultura⁸, e posteriormente ao incentivo quanto ao desenvolvimento de pesquisas para o melhoramento genético⁹. Conjunto de ações que buscavam a expansão da produção nacional de trigo.

Porém, foi no período do segundo pós-guerra, que o acesso ao pacote tecnológico, oferecido pelos Estados Unidos da América à periferia, teve início. Esta oferta atendia a dois interesses, o nacional de produzir trigo e o norte-americano de vender suas máquinas e insumos agrícolas (HASSE, 2011).

Ao cabo, o trigo de certa forma, foi o responsável por abrir o campo, a partir da região Sul, para desenvolvimento da agricultura aos moldes da mecanização e da pesquisa genética que surgia, e que posteriormente daria lugar às demais culturas, a exemplo da soja, na qual iria favorecer a implantação, sobretudo a partir de 1970, de fatores de produção mais modernos e eficientes, ampliando a reprodução do capital, via aprofundamento do capitalismo no campo¹⁰. Quadro que iria ao encontro de um período onde o Brasil muda seu perfil populacional, ou seja, sua população deixava de ser majoritariamente rural para se tornar cada vez mais urbana, ampliando o mercado interno, a necessidade da produção de alimentos e alterando o padrão de consumo da sociedade.

Este conjunto de determinações históricas conduziu a uma produção cada vez mais ampla de trigo, acompanhando uma demanda em crescimento, e criando um amplo mercado mundial para as exportação e importação, tanto de grãos, quanto de alimentos industrializados derivados do trigo.

⁸ Um decreto de 1918 instituía prêmios em máquinas agrícolas proporcional ao plantio de trigo de qualidade, posteriormente, em 1949, ocorre isenção das tarifas de importação de máquinas agrícolas e para a indústria moageira (SILVA, 1992).

⁹ Além do decreto que determinava a criação de várias estações experimentais de trigo no Brasil (SILVA, 1992), em 1938 já havia pesquisas do Ministério da Agricultura brasileiro junto à universidade de Minissota (1944/1946) na busca por espécies de sementes mais resistentes, estas pesquisas envolviam a parceria com Norman Bourlag, posteriormente, prêmio Nobel da Paz pelas conquistas genéticas responsáveis pela Revolução Verde (HASSE, 2011).

¹⁰ Segundo Gonçalves (1994) é na década de 1970 que o Brasil consolida o modelo de agricultura americana, implantado através do II PND, do crédito subsidiado para insumos e máquinas e do desenvolvimento da moderna indústria de processamento.

1.2 A produção de trigo no mundo e a posição do Brasil

Segundo dados da FAO, a produção mundial de trigo no ano de 2014 foi de aproximadamente 728,9 milhões de toneladas¹¹, sendo que, conforme a Tabela 01, os dez principais países produtores de trigo foram responsáveis por 610,2 milhões de toneladas de trigo, concentrando aproximadamente 84% da produção total de trigo no mundo. Embora a União Europeia apareça como primeira colocada na produção de trigo no mundo considera-se que esta representa um grupo de 28 países ou estados-membros, assim podemos ainda concluir que, como país, a primeira colocação pertence a China, com uma produção de 126,2 milhões de toneladas para o ano de 2014.

Tabela 01. União Europeia e principais países produtores de trigo no mundo – 2011 a 2014

União Europeia/ País	Produção anual - Milhões/Ton.			
	2011	2012	2013	2014
União Europeia	138,7	136,4	144,2	157,2
China	117,4	121	121,9	126,2
Índia	86,8	94,8	93,5	94,4
Rússia	56,2	37,7	52	59,7
Estados Unidos	54,4	61,6	57,9	55,3
Austrália	27,4	29,9	22,8	25,3
Canadá	25,2	27,2	37,5	29,2
Paquistão	25,2	23,4	24,2	25,9
Ucrânia	22,3	15,7	22,2	24,1
Cazaquistão	22,7	9,8	13,9	12,9
Total	576,3	557,5	590,1	610,2

Fonte: FAO (2016). Elaborado pelo autor.

A situação do Brasil quanto sua produção de trigo, encontra-se associado tanto às condições edáficas, quanto ao nível de desenvolvimento das forças produtivas internas, e a diferentes interesses internos e externos. Este conjunto de fatores colocou o Brasil como um dos principais importadores mundiais de trigo.

¹¹ Conforme consulta no site da FAO, o dado mais recente quanto à produção de trigo no mundo refere-se ao ano de 2014.

A importação brasileira de trigo no ano de 2013 foi de 7,066 milhões de toneladas, colocando o país em quarto colocado quanto às importações de trigo no mundo para este ano, mantendo um volume historicamente alto.

O gráfico 01 apresenta o Brasil como primeiro colocado em importação de trigo para os anos 2000/2001 e segundo colocado para 1960/1961, 1965/1966, 2010/2011, dados que confirmam a posição histórica entre os principais importadores de trigo no mundo. A média anual de importação de trigo para o período entre 1960 e 2013 para o Brasil foi de 4,471 milhões de toneladas, atrás apenas do Japão com 5,291 milhões de toneladas e do Egito com 5,651 milhões de toneladas. Considerando ainda que para o ano de 2013/2014 o gráfico apresente países como a Argélia, Indonésia, Tailândia e Filipinas, em destaque para os anos recentes, o que podemos observar é que o volume deste grupo de países passa a ter certa relevância a partir das décadas de 1970 e 1980, ganhando expressão somente a partir de meados dos anos 2000.

Estes dados confirmam uma condição histórica quanto ao consumo de trigo importado pelo Brasil. Esta condição traz o debate sobre diferentes impactos quanto a tal dependência, tanto para a produção interna e para a indústria, quanto para própria economia nacional. Esta condição coloca a importação de trigo em lugar de destaque também na pauta de importação nacional, uma vez que:

Uma das principais matérias-primas da indústria alimentícia brasileira, o trigo é o segundo item de maior participação na pauta de importações, atrás apenas da cadeia de petróleo, colocando o país no topo da escala dos maiores importadores mundiais. (BNDES, *s.d.* p. 390)

Principais países importadores de trigo no Mundo - 1960 a 2013

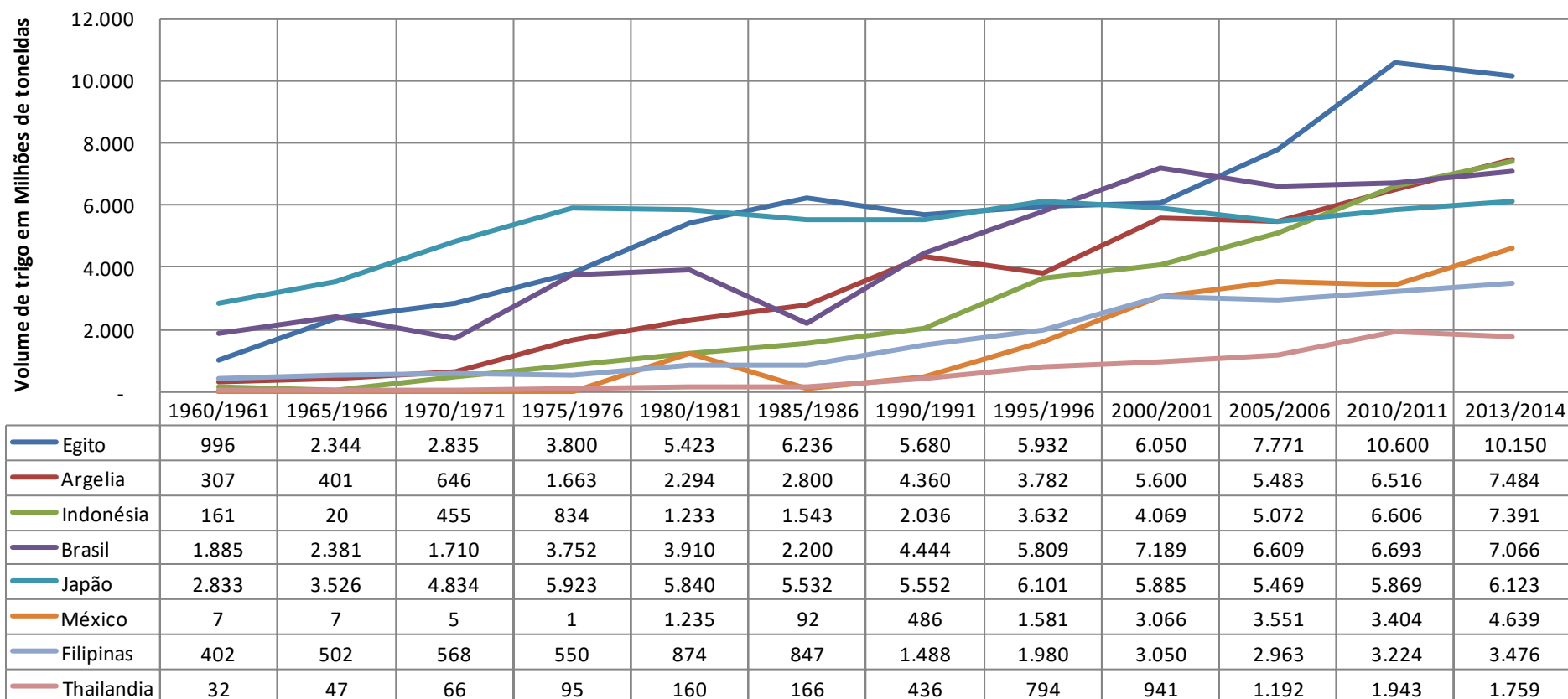


Gráfico 01. Principais países importadores de trigo no mundo – 1960 a 2013

Fonte: Dados USDA 2016. Elaborado pelo Autor.

O principal fornecedor de trigo para o Brasil, conforme a tabela 02 tem sido a Argentina, onde teve maior participação quanto às importações no decorrer da história, seja em virtude localização geográfica, custo interno da produção e preços ou pelas questões relacionadas às alíquotas estabelecidas a partir de 1991 com a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Tabela 02. Participação % dos países no volume das importações Brasileiras de Trigo –
Período 2002 a 2010

País	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	82,87	84,00	96,19	90,86	91,51	84,99	70,31	59,19	57,52
Uruguai	0,22	0,08	0,00	0,46	2,01	2,21	1,46	15,89	18,06
Paraguai	0,87	1,05	2,29	8,08	5,13	2,32	8,63	14,94	10,09
Canadá	0,82	2,59	0,00	0,00	1,10	5,15	4,53	5,57	5,90
Estados Unidos	10,37	7,59	1,53	0,60	0,25	5,34	15,06	3,94	7,82
MERCOSUL	83,95	85,13	98,47	99,40	98,65	89,51	80,41	90,01	85,99
Outros	4,86	4,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	0,62

Fonte: Ministério da Fazenda (2010). Dados Sistema ALICEWEB/MDIC. Elaboração: SEAE/MF.

Conforme a tabela 02, a Argentina figura com a maior participação percentual quanto às importações brasileiras de trigo no decorrer dos anos 2000. A média de participação da Argentina nas importações no período foi de 79,71%, enquanto a média de fornecimento de trigo pelos países que fazem parte do MERCOSUL foi de 90,16% sobre o total para o período entre 2002 e 2010.

Embora os maiores volumes de trigo importado nos anos de 2011 e 2012 mantiveram sua origem nos países do MERCOSUL, ocorreu uma redução drástica no volume importado da Argentina para o ano de 2013¹².

¹² O expressivo aumento das importações de trigo norte-americano se deve às restrições que o governo argentino impôs às exportações após a queda da produção, a fim de assegurar o abastecimento interno e evitar pressão sobre a inflação, estas medidas acabam encarecendo o produto para os moinhos brasileiros (Globo Rural s.d.).

Tabela 03. Principais fornecedores de trigo para o Brasil – 2011 a 2013

País de origem	Volume de Importação de trigo anual em Mil Toneladas		
	2011	2012	2013
Estados Unidos	104,25	54,51	3.475,27
Argentina	3.620,68	4.546,38	2.539,71
Paraguai	363,81	836,26	522,09
Uruguai	686,49	628,69	408,03
Outros	39,52	1,03	328,18
Total	4.814,75	6.066,87	7.273,28

Fonte: ABITRIGO (2015).

No período entre 2011 a 2013, o volume total importado da Argentina para o Brasil foi de aproximadamente 10,7 milhões de toneladas, enquanto os Estados Unidos da América forneceu 3,6 milhões de toneladas, sendo que 3,4 milhões de toneladas concentram-se no ano de 2013. Em virtude de restrições do governo argentino frente a uma redução na produção agrícola de trigo em 2013, fez com que se aumentasse o volume de trigo oriundo dos Estados Unidos da América, passando de menos de 1% do volume total importado pelo Brasil em 2012 para aproximadamente 50% do total importado em 2013 (Tabela 03).

Este quadro apresentado pelo expressivo volume nas importações exerce pressão, tanto sobre a cadeia produtiva, quanto sobre a balança de pagamentos brasileira. Segundo Silva (1992) esta situação foi responsável por pressionar, no final dos anos 1980, a liberalização do setor, uma vez que a crise, pelo qual o Estado atravessava, não suportava o peso do trigo nas contas públicas.

Segundo Gonçalves (2008) o Brasil ainda possui uma dependência bastante relevante quanto à importação de trigo, e esta dependência exerce forte pressão sobre as contas:

Outra conta de importação da agricultura brasileira que se mostra relevante consiste na de cereais/leguminosas/oleaginosas, da qual dos US\$2,92 bilhões despendidos com importações em 2007, o montante de US\$1,63 bilhão (55,70%) foi gasto com compras de trigo (GONÇALVES; VICENTE; SOUZA, 2008 *apud* GONÇALVES, 2008).

Embora com uma produção agrícola de trigo insuficiente e com elevada dependência do trigo importado, ainda assim o Brasil alcançou posição de destaque quanto à venda e consumo dos derivados de trigo como biscoitos e massas alimentícias.

O mercado de biscoitos e massas alimentícias no mundo se encontra distribuídos entre diferentes países, embora as vendas de biscoitos concentrem-se nos Estados Unidos da América com aproximadamente 26% do total dos dez principais países quanto ao faturamento em venda de biscoitos no mundo para o ano de 2015. No mesmo período o Brasil ocupou a quarta posição com aproximadamente 10% das vendas (Tabela 04).

Tabela 04. Venda de Biscoitos no mundo – Período de 2011 a 2015 - U\$ Bilhões

Colocação	Países	2011	2012	2013	2014	2015
1º	Estados Unidos	14,2	14,5	15,1	15,3	15,5
2º	China	6,5	7,5	8,1	9,0	9,8
3º	Venezuela	1,4	1,9	1,7	3,1	6,7
4º	Brasil	8,2	7,8	7,7	7,7	6,2
5º	Inglaterra	3,6	3,8	3,9	4,2	3,9
6º	Japão	5,4	5,3	4,3	4,2	3,9
7º	Índia	2,7	2,8	3,0	3,3	3,6
8º	México	2,7	2,7	3,0	3,0	2,8
9º	Rússia	3,1	3,3	3,6	3,4	2,6
10º	Argentina	1,9	2,3	2,5	2,3	2,6

Fonte: Estatísticas Abimapi. Dados Euromonitor, valores estimados (2016). * Dados referentes às vendas no mercado doméstico de cada país.

Todavia, o bloco de países que lideram as vendas não corresponde em ordem à hierarquia de consumo *per capita*. Considerando a Tabela 04 e a Tabela 05, onde consta a população absoluta para todos os países, a Argentina que aparece em 10º colocado em vendas surge como líder no consumo *per capita* no mundo, com aproximadamente 12,12 KG/ano, enquanto os Estados Unidos da América aparece em 1º em vendas (Tabela 04) passa para 4º colocado em consumo, com apenas 7,36 KG/ano, seguido do Brasil em 5º colocado com 6,01 KG/ano, conforme tabela 05.

Tabela 05. Consumo de Biscoitos no mundo *per capita* KG/Ano – 2015

Colocação	País	População	Volume estimado em 2015	Consumo <i>per capita</i>
1º	Argentina	43,85	531,5	12,12
2º	Inglaterra	65,11	659,5	10,13
3º	Itália	59,8	478,4	8
4º	Estados Unidos	324,12	2.385,90	7,36
5º	Brasil	204,45	1.228,20	6,01
6º	Rússia	143,44	855,1	5,96
7º	Alemanha	80,68	406,2	5,03
8º	México	128,63	601,4	4,68
9º	China	1.382,32	3.497,60	2,53
10º	Índia	1.326,80	1.948,00	1,47

Fonte: ABIMAPI & Euromonitor (*estimado) & www.worldometers.info/world-population/population-by-country (2016).

No que tange o consumo de massas alimentícias no mundo, a tabela 06 apresenta os principais países quanto ao faturamento em vendas. Embora as vendas sejam lideradas pela Itália com U\$ 2,9 Bilhões para o ano de 2015, seguida dos Estados Unidos da América em segundo colocado com U\$ 2,7 Bilhões, a Venezuela, 3º colocado, apresentou o maior crescimento em vendas entre o grupo, passando de U\$ 609 Milhões em 2011 para atingir aproximadamente U\$ 2,3 Bilhões em 2015, um crescimento de aproximadamente 39% em vendas nos últimos cinco anos.

Tabela 06. Venda de Massas Alimentícias no mundo – Período de 2011 a 2015 - U\$ Bilhões

Colocação	País	2011	2012	2013	2014	2015
1º	Itália	3,9	3,4	3,5	3,4	2,9
2º	Estados Unidos	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7
3º	Venezuela	609	892	876	1,5	2,3
4º	Brasil	2,3	2,0	2,1	2,0	1,6
5º	Alemanha	1,5	1,4	1,5	1,5	1,2
6º	França	1,4	1,3	1,4	1,4	1,2
7º	Rússia	1,4	1,5	1,7	1,5	1,2
8º	Argentina	680	761	847	854	1,0
9º	Irã	824	1,0	911	847	967
10º	Inglaterra	839	863	851	920	850

Fonte: Estatísticas Abimapi. Dados Euromonitor, valores estimados (2016). Organizado pelo autor.

Embora a Venezuela apresente tal crescimento, ainda assim não compõem o grupo dos dez países com maior consumo *per capita* no mundo. Diferente do consumo

de biscoitos, as massas alimentícias possuem o maior consumo *per capita* onde se localiza o maior faturamento em vendas. A Itália onde o consumo alcançou em 2015 US\$ 2,9 Bilhões em vendas, com um consumo *per capita* de aproximadamente 26,12 KG/Ano apresentando enorme disparidade de consumo quanto aos demais países da lista. Os Estados Unidos da América, 2º colocado em vendas figura como 10º colocado em consumo, apresentando apenas 3,53 KG/Ano *per capita*.

Tabela 07. Consumo de Massas alimentícias no mundo - Per capita KG/Ano – 2015

Colocação	País	População	Consumo <i>per capita</i>
1º	Itália	59,8	26,12
2º	Argentina	43,85	9,62
3º	França	64,67	9,4
4º	Alemanha	80,68	9,19
5º	Irã	80,04	8,19
6º	Rússia	143,44	7,11
7º	Turquia	79,62	6,85
8º	Egito	93,39	5,2
9º	Brasil	204,45	4,35
10º	Estados Unidos	324,12	3,53

Fonte: ABIMAPI & Euromonitor (*estimado) & www.worldometers.info/world-population/population-by-country (2016).

Embora observado os dados de população e o valor estimado em vendas, encontra-se ainda como fator determinante para ambos os índices de avaliação (Valor em vendas e consumo *per capita*) as questões associadas aos hábitos alimentares e ao padrão de renda de cada sociedade, fatores que impactam sobre a produção industrial, oferta de produtos e o padrão de consumo.

Diante da apresentação do panorama geral quanto à produção de trigo no mundo, os níveis de oferta e demanda entre os países e o consumo dos derivados fornecidos pela indústria alimentar, aqui vistos através dos dados de vendas e consumo de biscoitos e massas alimentícias, cabe verificar os processos que conduziram o Brasil a estar situado entre os principais países importadores de trigo, bem como produtor e consumidor de biscoitos e massas alimentícias.

1.3 Síntese e Conclusão do Capítulo I

A produção mundial de trigo, sua distribuição e consumo estão associados ao próprio desenvolvimento das forças produtivas e a evolução dos modos de produção que, ao passo que aprofundaram as relações de trabalho e a divisão interna do trabalho, criaram uma sociedade mais urbana, industrial e dependente de alimentos processados. Diante disto o trigo aparece como um importante item na alimentação das sociedades em processo de transformação, uma vez que vem sendo ao longo da história, juntamente com milho e o arroz, um dos principais alimentos básicos da sociedade moderna, ainda que exista uma ampliação e diversificação cada vez maior de diferentes tipos de alimentos¹³.

A cadeia tritícola desenvolveu-se para garantir a questão alimentar, mas também, para suprir novos hábitos alimentares que surgiram. A estrutura agrária, o primeiro processamento e a industrialização de alimentos, passaram por mudanças em suas bases técnicas e produtivas. A aplicação da química, a mecanização do campo, a moderna indústria de alimentos, a ampliação das exportações viriam a garantir a segurança alimentar em diferentes partes do mundo e por consequência, também no Brasil.

Encontramos nos dados apresentados os principais polos de produção agrícola e de consumo de trigo no mundo, tendo como destaque na produção, países como a China, Índia, Rússia e os Estados Unidos da América. Quanto à importação, historicamente os países que se destacam são o Egito, Japão e o Brasil, grupo que possui historicamente um volume expressivo nas importações mundiais e maiores médias históricas quanto suas importações.

Tais dados retratam uma condição estrutural quanto à necessidade de importação de trigo pelo Brasil, trazendo consigo questões para o debate quanto ao desenvolvimento da produção nacional de trigo, o peso das importações sobre a balança de pagamentos, bem como o impacto sobre o preço da matéria-prima para a indústria, sobretudo, quando relacionada ao câmbio e as mudanças de conjuntura. Como exposto, os volumes de importação de trigo refletem também o perfil de uma população cada vez mais urbana e com novos hábitos alimentares.

¹³ Segundo Gonçalves (1994, p. 36.) “a soja, o trigo e o milho são as culturas fundamentais de suporte ou complemento na produção de carnes, ovos e laticínios. Outros produtos são consumidos, mas a espinha dorsal do padrão de consumo é composta por estes”.

Nas questões quanto à origem do trigo importado pelo Brasil, a Argentina apresenta uma posição de destaque, relacionada, sobretudo por sua localização, embora fatores como a criação do MERCOSUL e as políticas criadas para o comércio dentro do bloco regional, favoreçam a exportação de trigo da Argentina para o Brasil.

Como visto a questão da produção de trigo sempre esteve associada à garantia de segurança alimentar para as sociedades em desenvolvimento, sendo assim, mudanças no volume de trigo importado por determinado país podem refletir mudanças conjunturais, como também, em longo prazo, mudanças estruturais, que refletem na ampliação do consumo de alimentos pela sociedade.

As importações elevadas de trigo pelo Brasil vão ao encontro do elevado consumo de derivados em nosso mercado interno, como biscoitos e massas alimentícias. O Brasil assim destaca-se como 5º colocado em consumo *per capita* de biscoitos no mundo, e o 9º colocado quanto ao consumo *per capita* de massas alimentícias. No que tange as vendas no mercado interno, o país encontra-se como 4º maior mercado mundial para biscoitos e massas alimentícias.

Capítulo II

2.1 Desenvolvimentos do setor tritícola no Brasil

O desenvolvimento e a estruturação do setor tritícola e de sua cadeia produtiva¹⁴ encontra-se historicamente, como a maioria dos setores de nossa indústria, associada às mudanças ocorridas nas relações de poder no Brasil e de suas relações com o centro hegemônico em cada período histórico, este estado de coisa por sua vez ajustava-se ao “nível de desenvolvimento de nossas forças produtivas e ao estado de nossas relações de produção” (RANGEL, 1982, p. 19). Assim, o grau de competitividade nos diferentes níveis da cadeia produtiva do trigo associa-se a fatores relacionados tanto às políticas e instituições que provocaram a formação de um mercado interno, quanto pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas, reflexo, também, das ações realizadas por parte do capital privado, que em condições de expectativas favoráveis, investem rumo às novas tecnologias em processos e produtos, a fim da ampliação de seu lucro.

Ainda inclui-se nestas determinações a presença constante do imperialismo¹⁵ na estrutura política de nossa sociedade (RANGEL, 1981), suplantando políticas e instituições que tendiam a criar, ora estímulos de crescimento, ora rupturas em nossos ciclos de acumulação. Segundo Rangel (1998 [1981]):

Com efeito, há que considerar, para começar, que o lado externo do polo externo da dualidade, sem cuja consideração não podemos compreender o funcionamento da economia nacional, com a qual faz sistema, encontra-se no estrangeiro, isto é fora da sociedade nacional e, embora exerça influência, não raro preponderante, sobre os negócios do Estado, o faz por intermédio de uma ou ambas as classes dirigentes, não como integrante do mesmo. (p. 149).

A crise mundial surgida no decorrer da década de 1920 e que se consolida especificamente em 1929, inaugura a fase “b” do 3º ciclo de Kondratieff, alterando as

¹⁴ Segundo Kirchner (2003), o CAT, complexo agroindustrial tritícola “compreende a produção e a comercialização de trigo em grão, da farinha, do farelo e de seus derivados e subprodutos. A cadeia produtiva do trigo se inicia com a produção do trigo em grão pelo setor agrícola, e prossegue com a produção de farinha pelos moinhos. A farinha destina-se às indústrias de panificação, massa e biscoitos, produtos através dos quais ele acaba atingindo o consumidor final” (p. 227).

¹⁵ Sob o período da Segunda Dualidade o imperialismo inglês exercia sua influência sobre nossa economia, dando lugar ao imperialismo norte americano, através da atuação de seu capital financeiro mais desenvolvido para a época.

relações entre o centro do sistema e sua periferia¹⁶, e, provocando por consequência uma reestruturação em nossa economia e sociedade. Conforme Rangel (1981), o Brasil, em seu polo interno, vivia o fim de um pacto de poder que havia iniciado em 1899 no qual possuía como sócio menor, o latifúndio feudal e como sócio maior a burguesia comercial existente no período, e que, conjuntamente haviam formado a *segunda dualidade*.

A nova formação que se dá a partir de então, entendida como a *terceira dualidade brasileira*, apresenta um novo pacto de poder, sob a condição de uma formação superior, e em consonância com o surgimento de uma “nova hegemonia” mundial. Este pacto de poder era composto agora por um capitalismo industrial, de caráter nacional, sendo assim pertencente ao polo interno da dualidade vigente e dando lugar, no polo externo, ao capital financeiro, porém não mais associado “aquele” modelo de capital financeiro Inglês, mas sim ao capital financeiro norte-americano:

Na época do advento da terceira dualidade brasileira, o capitalismo financeiro europeu – particularmente o inglês no qual nos orientávamos desde a Abertura dos Portos – não havia ainda alcançado este estágio superior de desenvolvimento. Sua política continuava a se organizar no suprimento de matérias-primas e produtos agroprimários para a metrópole e preservar nossos mercados para os produtos industriais metropolitanos. Outra, porém, seria a atitude do capital financeiro norte-americano, que não era supridor tradicional de produtos industriais ao Brasil e contava com uma vasta e diversificada produção primária metropolitana, condição que o desenvolvimento da técnica só tendia a consolidar, *industrializando a agricultura e a produção de matérias-primas*. Consequentemente este novo capital financeiro pouco tinha a perder com o desenvolvimento de alguma indústria no Brasil, e, ao contrário, muito tinha a ganhar. (RANGEL, 1981, p. 28).

Diante de tais mudanças nos polos internos e externos de nossa economia, o período que se inicia a partir da década de 1930, cria uma nova realidade para a indústria nacional (MAMIGONIAN, 2000), trazendo em seu bojo também o setor tritícola, sobretudo, pela sua importância como alimento básico para a sociedade urbana em formação na época.

¹⁶ Cabe a observação que, “a revolução de 30, que enquadraria institucionalmente a industrialização, foi segundo todas as aparências, um incidente da fase “b” do 3º Kondratieff” (RANGEL, 1982, p. 19).

2.2 Contexto histórico da Produção agrícola e do processamento de trigo no Brasil

Embora o Estado tenha atuado sobre a produção de trigo e seu processamento desde o fim da Primeira Guerra Mundial, em virtude da restrição de importação (SILVA, 1992) e consequente elevação dos preços no mercado interno, é a partir de 1930, que este tem por objetivo estimular o setor via produção e beneficiamento do trigo nacional, uma vez que:

O interesse capitalista pela industrialização do trigo no Brasil efetivamente começou no final do século passado, quando foi implantado o primeiro moinho industrial, o Moinho Inglês. No dia 25 de agosto de 1887, foi assinada pela princesa Isabel a autorização para o funcionamento do Moinho Fluminense, no Rio de Janeiro. Outros grupos internacionais do ramo, a partir do início do século passado, implantaram no Brasil suas unidades moageiras, iniciando um processo de controle de mercado dos derivados do trigo. Esses industriais eram ligados aos países exportadores de trigo e, com efeito, não tinham interesse no desenvolvimento da triticultura nacional. (BNDES, 2003, pp. 196 e 197).

A indústria tritícola instalada em território nacional encontrava-se sob domínio do capital estrangeiro, assim as políticas implantadas, a partir de então, pelo presidente Getúlio Vargas, favoreceram o processo de estruturação do setor tritícola, além de ter por objetivo o favorecimento do setor nacional infante. Estas políticas buscavam garantir o abastecimento de trigo, através do aumento da produtividade, que até então se fazia deficiente, uma vez que esta era uma cultura de difícil adaptação e se encontrava numa tendência crescente de consumo, resultado do processo de industrialização e urbanização que se dava no país na década corrente.

A produção de trigo nacional em 1920 era de 87.181 toneladas, passando para 170.460 toneladas em 1930 (LIMA *et al*, 1983, p. 121), crescimento que, embora tenha aumentado a produção em aproximadamente 95%, ainda era baixo, diante das necessidades, tanto do ponto de vista da capacidade instalada na indústria processadora, quanto do consumo, que se ampliava. Diante disto, havia a dependência, tanto da importação de grãos, quanto da própria farinha de trigo consumida no mercado interno.

A indústria nacional havia passado, nas duas décadas anteriores, por um intenso esforço para realizar uma substituição de importação, sobretudo pelo aprofundamento da crise internacional, que ocorrera como reflexo da Primeira Guerra Mundial, e que

nos levaram a avançar no processo de industrialização a ponto de criarmos nosso próprio ciclo interno de crescimento (RANGEL, 1981).

Conforme Medeiros (2006), a partir deste período, o foco torna-se o mercado interno e consequentemente a criação de políticas para o desenvolvimento e ampliação da produção nacional de bens de consumo:

No esforço de formação do mercado interno e do rebaixamento do custo de vida das classes trabalhadoras urbanas que surgiam, ocorre um *direcionamento das atenções do governo* ao aumento e diversificação da produção dos gêneros agrícolas voltados ao mercado interno. (MEDEIROS, 2006, p. 90, grifo nosso).

Neste contexto, o que nos aparece como elementos relevantes são as mudanças ocorridas na estrutura de poder no Brasil e que surgiam com o caráter desenvolvimentista, tanto público, quanto privado (BIELSCHOWSKY, 1996). Estes dois pilares do desenvolvimento buscavam muito mais que uma adaptação à conjuntura mundial, atuando através de uma elite nacional, representada pelo setor industrial que se consolida e partir da tentativa de “rompimento com a ideologia de fundo colonial” (Furtado. 2009 [1961]). Buscava-se então avançar através de um processo de “industrialização planejada” sob o caráter ideológico de um desenvolvimentismo econômico. Um dos pontos centrais deste projeto era a superação do atraso brasileiro através de sua industrialização, defendendo os interesses do capital privado nacional e ampliando a atuação do Estado através de agências “voltadas para a administração de problemas de alcance nacional” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 78).

Conforme Furtado (2000[1959]), o que acabou ocorrendo foi um crescimento expressivo de nossa economia, sendo que, “A produção industrial cresceu cerca de 50 por cento de 1929 a 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu cerca de 40 por cento no mesmo período.” (p. 212).

Por certo, o conjunto composto entre a nova classe dominante no pacto de poder¹⁷ que se instaura a partir de 1930, amparado por um Estado desenvolvimentista que buscou proteger e criar condições para estimular diferentes setores da economia, foi fundamental para aquela fase de nosso desenvolvimento. Conforme Rangel (1983) houve um descolamento do Brasil em relação à conjuntura mundial, fazendo com que,

¹⁷ Conforme Rangel (1981) este pacto era formado por “fazendeiros-comerciantes” como sócios maiores e pela “burguesia industrial nascente” como sócio menor.

“em 1938, nossa produção industrial era bem maior que a de 1928, antes da grande depressão: algo menos que o dobro” (p. 06), resultado de profundas transformações institucionais.

Diante disto, o conjunto de políticas e instituições que são implantadas nas décadas seguintes sobre o setor tritícola contribuiu para a sua expansão, tanto no que tange a produção primária, quanto ao processamento de grãos, e dos demais elos da cadeia produtiva, como a própria pesquisa iniciada em 1912 em campos experimentais no Rio Grande do Sul e evoluindo para estações experimentais em 1919 no Paraná (ROSSI & NEVES, 2004).

A fim de reduzir a dependência do trigo importado, a prática rentável aos grandes moinhos e que inviabilizava a operação dos moinhos coloniais (HASSE, 2011), as primeiras leis¹⁸ que surgem, visam elevação das tarifas alfandegárias em até 20%.

Nos anos de 1937 e 1944, são implantadas leis que determinam novas condições para o setor. A primeira traz uma série de medidas, assim conforme Silva (1992) a Lei 470, de 1º de junho de 1937 apresenta as seguintes diretrizes:

- a. Determinou a criação de várias estações experimentais de trigo;
- b. Concederia prêmios aos agricultores que obtivessem rendimento igual ou superior a 1.000 kg por hectare;
- c. Concedeu requisições para transporte gratuito nas estradas de ferro e linhas de navegação para sementes de trigo nacional, quando destinadas ao plantio, e abatimento de 60% no transporte de trigo nacional sobre os fretes marítimos, fluviais, ferroviários e rodoviários;
- d. Tornou obrigatório, aos moinhos, a moagem de pelo menos 5% de trigo nacional em relação ao total de trigo beneficiado, desde que aquele pudesse ser adquirido a preço igual a este (SILVA. 1992 pp. 30 - 31).

Já em 1944 é implantado o Serviço de Expansão do Trigo junto ao Ministério da Agricultura, buscando ampliar a produção nacional e atuar sobre a indústria e comércio do trigo e de seus derivados¹⁹.

A partir de 1949, então sob o governo de Eurico Gaspar Dutra, é ampliada a importação de máquinas e equipamentos a serem utilizadas pela cadeia produtiva do trigo, através da isenção de tarifas alfandegárias²⁰ para aquelas que não possuíssem similares dentro da produção nacional. Esta abertura à importação de bens de capital

¹⁸ Decreto nº 19 559, de 3 de Janeiro de 1931

¹⁹ Decreto-Lei nº 6 170, de 5 de Janeiro de 1944

²⁰ Lei 948, de 3 de dezembro de 1949

amplia consideravelmente a capacidade produtiva do setor moageiro, coincidindo com o período pós-segunda Guerra Mundial quando o estoque norte-americano deste cereal encontrava-se em seus níveis mais elevados e carecendo de destinos para seu escoamento.

O que surge concomitantemente a esta situação de ampliação da capacidade moageira é a criação do Acordo Internacional do Trigo:

Em 01.09.1949 os principais países produtores de trigo – Estados Unidos, Inglaterra, Austrália, Canadá, Mercado Comum Europeu e Argentina – firmaram o “Acordo Internacional do Trigo”, com o objetivo de criar certa coordenação e controle na produção e comercialização do cereal. A partir da década de 50 o governo norte-americano passou a utilizar o trigo como arma política de múltiplas finalidades, fornecendo em condições extremamente vantajosas a países como o Brasil, Colômbia e outros. (BRUM, 1988, p. 38).

Este acordo conduziu o Brasil, a partir da década de 1950, a ampliar crescentemente a importação de trigo norte-americano, provocando uma redução na produção nacional e um retrocesso nas pesquisas genéticas que eram desenvolvidas no período. Este estado de coisas, além de romper com as políticas implantadas junto ao setor durante as duas décadas anteriores, reduziu a produção de trigo de 450 mil toneladas em 1955 para 209 mil toneladas em 1959, reduzindo para aproximadamente 47% da produção interna (BRUM, 1988). Conforme a tabela 08, o período compreendido entre 1958 e 1967 confirma a fase de redução na produção.

Tabela 08. Produção de trigo e área plantada no Brasil – 1923 a 2002

Período	Área	Produção (T)
1923/27	134.560	112.612
1928/32	145.863	147.317
1933/37	160.391	147.929
1938/42	225.356	157.687
1943/47	325.648	238.974
1948/52	670.669	497.628
1953/57	1.058.041	888.380
1958/62	1.012.013	543.928
1963/67	380.872	239.294
1968/72	1.671.012	1.261.384
1973/77	2.693.864	2.283.154
1978/82	3.048.153	2.473.777
1983/87	2.744.810	4.084.649
1988/92	2.863.433	4.061.360
1993/97	1.476.040	2.270.020
1998/2002	1.632.660	2.632.860

Fonte: Jacobson. *in*: TEIXEIRA. (1923/54); IBGE (1955/61); CTRIN (1962/78); CONAB (1979/2002).

A partir deste período, o que se dá é o surgimento do *trigo-papel*, estratégia utilizada por muitos produtores para ganhar dinheiro de forma ilegal:

Para compensar a falta de uma boa alternativa agrícola e comercial, muitos tricultores optaram por ganhar dinheiro com uma nova modalidade de cultura: o trigo-papel, nascido no terreno das facilidades de crédito do Banco do Brasil. Arranjo entre os produtores e os moinhos para pegar dinheiro do subsidio oficial ao trigo importado [...] a maracutaia era rendosa não só para os agricultores, mas também para os moinhos, pois se baseava numa regra simples: para cada saca de trigo produzida internamente permitia-se importar três sacas de trigo estrangeiro. Quando as autoridades se deram conta o Rio Grande do Sul estava cultivando milhares de toneladas de trigo – eram recordes só no papel. (BRUM, 1988, p, 43)

Neste contexto, o setor tritícola tornou-se “desregulado” tanto do ponto de vista da entrada de trigo importado e de seu uso percentual em relação ao trigo nacional pela indústria moageira instalada, quanto do ponto de vista da expansão do setor, que diante da liberação da importação de máquinas e equipamentos amplia seu número de unidades, aumentando ainda mais a capacidade ociosa instalada. Em 1959 a capacidade

de processamento era de 5,9 milhões de toneladas de trigo, enquanto o consumo ainda não alcançava os 3,0 milhões de toneladas (SILVA, 1992).

No decorrer de 1962, com a criação do Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN), o controle existente passa a ser mais rigoroso, incluindo a partir de então a proibição da expansão do setor nacional, assim, passa-se a proibir a instalação de novos moinhos, bem como, de ampliar a capacidade daqueles já em operação. Estas condições estavam sob as diretrizes do Decreto 600 de 8.2.1962. Com a sua fundação e o controle sobre a compra do trigo importado, pondo fim a prática fraudulenta do *trigo-papel*.

Assim veio à tona, mais uma vez, a ociosidade quanto à capacidade produtiva da indústria moageira instalada no período.

Nessa época, o setor era constituído de 489 moinhos, com capacidade registrada de moagem da ordem de 10 milhões de toneladas, mas que utilizava apenas 2,5 milhões de toneladas, registrando, portanto, uma ociosidade de 75%. (BNDES, 2003, p. 197)

A partir de 1967, a implantação de uma nova política econômica nacional fez com que o setor passasse a ser integralmente controlado pelo Estado, sobretudo, a partir do Decreto-lei 210 de 1967²¹. Este decreto limitou o fornecimento de trigo aos moinhos a um patamar de 60% de sua capacidade de moagem, fazendo com que o setor sofresse uma forte redução quanto às unidades moageiras, entre “1967 e 1990, o número de moinhos reduziu-se de 420 para 178” (BNDES, 2003, p. 197).

Entre as instituições que atuavam sobre o setor tritícola, o Banco do Brasil através da Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN) passaria exercer um papel central no mercado nacional:

Através do Banco do Brasil foi criada a Comissão de compra do trigo nacional, com a finalidade de comprar a produção do trigo nacional e revendê-las aos moinhos, responsabilizando-se por todas as despesas de estocagem e movimentação do trigo. (COLLE, 1998, p. 21).

²¹ Segundo Silva (1992) a DL 210/67 tinha como objetivo principal a prioridade ao consumo do trigo nacional, o abastecimento regular e o impedimento ao crescimento do parque moageiro, controlando ainda as incorporações e transferências entre moinhos, a fim de atingir o objetivo principal apontado.

Neste mesmo período é criado, pelo então Presidente Castelo Branco, o Departamento do Trigo, sob o comando de uma Junta Deliberativa, previamente instituída, o órgão criado dentro da extinta Secretaria Executiva da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB), seria responsável, dentre suas inúmeras funções, “I - Disciplinar e coordenar a comercialização do trigo nacional”, bem como:

II - Promover, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A., respeitado o disposto no art. 4º desse Decreto, as importações de trigo estrangeiro necessário à complementação do abastecimento do País; (DECRETO Nº 56.452, DE 9 DE JUNHO DE 1965).

Este período, marcado pela aquisição da safra e pelas cotas de trigo aos moinhos, adentrou a década de 1970 quando outras políticas executadas influenciaram o setor:

Em 1973, o governo introduziu os subsídios ao consumo de farinhas, para evitar que altas internacionais de trigo influíssem na inflação. Tal comportamento permaneceu no mercado brasileiro durante mais de 15 anos, trazendo sérias consequências, entre outras, para a qualidade do produto final (massas, biscoitos e pães). (BNDES, 2003, p. 198).

Assim, os programas de autossuficiência, subsídio ao consumo, tabelamento de preços e monopólio governamental na comercialização, associados à proibição de novas concessões quanto a moinhos e a limitação do fornecimento de trigo através do controle sobre a produção nacional e a importação, impôs até certo ponto, um atraso no desenvolvimento da cadeia produtiva, tanto a jusante quanto a montante:

A situação tornou-se confortável tanto para os moinhos quanto para os produtores. Os últimos não precisavam se preocupar com a qualidade ou com as novas técnicas de produção, pois havia a garantia de que o trigo seria adquirido pelo Estado por um valor mínimo, sem qualquer distinção. Já os moinhos, por sua vez, não enfrentavam concorrência, dado que a demanda se elevava e a oferta se mantinha estável com a intervenção estatal. (BNDES, s.d., p.392).

Este período tem seu término no final da década de 1980, dando início a uma nova realidade para o setor, com o fim do controle estatal e tudo que isto viria a representar, a partir de então, para a indústria nacional.

A *Lei nº 8.096, de 21 de Novembro de 1990*, que surge, sob o caráter liberal do novo estado de coisas, visava “regulamentar” a comercialização e industrialização de trigo no país. A partir de então, o setor produtivo passa a enfrentar os desafios impostos pelas leis de mercado, ainda que “O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento estabeleceram as salvaguardas necessárias à competitividade da triticultura e indústrias nacionais”. (Art. 1, § 2º), porém o que se apresentou para o setor, entre 1992 e 1998, foi um aumento nas importações de produtos agroindustriais na casa de 145%, passando de US\$ 3,3 bilhões para US\$ 8,5 bilhões (CANO, 2008).

2.3 Distribuição espacial da produção de trigo no Brasil

A produção nacional de trigo concentra-se, sobretudo na região Sul onde se localiza consequentemente a maior área de plantio, ocupando no ano de 2014 uma área de 2,604 milhões de hectares, o que representa aproximadamente 94% da área total plantada nas três principais regiões onde se localiza a produção nacional, Centro- Oeste, Sudeste e Sul. Observa-se na tabela 09 que a área de plantio de trigo, bem como suas safras, sofreu ao longo do período analisado, três fases diferentes, alternando-se entre períodos de expansão e contração.

De 1979 a 1989, verifica-se uma acentuada expansão na região Centro-Oeste, na qual possuía em 1978 uma área de apenas 35,8 mil hectares, e que em aproximadamente em uma década, no ano de 1987, o plantio de trigo passa a ocupar uma área de 429,3 mil hectares, atingindo um crescimento de aproximadamente 1.199%. Valores diferentes da região Sudeste que mantém certa regularidade quanto à área plantada e para a região Sul, que embora reduza sua área nos anos de 1981, 1983 e 1984, comportam-se similares às demais regiões para o período, mantendo grandes áreas de plantio desta cultura.

De 1990 a 2001 a área plantada com trigo encontra uma vertiginosa queda em todas as regiões analisadas. Se no ano de 1989 encontrávamos um total de 3.306,5 mil hectares ocupados nas três regiões, no ano de 2001 esta área ocupava apenas 1.710,2 milhões de hectares, reduzindo-se a aproximadamente 51,7% do total da área preexistente no final da década de 1980. Proporcionalmente as regiões que mais perdem áreas de plantio são o Centro Oeste e o Sudeste.

De 2002 a 2014 encontramos uma expansão na área plantada, nos primeiros anos deste período, que inicia com 2.051,6 milhões de hectares e atinge 2.758 milhões de hectares. Embora com tendência de redução no decorrer do período, onde se encontra o menor volume de área plantada para a região Centro Oeste, com 17,6 mil hectares. Para as regiões Sudeste e Sul verifica-se certa recuperação da área plantada, em relação ao período anterior, mantendo índices que oscilam nos anos de 2006, 2007 e 2012.

Tabela 09. Área plantada de trigo nas três principais regiões produtoras - Brasil
1977 – 2014 (Em mil Hectares)

Ano	Região			
	Centro Oeste (A)	Sudeste (B)	Sul (C)	Total (A+B+C)
1977	35,8	184,6	2.932,9	3.153,30
1978	39,5	178,2	2.593,5	2.811,20
1979	117,5	199,4	3.580,7	3.897,60
1980	127,0	172,2	2.806,0	3.105,20
1981	91,0	163,5	1.859,6	2.114,10
1982	168,6	151,0	2.559,0	2.878,60
1983	121,4	167,5	1.643,2	1.932,10
1984	144,5	163,0	1.705,5	2.013,00
1985	190,4	159,0	2.265,0	2.614,40
1986	409,2	228,5	3.271,0	3.908,70
1987	429,3	187,3	2.813,0	3.429,60
1988	346,2	203,0	2.941,0	3.490,20
1989	337,9	224,6	2.744,0	3.306,50
1990	208,6	205,3	2.869,3	3.283,20
1991	115,5	104,1	1.926,3	2.145,90
1992	139,1	74,5	1.784,3	1.997,90
1993	72,8	47,1	1.522,0	1.641,90
1994	71,3	40,5	1.334,2	1.446,00
1995	34,2	28,0	971,6	1.033,80
1996	55,9	20,7	1.756,3	1.832,90
1997	34,0	15,0	1.451,9	1.500,90
1998	38,0	13,2	1.322,0	1.373,20
1999	53,2	21,6	1.177,0	1.251,80
2000	72,2	24,2	1.371,7	1.468,10
2001	69,0	24,9	1.616,3	1.710,20
2002	112,6	41,0	1.898,0	2.051,60
2003	133,5	64,1	2.529,2	2.726,80
2004	159,4	67,2	2.529,2	2.755,80
2005	108,7	70,8	2.181,8	2.361,30
2007	45,1	55,3	1.751,4	1.851,80
2008	68,2	99,9	2.228,1	2.396,20
2009	67,5	84,1	2.276,4	2.428,00
2010	55,4	66,8	2.027,6	2.149,80
2011	45,3	70,0	2.050,9	2.166,20
2012	24,8	53,5	1.817,1	1.895,40
2013	17,6	88,1	2.104,1	2.209,80
2014	23,3	130,5	2.604,2	2.758,00

Fonte: Dados Companhia Nacional de Abastecimento CONAB (2016). Elaborado pelo autor.

Os períodos aqui evidenciados, por certo, estão associados, tanto à criação de políticas sobre o setor tritícola, quanto à ausência destas²². A expansão da fronteira agrícola pelo trigo, a partir da década de 1950, estava associada a fatores como a modernização da agricultura, bem como, a migração desta cultura para regiões menos úmidas, uma “medida geográfica para conter um problema fitossanitário” (HASSE, 2011) representado pelas pragas existentes em áreas de clima mais úmidos, como o Sul do Brasil, bem como a certos pacotes tecnológicos disponíveis no período e que contribuíam para o aumento da produtividade, uma vez que esta tende a estar associada não só a área em questão, mas também a demais fatores envolvidos na produção, que já refletiam a modernização da agricultura que se dava no segundo pós-guerra e que conforme Brum (1988) foi comandada pelo trigo até a década de 1970.

Segundo Hasse (2011) o baixo preço da terra, fator de atração dos gaúchos para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste induziram estes movimentos de expansão da produção agrícola na região Centro-Oeste. Soma-se a isto crescente mecanização do campo, o aprofundamento de uma agricultura com base capitalista, a abertura de novas estradas e cidades (Plano de Integração Nacional - PIN). Assim, podemos associar a própria implantação do II PND, pois esta política trazia tais características, buscando também a internalização de uma moderna agroindústria de máquinas e fertilizantes na década de 1970 (GONÇALVES e SOUZA. 2008).

Um dos pontos marcantes é que a modernização comandada pelo trigo, não se deu pelos próprios produtores rurais, mas sim, pela ação articulada de agentes externos, segundo Brum (1988), estes agentes possuíam uma visão mais ampla dos negócios e, estavam acostumados a lidar com bancos. Assim, dentro de uma conjuntura favorável, inseriram a produção tradicional sob a ótica empresarial capitalista.

Com uma visão empresarial capitalista, certo conhecimento das atividades agrícolas e certo capital próprio, estes cidadãos – comerciantes profissionais liberais e pequenos industriais – deram origem ao desenvolvimento definitivo da triticultura no campo, e, com ela, iniciaram o desenvolvimento da agricultura na região. (BRUM, 1988, p.75).

Assim, o que aparece na literatura sobre o desenvolvimento do setor tritícola no Brasil para o período, como modernização da agricultura, pode ser resumido conforme Sampaio (2003, p. 06) como, “o processo de aceleração da penetração do capitalismo no

²² Ver mais sobre políticas de crédito à produção de trigo em BENINI & BACHA, 2010.

campo brasileiro, com sua própria dinâmica e especificidades, comandado e apoiado pelas políticas de incentivo do Estado”.

Sob a ótica capitalista, a produção de trigo exigia grandes áreas que permitissem o trabalho mecanizado e uma produção em grande escala, assim a expansão da área produtora de trigo se tornaria uma necessidade, e se daria de forma concreta a partir da segunda metade da década de 1960, com ações implementadas pelo Ministério da Agricultura:

A diversificação geográfica da triticultura só avançou mesmo partir de 1964, quando Silva assumiu a direção de pesquisa do Ministério da Agricultura. Para sustentar a experiência, ele criou duas subcomissões de pesquisa de trigo – uma voltada para a região Sul [...] e outra criada acima do Trópico de Capricórnio, que passa sobre Londrina, no norte do Paraná. Deu certo ainda que tenha demorado: no final do século XX o Paraná era o maior produtor nacional de trigo, que também se estabeleceu em menor escala no sul e no oeste de São Paulo, no sul do Mato Grosso do Sul, e por fim nos cerrados do Brasil Central, onde a irrigação vingou tecnicamente, embora seja inviável diante do preço do trigo importado. (HASSE, 2011, p. 40).

Se, de um lado a década de 1960 foi um laboratório para a ampliação da produção de trigo no Brasil, seus frutos foram colhidos com maior êxito na década de 1980, conforme mostrado na Tabela 8, quando as safras encontraram volumes expressivos, ainda que, sob condições inviáveis quanto ao custo do trigo importado. Entretanto, observa-se que é também nesta década de 1980 que as elevadas taxas de subsídios de preço final à produção interna de trigo são aplicadas de forma mais elevada, atingindo seu ponto máximo no ano de 1986 (SILVA, 1992), coincidindo com os desvios de padrão tanto em área plantada, quanto em produção para aquele ano como para o posterior (ver Tabela 09 e 10).

Tabela 10. Produção de trigo nas três principais regiões produtoras no Brasil –
Período 1977 – 2014 (Em Mil Toneladas)

Ano	Região			Total (A+B+C)
	Centro-Oeste (A)	Sudeste (B)	Sul (C)	
1977	27,2	87,8	1.951,0	2.066,00
1978	31,0	94,0	2.555,0	2.680,00
1979	66,0	199,0	2.596,0	2.861,00
1980	110,0	181,0	2.438,0	2.729,00
1981	68,0	151,0	1.998,0	2.217,00
1982	121,7	132,9	1.621,5	1.876,10
1983	162,4	203,9	1.825,1	2.191,40
1984	113,0	127,9	1.788,4	2.029,30
1985	322,2	298,0	3.704,1	4.324,30
1986	450,5	339,9	4.842,1	5.632,50
1987	561,4	359,2	5.206,2	6.126,80
1988	500,7	419,7	4.925,9	5.846,30
1989	463,2	372,0	4.643,0	5.478,20
1990	190,2	220,9	2.892,7	3.303,80
1991	164,0	144,2	2.769,6	3.077,80
1992	118,3	118,4	2.502,5	2.739,20
1993	70,0	103,2	1.878,6	2.051,80
1994	73,4	53,4	2.011,0	2.137,80
1995	29,7	55,7	1.438,9	1.524,30
1996	80,9	41,4	3.075,2	3.197,50
1997	59,4	37,3	2.310,2	2.406,90
1998	63,4	33,1	2.091,2	2.187,70
1999	88,8	55,1	2.258,9	2.402,80
2000	85,0	49,7	1.523,7	1.658,40
2001	115,6	64,3	3.014,3	3.194,20
2002	131,7	85,3	2.696,9	2.913,90
2003	311,0	167,4	5.592,6	6.071,00
2004	298,0	191,0	5.354,4	5.843,40
2005	194,2	195,8	4.480,6	4.870,60
2006	114,3	137,4	1.982,0	2.233,70
2007	103,1	148,2	3.845,8	4.097,10
2008	167,0	265,1	5.451,9	5.884,00
2009	171,8	225,0	4.629,4	5.026,20
2010	153,2	196,6	5.531,8	5.881,60
2011	109,0	200,8	5.478,8	5.788,60
2012	68,2	162,4	4.148,9	4.379,50
2013	59,6	210,6	5.257,7	5.527,90
2014	85,8	354,6	5.530,7	5.971,10

Fonte: Dados Companhia Nacional de Abastecimento CONAB (2016).

Vale ressaltar que o fim dos subsídios ao plantio não era a causa isolada para o declínio da área plantada, tanto a campanha contrária à autossuficiência do trigo, propagada, sobretudo por organismos internacionais, quanto à substituição das áreas de cultivo pela cultura da soja, a partir da década de 1970, e a própria desregulamentação do setor concretizada na década de 1990. Quanto a este último ponto, algumas políticas já vinham sendo idealizadas na década anterior por órgãos como o FMI que exigia a retirada dos subsídios desse setor desde 1983 e que fora efetivar-se somente em 1987 com a implantação do Plano Bresser (SILVA, 1992).

Podemos evidenciar que no decorrer das últimas duas décadas, teve início a fase de importação acelerada de trigo pós-abertura de mercado na década de 1990, seguida da expansão interna da produção no decorrer dos anos 2000, fazendo com que o Brasil atingisse em 2013, no conjunto da produção interna e das importações, um volume 157% maior em relação ao início da década anterior. Diante de tal evidência de crescimento, a análise da reestruturação da cadeia produtiva do trigo, sobretudo à jusante, onde a indústria de alimentos se localiza, tende apresentar uma estrutura de processamento ajustada com tamanha ampliação da oferta de grãos.

Considera-se assim que o desenvolvimento tanto da produção interna de trigo, quanto da importação deste cereal, reflete, conforme Wilkinson (1989) um “profundo processo de transformação, tanto na base tecnológica, como nos padrões de consumo” do sistema alimentar.

2.4 Importações de *commodities* agrícolas e os efeitos sobre a produção de trigo

A década de 1990 foi marcada pelo aumento da entrada de *commodities* agrícolas no Brasil, principalmente de produtos subvencionados e que ainda contavam com a “redução das barreiras alfandegárias e controles administrativos” (MEDEIROS, 2006, p. 179). Este estado de coisas tornava, por um lado, à importação de matéria-prima uma atividade predatória à produção nacional primária, ao mesmo tempo em que barateava as mercadorias voltadas ao mercado interno, num cenário de ampliação do nível de consumo da população, sobretudo com alimentos. Para Lacerda (1999) estas situações impactaram no desempenho econômico e produtivo, exigindo uma reorganização das políticas e das estratégias empresariais.

Esta situação levou a uma reestruturação que fez com que a capacidade de moagem também crescesse em relação ao aumento da quantidade total de trigo

produzido no Brasil e importado. Em 1990 a capacidade de moagem de trigo instalada encontrava-se na casa das 9,005 milhões de toneladas, passando em 2001 para 14,445 milhões de toneladas. Para 2014 este volume foi de 11,193 milhões em 2014, segundo estimativas da ABITRIGO(2015).

Este volume estava distribuído entre nove Zonas de Consumo²³ de trigo no território brasileiro, sendo aquelas localizadas na região Sul responsáveis pelo maior percentual, detendo aproximadamente 45% do total, onde o destaque é o Paraná com 23% deste percentual. As regiões Sudeste e Nordeste processam aproximadamente 25% cada, sobre o total da moagem de trigo (ver Tabela 11).

Embora, atualmente sejam uma região praticamente nula quanto à produção de trigo, a região Nordeste possui grandes moinhos tradicionais. Os Estados que compõem esta região processam juntos 2,526 milhões de toneladas de trigo, o segundo maior volume de moagem de trigo para ano de 2014, atrás apenas do Paraná, atualmente a maior região produtora de trigo do Brasil. Segundo relatório do BNDES (2003), “em termos tecnológicos, os grandes moinhos do Brasil estão utilizando a mesma tecnologia de ponta do resto do mundo” (p. 214).

Tabela 11. Moagem de trigo no Brasil - por Estado/Região - 2014

ZONAS DE CONSUMO	ESTADO	PARTICIPAÇÃO Produção (t)	%	REGIÃO	%
I	AM/PA	316.842	2,83	Norte e Nordeste	25,4
II	MA/RN/PB/PE/AL/SE/BA/CE	2.526.837	22,57		
III	DF/GO/MS/MT	430.000	3,84	Centro Oeste	3,8
IV	SP	1.862.511	16,64		
V	MG	385.373	3,53	Sudeste	25,7
VI	ES/RJ	622.028	5,56		
VII	PR	2.630.000	23,50	Sul	45,0
VIII	SC	585.000	5,23		
IX	RS	1.825.000	16,30		
Total		11.193.591	100,00		100

Fonte dados: ABITRIGO (2016).

Um ponto importante a ser observado, conforme a tabela 11 está no fato de que, embora a região Nordeste seja responsável por aproximadamente 25,4% da moagem, a estimativa feita pela ABITRIGO (2015) para o ano de 2014, apontava para a existência

²³ Conforme o DECRETO-LEI Nº 210, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967, as zonas de consumo de trigo referem-se à divisão do país, realizada pela SUNAB, a fim de regulamentar o abastecimento de trigo nestas áreas e nos respectivos moinhos instalados.

de apenas 13 moinhos em atividade, ou seja, 6,47% do total de moinhos do Brasil. O que podemos considerar que para tal volume de trigo processado, esta região detém grandes empresas processadoras atuando no setor, uma vez que a região Sul possui em seus três Estados, um total de 148 moinhos em atividade, que juntos perfazem 73% do total, e processam aproximadamente 45% do trigo moído no Brasil (ver Tabela 12). Isto nos remete a ideia de que a região Sul possua um número maior de pequenos e médios moinhos, enquanto a região Nordeste concentra uma parcela de grandes moinhos.

Segundo Silva (1992), a distribuição espacial dos moinhos (ver Tabela 12), estaria associada à formação do parque moageiro até a década de 1950, período que antecede a regulação do Estado sobre o setor, bem como, “a prática de compra e desativação das unidades produtivas para a utilização das cotas em unidades processadoras maiores” (FRAUSINO, 1995, p. 28).

Tabela 12. Estimativa de Moinhos em atividades no Brasil – 2014

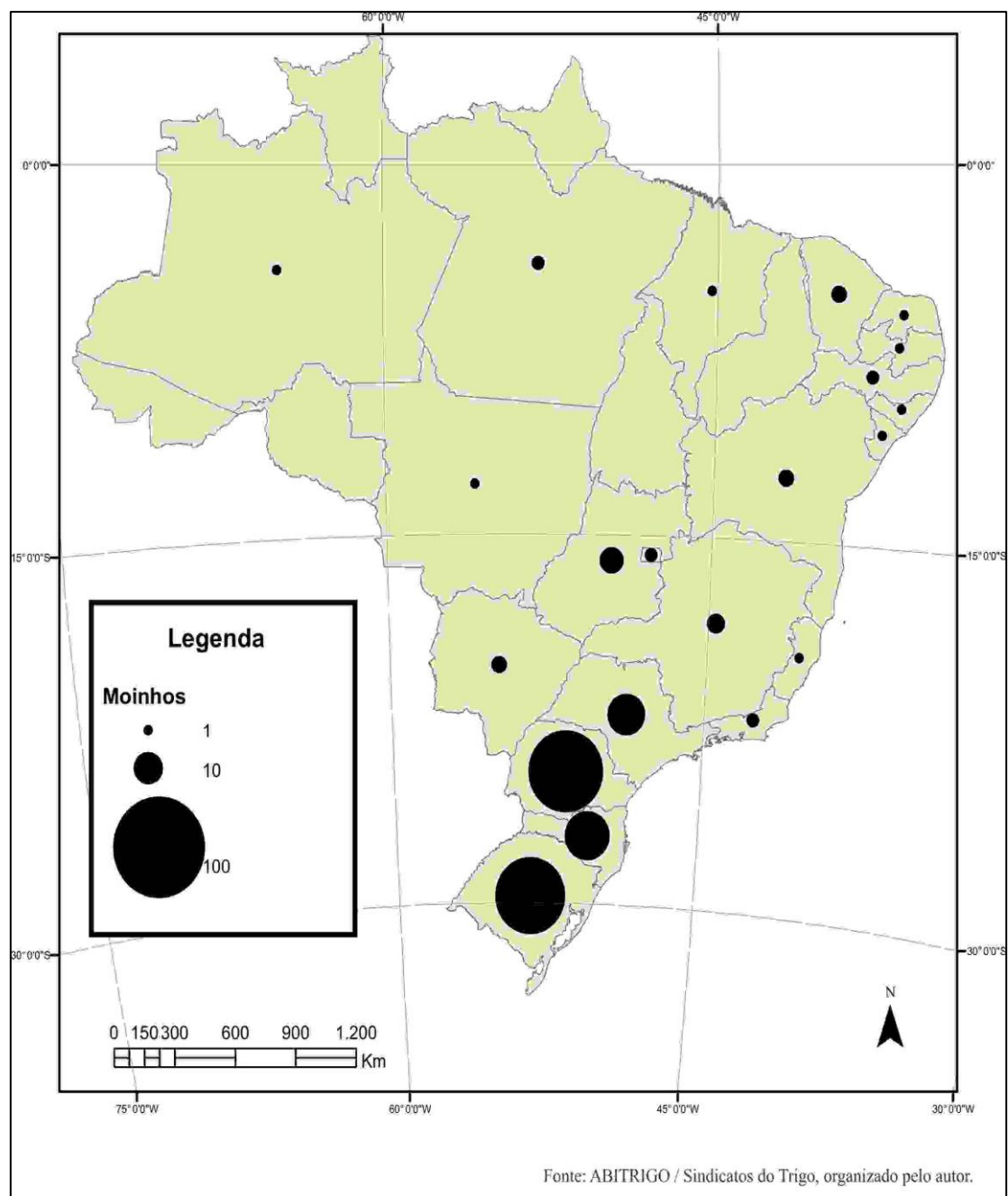
Estado	Moinhos Unidades	Percentual por Estado %	Região	Percentual por região %
Rio Grande do Sul	57	28,36	Sul	73,63
Paraná	67	33,33		
Santa Catarina	24	11,94		
São Paulo	17	8,46		
Minas Gerais	4	1,99	Sudeste	11,94
Rio de Janeiro	2	1,00		
Espírito Santo	1	0,50		
Ceará	3	1,49		
Bahia	3	1,49	Nordeste	6,47
Pernambuco	2	1,00		
Rio Grande do Norte	1	0,50		
Maranhão	1	0,50		
Paraíba	1	0,50		
Alagoas	1	0,50		
Sergipe	1	0,50		
Amazonas	1	0,50	Norte	1,49
Pará	2	1,00		
Goiás	7	3,48	Centro Oeste	6,47
Distrito Federal	2	1,00		
Mato Grosso	1	0,50		
Mato Grosso do Sul	3	1,49		
Total	201	100,00		100

Fonte: ABITRIGO / Sindicatos do Trigo (2016).

Esta concentração (Ver Mapa 01) estaria também relacionada às zonas de produção e os custos finais de processamento, representando também uma estratégia empresarial (KON, 1994), sobretudo quanto à entrada de novos moinhos e expansão dos existentes:

A maior quantidade de moinhos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, explica-se na medida em que eles se estabeleceram originalmente perto das zonas de produção. Este fenômeno relaciona-se ao menor custo médio por tonelada transportada do produto processado do que do trigo em grão, como o valor é por peso, quanto maior o valor agregado do produto transportado, menor será seu custo médio. Assim era mais lucrativa a localização perto do centro produtor doméstico (Região Sul) ou localizado próximo à Argentina, principal fornecedora no passado, do que dos centros consumidores. (SILVIA, 1992, p.100).

Enquanto na Região Sul a concentração espacial da indústria moageira conta com a localização da produção primária como fator para determinar a distribuição dos moinhos, nas Regiões Norte e Nordeste, distante das zonas produtoras, esta indústria encontra como fatores determinantes a sua localização, os centros consumidores e as regiões portuárias, uma vez que estas zonas dependem de seu abastecimento via “importação marítima” (SILVA, 1992).



Mapa 01. Distribuição espacial dos moinhos de trigo no Brasil em 2014. Fonte: ABITRIGO/Sindicato do Trigo. Organizado pelo autor.

Os centros consumidores localizados no Norte e Nordeste do Brasil ao apresentar crescimento quanto ao consumo de farinha e derivados de trigo, provocaram uma sobreutilização da capacidade regional. Estes fatores relacionados à demanda foram ao encontro da expansão do setor naquela região, amparada pelo projeto de industrialização encabeçado pela SUDENE (KIRSCHNER. s.d), a qual favoreceu a concentração e o crescimento regional dos grupos envolvidos no setor. Incluem-se neste processo as fusões e aquisições tanto por parte dos grupos instalados na região, quanto por empresas estrangeiras.

Atualmente esta região possui algumas das maiores indústrias nacional de derivados de trigo, detendo grande participação no mercado nacional de biscoitos e massas alimentícias. Como exemplo, podemos considerar o desempenho da companhia M. Dias Branco, localizada em Fortaleza, no Ceará, que detém atualmente 28,1% do mercado nacional de biscoitos e 28,9% do mercado nacional de massas²⁴, produto que possui outra companhia regional em terceira colocação, J. Macedo com 9,8% do mercado nacional quanto à participação em termos de volume vendido²⁵.

O cenário existente a partir dos anos 1990, impôs à indústria nacional uma nova realidade de mercado, agora convivendo com a acentuada penetração dos grupos internacionais²⁶ e a mudança do perfil de consumo, provocando mudanças do perfil dos produtos industrializados, sobretudo, através de diversificação. Esta realidade impõe uma nova dinâmica tecnológica, atraindo inovação em processos e produtos para atender novos nichos de mercado através da agregação de valor (KON, 1994).

Esta mudança na direção das empresas através de diferentes estratégias, por certo, teve papel decisivo em seus resultados. Conforme DICKEN (2010), a estrutura produtiva necessitava ser mais complexa pautada em “processos de produção especializados e padronizados, respondendo a padrões econômicos de eficiência e competitividade” (p. 379). É neste contexto que as indústrias de biscoitos e de massas alimentícias emergem dentro da cadeia agroindustrial do trigo e conseqüentemente na indústria de alimentos, via novas estratégias competitivas, induzidas, sobretudo, pela mudança no quadro político e econômico.

²⁴ Até 1997 a empresa M. Dias Branco detinha aproximadamente 6,7% do mercado de massa no Brasil, os números atuais expressam a elevada concentração do setor através de fusões e aquisições, após este período.

²⁵ Dados extraídos do site da Companhia M. Dias Branco (<http://ri.mdiasbranco.com.br/>)

²⁶ Conforme Lacerda (1999, pp. 32 e 67), em 1996 o Brasil era o segundo colocado no ranking da WIR (World Investment Report) quanto ao estoque de IED (Investimento externo direto) com US\$ 108,3 milhões, atrás apenas da China com 169,1 milhões, entre os países em desenvolvimento e ocupando o 9º lugar no ranking geral dos países.

Embora, nas duas décadas anteriores, o perfil do consumo de derivados de trigo no Brasil tinha como principal produto o pão e, portanto, o setor de panificação detinha a maior parcela do consumo de farinha de trigo e o maior número de estabelecimentos. No ano de 1970 o número de estabelecimentos da indústria de panificação era de 18.857, passando para 21.888 no ano de 1980 (SILVA, 1992), assim, o setor de panificação respondia por cerca de 60% do consumo de trigo neste período.

Diante deste quadro, o consumo *per capita* em 1980 era de 25,25 Kg/ano para o pão, enquanto para massa alimentícia era de 6,20 Kg/ano e o de biscoitos era de apenas 1,62 Kg/ano por habitante²⁷. Atualmente o consumo *per capita* destes produtos encontra-se em 8,47 Kg/ano para biscoitos e 6,17 Kg/ano para massas alimentícias (ver Tabela 13), apresentando baixo crescimento no decorrer do período analisado entre 2011 e 2015, colocando o Brasil em 5º colocado quanto consumo de biscoitos no mundo e em 9º colocado quanto ao consumo de massas.

Tabela 13. Consumo *per capita* de Massas Alimentícias e Biscoitos

Ano	Período 2011 a 2015				
	2011	2012	2013	2014	2015
Biscoitos (kg/ano)	8,18	8,41	8,49	8,39	8,47
Massas Alimentícias (kg/ano)	6,06	6,22	6,29	6,28	6,17

Fonte: Abimapi/Nielsen (2015).

Diante da constatação de uma demanda, principalmente para o mercado de biscoitos, ocorre uma ampliação da estrutura produtiva no setor. Em 1970 existiam 260 indústrias de biscoito, passando em 1980 para 926 indústrias, um crescimento de 256% para o setor, enquanto que na indústria de massas alimentícias no mesmo período o crescimento foi de apenas 10%, passando de 415 para 458 estabelecimentos industriais (Dados FIBGE/INDEF in SILVA, 1992). Podemos considerar que a população Brasileira deixou de ser preponderantemente rural justamente entre 1960 e 1970, passando assim a apresentar uma nova estrutura urbana²⁸ e de consumo, impulsionando o surgimento das indústrias, sobretudo de alimentos.

²⁷ Consumo convertido de grama/dia para Kg./Ano. Dados extraídos de FIBGE/INDEF in SILVA, 1992.

²⁸ Os dados dos Censos Demográficos do IBGE mostram que em 1950 a população urbana brasileira era de 18.782.891 de hab., sendo a taxa de urbanização de 36,1%. Com a urbanização crescente da população brasileira a taxa de urbanização em 1970 era de 55,9%. Em cinquenta anos, entre 1950 e 2000, a população urbana aumentou 633,4% e em 2000 era de 137.755.550 hab., o que corresponde a uma taxa de urbanização de 81,2%. A população urbana aumentou quase três vezes mais do que a população total nesses cinquenta anos. (<http://www2.fct.unesp.br/>)

Porém, conforme Kirchner (2008), um fator importante de se observar para o período de 1974 a 1980 está no fato de que embora a cotação internacional do trigo declinasse o governo mantinha os subsídios aos moinhos por receio quanto aos impactos negativos que tal retirada iria causar na inflação. Este fator favoreceu a capitalização dos moinhos e permitiu posteriormente que estes fossem em direção ao processamento de produtos com maior valor agregado, impulsionando o desenvolvimento da indústria de derivados.

2.5 Síntese e Conclusão do Capítulo II

Diante do exposto a nova ordem política, fruto do pacto de poder nascente na década de 1930, caminhou em busca de uma industrialização que conduzisse o país a uma nova fase, agora regida por um capitalismo industrial de caráter nacional. O conjunto de políticas que são em plantadas a partir de então acabam por contemplarem também a cadeia agroindustrial tritícola da época. Tendo como propósito a diminuição da dependência do trigo importado e a ampliação do abastecimento de trigo nacional para uma população que se tornava cada vez mais urbana.

A partir deste período o mercado interno passa a ter prioridade e consequentemente a criação de políticas para o desenvolvimento e ampliação da produção de bens de consumo. Como a industrialização brasileira se dá pelo departamento II, ou seja, pela produção de bens de consumo, as leis que surgem acabam por atuar, sobretudo, na produção primária e no primeiro processamento, a exemplo da moagem de trigo, adquirindo máquinas e equipamento via importação. O incentivo a expansão da produção agrícola de trigo tem seu foco na busca pelo aumento da produtividade com políticas voltadas a ampliar as pesquisas, através das estações experimentais que passam a ganhar importância.

A sucessão de políticas e instituições que são criadas no decorrer das décadas que seguem, aprofundam as relações de produção através da mecanização do campo, com a importação de máquinas e equipamentos, a serem utilizadas pela cadeia produtiva do trigo, através da isenção de tarifas alfandegárias. Estas leis inerentes à abertura da importação de bens de capital, amplia consideravelmente a capacidade produtiva do setor moageiro, indo de encontro, também do interesse internacional. O que se constata no final da década de 1940 é a existência de um grande estoque de trigo nos Estados Unidos da América, período que coincide com a realização de um acordo Internacional

do Trigo, onde certa coordenação e controle da produção e da distribuição do trigo no mundo passam a ser exercida por um determinado grupo de países, dos quais os Estados Unidos da América passa ter papel central, inclusive oferecendo um pacote de vantagens para a aquisição deste cereal a países como o Brasil. Este acordo conduziu o Brasil, a partir da década de 1950, a ampliar a importação de trigo norte-americano, reduzindo a produção nacional.

No decorrer da década de 1950 a queda na produção interna de trigo torna-se expressiva, fator associado à falta efetiva de controle sobre as condições de importação e processamento, fatores que favoreciam ampliação da capacidade ociosa diante do consumo estimado para o final da década de 1950. Esta situação de descontrole e de interesses externos, ocasionou uma série de atitudes danosas à produção interna e ao Estado, a exemplo do sistema fraudulento conhecido como trigo-papel.

Este estado de coisas fez com que na década seguinte uma política mais rigorosa fosse implantada. A partir de 1960 é criado o Departamento Geral de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN) a fim de impor condições mais restritivas ao processamento e ao acesso ao trigo importado, centralizando as compras em instituições então regidas pelo Banco do Brasil. Estas políticas ainda restringiam a quantidade de trigo fornecida a cada zona de processamento de trigo no Brasil a aproximadamente 60% da capacidade produtiva relacionada à moagem, reduzindo assim o número de moinhos em atividade ao longo das três décadas seguintes.

O Estado ainda contava com uma série de políticas de subsídio ao consumo de trigo como estratégias de controle da inflação, uma vez que as oscilações cambiais poderiam exercer pressão sobre o preço do trigo e do produto final. Contudo, no decorrer da década de 1970 estas políticas, até certo ponto, acabaram por impedir o desenvolvimento do setor tritícola, uma vez que o abastecimento do mercado era controlado pelo Estado, tanto na aquisição de insumo quanto no preço do produto final, limitando o desenvolvimento de estratégias competitivas que desenvolvessem o setor e a qualidade dos produtos. O período compreendido entre 1970 e 1990 favoreceu a concentração produtiva, uma vez que houve uma redução no número de moinhos em funcionamento no país, passando de aproximadamente 420 unidades para 178.

O controle sobre a cadeia produtiva se apresenta para o setor até a década de 1990, quando então é posto fim nas políticas vigentes sobre o setor tritícola. Uma nova fase é marcada, sobretudo, pela liberalização do setor para aquisição do trigo e livre atuação no mercado.

A nova fase política, econômica e institucional que tem início a partir de 1990 expõe a produção agrícola de trigo ao mercado externo. A baixa competitividade do setor frente à produção externa, logo desencadeia uma queda na produção interna e uma ampliação nas importações de grãos. Enquanto em 1989 a participação da produção nacional era de 80,95% do total, com a desregulamentação este percentual passa para 19,99% em 1995. A produção primária volta a patamares semelhantes, quanto ao volume de produção, somente a partir de meados dos anos 2000, onde coincide com as novas políticas econômicas e a ampliação do crédito destinado ao setor. Vale ressaltar que a expansão do consumo via estabilização da moeda, nos anos 1990 e posteriormente a inclusão de uma camada da sociedade na economia através de programas sociais, emprego e ampliação da renda, acaba por elevar o volume total de trigo processado no país. A recuperação gradual da produção interna acaba por não reduzir o volume absoluto de trigo importado, ao contrário, ambos apresentaram crescimento, a exemplo do ano de 2008 em que a produção interna atingiu 6.027 Milhões de toneladas e a importação nada menos que 6.623 Milhões de toneladas.

Tal volume de trigo exigiu adequações do setor, sobretudo no primeiro processamento. A indústria moageira, logo expande sua capacidade de processamento, Com uma estrutura produtiva distribuída nas principais áreas produtoras de trigo, este elo da cadeia produtiva, eleva sua capacidade de processamento, sobretudo pela modernização das plantas industriais, uma vez que o número de unidades pouco cresceu em relação às duas décadas anteriores. Estes fatores referentes à modernização impactaram na distribuição geográfica do processamento, elevando a participação de regiões com reduzido número de moinhos, através da modernização de suas estruturas.

A abertura da economia, somada as políticas cambiais e a redução das tarifas alfandegárias, expôs também, a indústria de derivados de trigo a concorrência. As importações dos produtos derivados de trigo (massas, biscoitos e pães) passaram de US\$ 8,8 milhões em 1992 para US\$ 77,3 milhões em 1996. Somado ao saldo negativo quanto à balança comercial do setor, o cenário nacional favorecia ainda a entrada de empresas multinacionais, em busca de um mercado interno em expansão. Este estado de coisas levou a um processo de reestruturação, tanto industrial, quanto espacial de seus negócios. As estratégias de integração vertical e horizontal dos processos fez com que moinhos tradicionais, na busca por agregação de valor para seus produtos, a exemplo da farinha, passassem a atuar na produção de derivados, como biscoitos e massas

alimentícias, além de outros. Tais movimentos patrimoniais, realizados pelo capital nacional, acabaram por consolidar grandes grupos empresariais ao longo das duas últimas décadas.

Capítulo III

3.1 A abertura econômica e a cadeia produtiva do trigo a partir da década de 1990

As análises sobre a década de 1990, tanto de Gonçalves (2003) quanto de Cano (2008), apresentam o período caracterizado pela abertura de nossa economia, como sendo retratado por uma série de mudanças estruturais e conjunturais. Se de um lado, este período, foi marcado pelo fim de uma hiperinflação e de uma sucessão de planos de estabilização monetárias mal sucedidas, por outro lado, traz como infeliz prioridade o combate à inflação, através de políticas macroeconômicas em detrimento ao crescimento econômico via investimentos. Este pacote contava ainda com uma valorização cambial destrutiva, sobretudo para a indústria nacional²⁹.

A valorização do real perante o dólar tornou-se condição favorável às importações, fazendo com que estas crescessem aproximadamente 143% nos primeiros quatro anos do Plano Real passando de US\$ 25,8 bilhões em 1993 para US\$ 61,5 bilhões em 1997 (LACERDA, 1999).

Segundo Cano (2008), esta valorização cambial acabou por engolir fatias importantes do mercado interno através dos níveis elevados de importação, afetando diferentes setores da indústria nacional no período:

A combinação da redução das alíquotas de importação com a valorização da moeda local e a ineficácia ou inexistência dos mecanismos de proteção ao *dumping* e práticas desleais de comércio internacional, tem significado um pesado ônus ao país, com a substituição da produção local por importações, mesmo em setores com capacidade competitiva. (LACERDA, 1999, p. 119).

Na cadeia produtiva do trigo, esta situação trouxe uma forte concorrência para o setor, conforme Tabela 14, as importações dos produtos derivados de trigo (massas, biscoitos e pães) passaram de US\$ 8,8 milhões em 1992 para US\$ 77,3 milhões em 1996. Este crescimento, por certo, representou muito mais que elevada penetração de produtos importados no mercado nacional, acabou por atrair também, o capital

²⁹ Sobre a abertura econômica e seus impactos, ver a respeito em SOUZA, N. A. Economia Brasileira Contemporânea. De Getúlio a Lula. São Paulo, Atlas. 2007.

estrangeiro para o mercado brasileiro de alimentos, contribuindo assim para as fusões e aquisições que se intensificariam a partir de então³⁰.

Tabela 14. Exportações e importações de Massas, Biscoitos e Pães
(Brasil - 1992 a 1996)

Comércio exterior (em US\$ milhões)	1992	1993	1994	1995	1996
Exportações	6,2	8,0	10,2	14,7	19,5
Importações	8,4	12,9	17,9	65,9	77,3
Saldo	-2,2	-4,9	-7,6	-51,2	-57,8

Fonte: RODRIGUES (1999).

Neste sentido o quadro político e econômico que se instala a partir da década de 1990, traz consigo a mudança de direção das políticas e instituições que regiam o país até então, rompendo com o modelo de regulamentação existente:

O setor foi repentinamente desregulamentado sem um período de transição de políticas, o que representou o desmanche do antigo modelo, o fim da estabilidade e o início da concorrência estrangeira, com a consequente quebra de muitos produtores, moinhos e empresas. (BNDES, *s.d.* p. 392)³¹,

A partir da abertura do mercado nacional o que aparece de forma abrupta nos dados do setor tritícola é a queda na produção nacional do trigo. No ano de 1989 esta produção era de 5.5 milhões de toneladas, já em 1995, a partir de uma queda contínua, a produção atinge o patamar de 1.5 milhões de toneladas, enquanto que na outra ponta, as importações elevam-se, partindo respectivamente de 1.3 milhões de toneladas para alcançar 6.1 milhões de toneladas no mesmo período, provocando a inversão brusca dos valores³².

No período compreendido entre 1960 e 2013 o Brasil ocupou lugar de destaque no ranking dos principais países importadores de trigo no mundo, mantendo o terceiro maior volume médio quanto às importações desde a década de 1960 (USDA, 2017).

Se no ano de 1990 a quantidade de trigo nacional e importado, contabilizado no

³⁰ Segundo Belik (2001) este movimento já estava ocorrendo desde o final da década de 1980, a partir do qual ocorre acentuada penetração das empresas estrangeiras no setor de Biscoitos e massas, sobretudo entre 1985 a 1997.

³¹ Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/exportset/set1806.pdf>. Acesso em: Março de 2016.

³² Neste recorte temporal de análise encontramos a consolidação do MERCOSUL como zona de livre comércio no ano de 1995, o que permitiu a entrada de grande volume de trigo Argentino, de melhor qualidade e menor valor, frente ao trigo nacional.

Brasil, perfazia o total de 5,055 milhões de toneladas, em 2003 esta quantidade atinge em volume de 12,764 milhões de toneladas (ver Tabela 15).

Tabela 15. Produção Nacional de Trigo e Importação Período de 1989 a 2013

Ano	Produção Nacional (A)		Importação (B)		Total (A+B)
	(Toneladas)	% sobre o total	(Toneladas)	% sobre o total	(Toneladas)
1989	5.555	80,95	1.307	19,05	6.862
1990	3.093	61,18	1.962	38,82	5.055
1991	2.916	38,42	4.673	61,58	7.589
1992	2.795	38,83	4.403	61,17	7.198
1993	2.197	28,12	5.615	71,88	7.812
1994	2.096	25,50	6.123	74,50	8.219
1995	1.533	19,99	6.135	80,01	7.668
1996	3.292	30,05	7.663	69,95	10.955
1997	2.489	33,91	4.850	66,09	7.339
1998	2.269	26,18	6.395	73,82	8.664
1999	2.461	26,31	6.891	73,69	9.352
2000	1.661	18,01	7.523	81,92	9.184
2001	3.364	32,40	7.016	67,60	10.380
2002	3.105	32,08	6.572	67,92	9.677
2003	6.153	48,20	6.611	51,80	12.764
2004	5.818	54,55	4.847	45,45	10.665
2005	4.658	48,28	4.988	51,72	9.646
2006	2.484	27,55	6.530	72,45	9.014
2007	4.114	38,26	6.638	61,74	10.752
2008	6.027	49,97	6.032	50,03	12.059
2009	5.055	48,14	5.445	51,86	10.500
2010	6.171	49,39	6.323	50,61	12.494
2011	5.690	49,78	5.740	50,22	11.430
2012	4.418	40,17	6.580	59,83	10.998
2013	5.738	44,10	7.273	55,90	13.011

Fonte: FAO - Food and Agriculture Organization (2016). Organização do autor.

Além do crescimento elevado, superior a 153% no volume total, o que aparece como expressiva é a produção nacional, alcançando no ano de 2003, uma safra de 6.153 milhões de toneladas de trigo, representando aproximadamente 49% do total do trigo contabilizado no mercado nacional, enquanto para o ano 1995 este percentual era de aproximadamente 19,99% de trigo nacional para 80,01% de trigo importado.

Esta ampliação na produção nacional a partir dos anos 2000 pode ser justificada por alguns elementos, tanto macroeconômicos como externos, assim podemos considerar que:

A partir de 2000, com a melhoria paulatina dos preços externos (as cotações médias em Chicago passaram de US\$ 2,57/bushel em 2000 para US\$ 3,34/bushel em 2003, ou seja, um aumento de 30%, chegando a US\$ 3,58/bushel na média dos primeiros nove meses de 2004) e os efeitos da desvalorização cambial realizada pelo Brasil em 1999, quando passou a adotar um regime cambial flexível, as importações ficaram mais custosas. Esta nova realidade levou a um aumento na produção de trigo no interior do Brasil, fato que reduziu o volume importado. (BRUM *et al*, 2005, p.7).

Entretanto, podemos considerar também as políticas de crédito agrícola, que atingiram o setor tritícola, como fator de retorno na produção de trigo no Brasil após o ano 2000, uma vez que este período foi amparado por um expressivo aumento no crédito, apresentando diferença quanto à atenção concedida na década anterior:

De 1999 até 2004, o crédito para o trigo subiu 388% indo de R\$ 303 milhões a R\$ 1.480 milhões em valores de 2008. Houve uma queda de 17,5% do financiamento para o trigo em 2005 para R\$ 1.221,3 milhões e ele se manteve praticamente estável em 2006, R\$ 1.271,2 milhões, para então ter um crescimento de 114% para R\$ 2.718 milhões até 2008. (BENINNI & BACHA, 2010, p. 08).

As oscilações na produção agrícola de trigo como visto, além de possuírem influência de fatores naturais e da oferta mundial deste cereal no mercado, estão também relacionadas com as mudanças na política econômica, e seus impactos no regime do câmbio. Considerando que a Argentina³³ situa-se como um dos maiores

³³ Conforme dados de 2008 da Food and Agriculture Organization (FAO), cerca de 70% das importações brasileiras são provenientes da Argentina. A não incidência de tarifa de importação para o trigo dentro do MERCOSUL e o câmbio valorizado são alguns dos vetores que explicam a alta participação desse país no

exportadores de trigo para o Brasil, além da sua proximidade em relação ao Brasil, tanto o câmbio quanto as políticas tarifárias em relação ao MERCOSUL, influenciam na ampliação da importação e na redução da produção agrícola nacional, em virtude dos custos de produção do trigo nacional em relação ao importado.

3.2 Reestruturações produtivas e evolução do comércio de derivados de trigo

A partir da década de 1990 o setor de alimentos cresceu de forma considerável quanto a seu faturamento, atingindo no período compreendido entre 1990 e 1998, um crescimento de 24,4% em comparação com a indústria geral que atingiu no mesmo período um crescimento de 8,1% (BELIK, 2001).

Este crescimento, segundo Belik (1994), é resultado de uma profunda reestruturação, como consequência de mudanças técnicas e organizacionais que vinham ocorrendo na indústria brasileira de alimentos desde a década de 1970. Portanto, pode-se considerar, conforme Medeiros (2010) que uma nova onda de reestruturação em processos e produtos ocorreu na década de 1990:

A partir da década de 1990 a questão da contínua inovação e diversificação passaram a ocupar papel central na pauta das estratégias dos setores industriais. Assim como o investimento em grande parte é determinado pelas expectativas do empresário de aumento de lucratividade, seja por rebaixamento dos custos de produção, seja por aumento de vendas e conquistas de novos mercados, a introdução de novos produtos também obedece em primeiro plano a expectativa de resultados (MEDEIROS, 2010, p. 62).

Conforme a Tabela 16, no ano de 1996 a indústria de alimentos havia registrado uma receita de R\$ 78,6 bilhões em vendas, enquanto em 2006, atingiu o valor de R\$ 262,3 bilhões, um crescimento de aproximadamente 350% no período. Estes valores continuaram crescendo nos anos posteriores, atingindo em 2014 a cifra de R\$ 492,8 bilhões³⁴.

fornecimento do produto aos moinhos brasileiros. Panorama das importações de trigo no Brasil, BNDES Setorial 34, p. 389-420 Consultado em Nov. 2016.

³⁴Conforme dados da CNI, “Os setores de alimentos e bebidas representam aproximadamente 20% dos trabalhadores da indústria de transformação do Brasil. Em termos de faturamento, os dois representam 10% do total do PIB, com receita superior a R\$ 480 bilhões, e ainda correspondem a 22% da indústria de transformação. Mesmo em um cenário de desaceleração econômica, a indústria de alimentos e bebidas mantém crescimento acima do patamar nacional, em torno de 4,6% em 2012”.

Tabela 16. Receita total da indústria de alimentos no Brasil período de 1996 a 2013

Ano	Receita (Bilhões de Reais)	Crescimento %
1996	78,6	-
1997	86,4	9,92%
1998	91,8	6,25%
1999	109,1	18,85%
2000	115,2	5,59%
2001	142,2	23,44%
2002	176,7	24,26%
2003	206,1	16,64%
2004	234,2	13,63%
2005	240,9	2,86%
2006	262,3	8,88%
2007	290,8	10,87%
2008	281,4	-3,23%
2009	302,2	7,39%
2010	336,1	11,22%
2011	400,6	19,19%
2012	459,3	14,65%
2013	492,8	7,29%

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual. (2016) Elaborado pelo autor. *Em valores correntes.

*Base de dados para os anos 1996 a 2007 expressam valores sobre a receita total incluindo bebidas, para os anos de 2008 a 2013 dados sobre a receita líquida sobre alimentos.

Nesta tendência, os derivados de trigo, como biscoitos e massas alimentícias, percorreram a mesma trajetória de crescimento em vendas, passando a ocupar colocação relevante quanto a seu faturamento (ver Tabela 17). Em 2014 passa a ocupar o sexto lugar entre os setores das indústrias de alimentos, partindo de R\$ 19,9 bilhões em 2010 para atingir R\$ 29,5 em 2014, apresentando um crescimento de aproximadamente 49% sobre o seu faturamento.

Tabela 17. Ranking dos principais setores – Indústria de produtos alimentares no Brasil
Período 2010-2014

Principais Indústria de Produtos Alimentares (Faturamento Líquido a Preços Correntes – R\$ Bilhões)	2010	2011	2012	2013	2014
Derivados de Carne	66,0	79,1	88,7	100,8	115,6
Beneficiados de Café, Chá e Cereais.	35,9	40,6	46,9	52,8	56,9
Açúcares	37,7	42,2	41,9	40,9	38,3
Laticínios	33,1	38,1	42,2	50,1	55,2
Óleos e Gorduras	29,3	34,5	40,9	42,3	44,7
Derivados de Trigo	19,9	21,4	23,5	26,8	29,5
Derivados de Frutas e Vegetais	15,1	18,0	20,4	23,7	25,5
Diversos (salgadinhos, sorvetes, temperos e leved.)	17,7	20,5	24,2	28,7	31,5
Chocolate, Cacau e Balas.	10,5	11,5	12,4	13,1	13,4
Desidratados e supercongelados	6,5	7,4	9,5	11,3	13,2
Conservas de Pescado	2,5	2,9	3,4	4,0	4,6

Fonte: Dados Números do Setor – Faturamento, ABIA (2015).

Conforme Kirchner (2008), com a desregulamentação do setor nos anos 1990, a reestruturação levou muitos moinhos a diversificar suas atividades, “especialmente ingressando em outros segmentos da cadeia produtiva, como a fabricação de massas e biscoitos” ampliando assim o leque de empresas atuantes no setor bem como a oferta de produtos, através do processo de integração vertical (KON, 1994).

Segundo Belik (1994) a liberdade para atuar sob a formação dos preços dos produtos acabou por despertar o interesse por associações entre a indústria de massas e biscoitos e os moinhos. Um processo que contemplava ainda a entrada de empresas multinacionais em ambos os lados da indústria, tanto no setor moageiro, quanto na indústria de alimentos derivados de trigo, como de biscoitos e massas alimentícias. Um processo que por certo, iria ao encontro das novas demandas que surgiram frente à conjuntura econômica da época.

Conforme Kohn (1994) as alterações na vida econômica iriam favorecer as reestruturações industriais, levando a um processo de transformações qualitativas e a um novo ambiente concorrencial. Esta situação era contemplada ainda com as novas formas de financeirização que foram apresentadas às empresas e ao Estado pelo “capitalismo moderno” que surgia no Brasil na década de 1990 (BELLUZZO, 2013).

O mercado interno vinha mantendo níveis estáveis quanto ao consumo *per capita* de biscoitos, que para o ano de 2015 ficou em de 8,47 Kg/ano, volume semelhante à média dos últimos quatro anos, que foi de 8,49 Kg/ano. A indústria de biscoitos obteve um crescimento em vendas no período entre 2005 e 2014 de

aproximadamente 91%, conforme o gráfico 02. O maior crescimento percentual se deu entre os anos de 2009 e 2010, onde o valor em vendas passa de R\$ 4,726 Bilhões para R\$ 6,262 Bilhões, apresentando 32% de crescimento, coincidindo com o período, entre 2009 e 2011, no qual o ganho real do rendimento do trabalho foi de 8,1% (PNAD, 2014) e o PIB do Brasil alcançou 7,53%, a maior taxa de crescimento recente (IBGE, 2015).

Podemos considerar que o incremento nas vendas e, sobretudo, na receita do setor analisado aqui, está associado ao fato de que:

Cada aumento na renda leva a substituição dos alimentos, o que leva o foco da atenção novamente para o surgimento de novos produtos que possam ocupar o espaço dos tradicionais ou mesmo ampliar os espaços de consumo. (MEDEIROS, 2009. p. 182).

Esta situação do mercado está associada assim ao que chamamos de elasticidade renda, onde o padrão de consumo se altera ao passo que a renda cresce, estabilizando o consumo de produtos básicos ao longo do processo e ampliando o consumo de produtos sofisticados e de maior valor agregado. Assim cria-se a partir da ampliação da renda e da própria camada solvável, um novo padrão de consumo e de produção. O aumento em vendas tanto da indústria quanto do varejo reflete um setor dinâmico quanto à inovação em produtos, que através da diferenciação e agregação de valor passa a atuar com foco em diferentes camadas da sociedade.

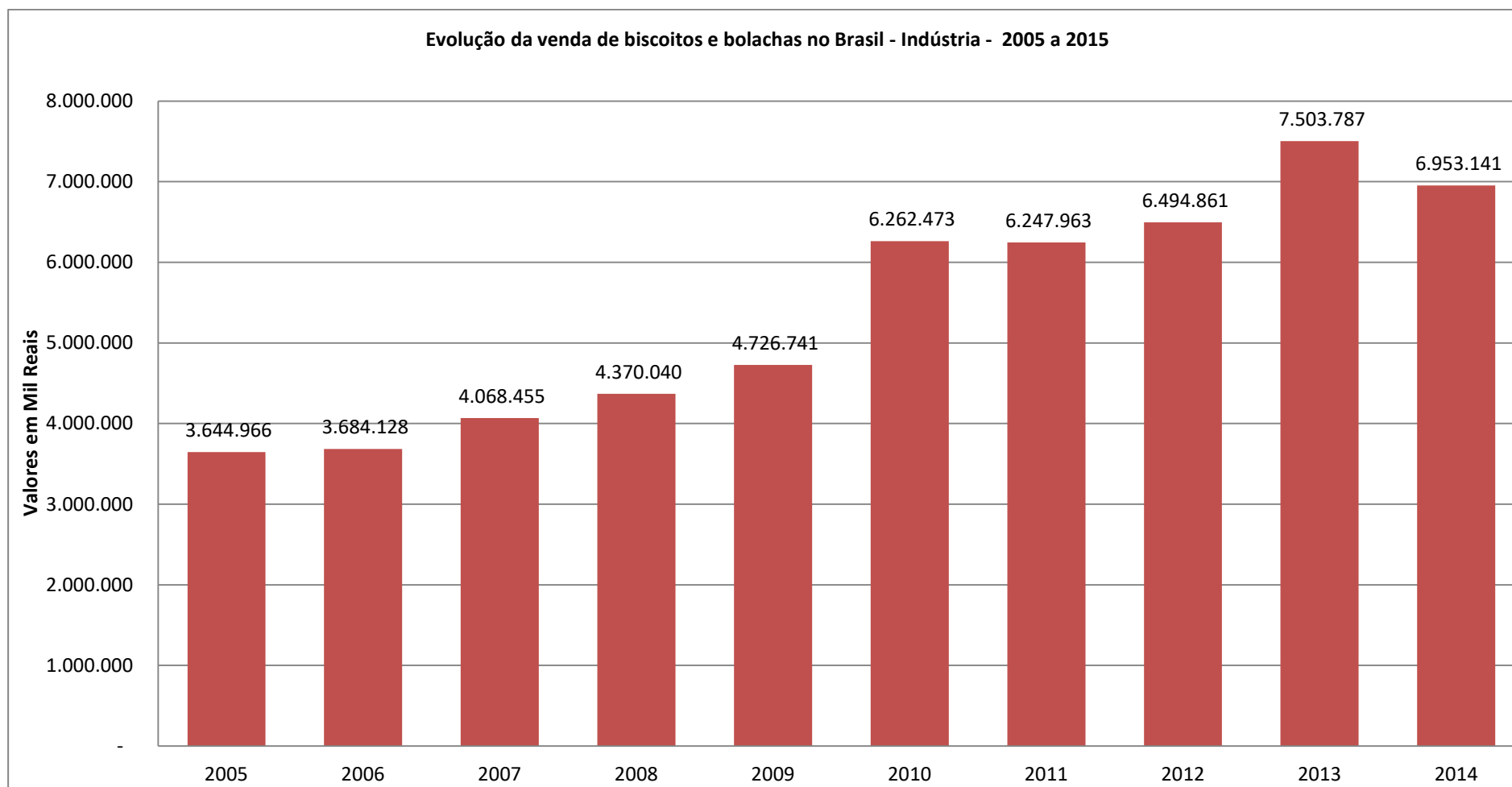


Gráfico 02 – Evolução da venda de biscoitos e bolachas no Brasil – Indústria – 2005 a 2014. Fonte: IBGE, SIDRA, Prodlist – Indústria 2013. Organizado pelo autor. *Os dados são referentes à venda da indústria de Biscoitos e Bolachas. Segundo IBGE pode haver omissão de dados para garantir o sigilo das informações fornecidas.

O que se observa, conforme Tabela 18, é um aumento no faturamento total do varejo com as vendas de biscoitos, que passaram de 14,197 Bilhões em 2011 para R\$ 21,043 bilhões em 2015, representando um crescimento de 48% em quatro anos.

Tabela 18. Vendas de Biscoito - Brasil (bilhões R\$) Período 2011 a 2015

Biscoitos - Vendas (bilhões R\$)	2011	2012	2012	2014	2015	Crescimento %
Recheado	4,497	4,830	5,305	5,705	6,074	35,07%
Secos / Doces Especiais	1,930	2,075	2,462	2,907	3,146	63,01%
Água e Sal / Cream Cracker	2,166	2,461	2,721	2,902	3,079	42,15%
Salgado	1,744	1,997	2,168	2,398	2,546	45,99%
Waffer	1,414	1,600	1,754	1,850	1,953	38,12%
Maria / Maisena	1,190	1,314	1,470	1,630	1,809	52,02%
Rosquinha	0,563	0,688	0,828	0,918	1,008	79,04%
Cookie	0,353	0,439	0,646	0,884	0,974	175,92%
Coberto / Palito	0,150	0,164	0,174	0,184	0,177	18,00%
Importados	0,064	0,083	0,100	0,116	0,125	95,31%
Champagne	0,081	0,083	0,089	0,090	0,091	12,35%
Misturado	0,045	0,046	0,052	0,057	0,060	33,33%
Total (bilhões R\$)	14,197	15,782	17,770	19,641	21,043	48,22%

Fonte: ABIMAPI & NIELSEN (2015)

Em levantamento³⁵ feito entre as principais indústrias de biscoitos, encontramos um amplo *mix* de produtos, indo de produtos tradicionais a produtos de alto valor agregado, acompanhando tendências de consumo. Conforme Gonçalves (1994) as novas condições e hábitos da sociedade atuam de forma a mudar o padrão produtivo:

Prevalência de uma economia de demanda, na qual não basta mais produzir em série um dado produto na escala máxima, tendo de atender às exigências de cada segmento de consumidores, flexibilizando as linhas de produção e com isso criando **o produto em série personalizado**, compatível com cada nicho de mercado. (GOLÇALVES, 1994. p. 37, grifo do autor).

A agregação de valor nos produtos por certo tem sido um diferencial para garantir a elevação do faturamento em vendas, sobretudo na indústria de biscoitos. As

³⁵ Levantamento realizado através de consultas ao portal da Associação Brasileira de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos industrializados (ABIMAPI) e ao projeto setorial *Happy Goods* desenvolvido pela ABIMAPI e Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos APEX- Brasil). Visita técnica a indústria de Massas Selmi (Rolândia, PR) e Indústria de Massas e Biscoitos Casaredo (São Lourenço do Oeste, SC). Consulta ao site das empresas listadas.

estratégias de diferenciação de produto, sobretudo baseados na mesma tecnologia (ou utilizando tecnologia incremental), torna este setor muito dinâmico do ponto de vista da oferta. Esta estratégia induz a uma forma de concorrência oligopolista, não mais pelo preço e sim por tipos de mercadorias diversos e melhores. Devemos, porém, lembrar que a diferenciação significa:

Qualquer mudança na característica do produto, seja uma modificação em sua natureza, na embalagem, no tamanho, formas de apresentação, particularidades no desenho, cor e estilo ou uma melhoria na qualidade, da origem a uma mercadoria diversificada e, neste sentido, um produto diferente é considerado um produto novo. (Kon, 1994, p. 87).

Estas possibilidades de desenvolvimento de produtos fazem com que o portfólio destas empresas seja cada vez maior, alcançando números bastante expressivos, como o caso da empresa Germani, atualmente pertencente ao Grupo Dallas, que conta com mais de 180 produtos, entre eles biscoitos e massas alimentícias. Assim a indústria de biscoitos e massas alimentícias passa desenvolver desde mudanças sutis nas embalagens, a elaboração de novos sabores através do desenvolvimento cada vez maior da indústria química, passando pelo desenvolvimento de alimentos mais nutritivos.

Conforme Wilkinson (1989) os alimentos tiveram de ser redefinidos tanto quanto sua função quanto em seu conteúdo, capazes de manter um equilíbrio entre os “conceitos de prazer e saúde” (p. 22).

Estas estratégias tendem a alinhar-se com as novas estruturas de demanda. Assim podemos considerar que:

O mercado alimentar é extremamente dinâmico e os hábitos de consumo estão sofrendo enormes variações que são ditas pelo ambiente social e pelas características culturais da população. A manutenção e ampliação de fatias de mercado é uma tarefa extremamente difícil e tem em conta a necessidade de atualizações produtivas e permanentes (BELIK, 2001, p. 34).

As estratégias de diferenciação passam tanto pelo desenvolvimento de novos produtos, com a adição de ingredientes mais saudáveis, “com adição de cereais e de ingredientes funcionais, que incorporam o viés da saudabilidade”, além da categoria de biscoitos tipo *Club*, vendido em embalagens pequenas para consumo de uma só vez e as versões “tamanho família”. (ABIMAPI, 2015). Estas adequações ao padrão de consumo, quanto aos produtos, levam a adequações também nos processos produtivos.

Novas máquinas e equipamentos passam a ser necessárias para dar condições à produção de novos itens.

Neste sentido o que se observa no quadro a seguir é a dinâmica do setor quanto ao investimento em novas instalações e o tamanho de seus portfólios, diversificados e diferenciados, refletindo investimentos também em modernização, uma vez que a alteração nos produtos requer também mudanças no processo produtivo, ainda que sob o caráter de uma inovação incremental. Estas mudanças buscam tornar as empresas mais competitivas em processo e produtos.

Empresa	Ano de fundação	Segmento	Trajetória		Produtos	Marcas	Estado
Bela Vista	1915	Biscoitos e doces	1940	Fabricação de biscoitos	Portfólio com 70 itens Biscoitos doces e salgados	Tuck's, Fazendinha, Bela vista, Bela Vista Eco integral	SP
			1970	Diversificação em biscoitos – automação das linhas de produção			
			1980	Expansão fábrica – biscoitos infantis			
			2000	Exportações com nova linha de produtos			
			2005	08 Linhas de produção			
			2013	Novos investimentos – ampliação da escala de produção			
Casaredo	1988	Biscoitos e massas. Investimentos diversos	1988	Reestruturação do grupo Parati – divisão da empresa e surgimento do grupo Nutrisul/Casaredo	Portfólio com 100 itens, entre Biscoitos, massas e farinhas.	Yupi, Casaredo, Libardoni, My Bit	SC
			1990	Construção da fábrica de massa e biscoitos – 13 mil m² área fabril			
			2015	04 linhas de produção			
					Portfólio com 50 itens entre biscoitos doces e salgados	Cestari e Vitória	RS
Biscobom	1998	Biscoitos	1998	Construção da fábrica			
			2003	Abertura para as exportações			
			2016	04 linhas de produção			
Cory	1968	Biscoitos e doces	1968	Panificadora	Portfólio com aproximadamente 30 itens entre biscoitos e doces	Hipopó, Quero-quero e Cory Chocobertos.	SP
			1969	Indústria de alimentos			
			2002	Inauguração nova fábrica			
			2004	Falência - fechamento			
			2006	Estruturação administrativa e reabertura			
			2015	Ampliação das exportações			
Domelly	1998	Biscoitos e massas	1998	Inauguração da fábrica	Portfólio com 40 itens entre biscoitos e massas	Domelly – cookies, biscoitos e massas.	RS

Empresa	Ano de fundação	Segmento	Trajetória		Produtos	Marca	Estado
Dunga	1964	Biscoitos	1964	Inauguração da Fábrica – 500m²	Portfólio com aproximadamente 40 itens entre biscoitos e massas	Dunga	SP
			1999	Expansão linha de produção de recheados – Investimentos Máquinas – 5.800m²			
			2001	Investimentos em máquinas – 13 mil m²			
Germani	1892	Biscoitos, Massas e farinha. Agronegócio	1892	Moinho de farinha de trigo	Portfólio com aproximadamente 180 itens entre biscoitos, massas e farinha.		RS
			1905	Reestruturação e ampliação da linha de produtos			
			1950	Ampliação da produção de massas e ração			
			1998	Diversificação de produtos			
			2006	Aquisição da empresa Filler			
			2011	Reestruturação produtiva e administrativa			
			2012	Integração de novas marcas			
Itamaraty	1963 Café e Agronegócio	Biscoitos café e bebidas instantâneas. Agronegócio	1997	Criação da marca Itamaraty	Portfólio com aproximadamente 50 itens biscoitos	Itamaraty	PR
			2014	Venda da divisão de café para a Três Corações			
			2015	Foco na ampliação das exportações – segmento de biscoitos			
Mabel	1953	Biscoito	1962	Inauguração fábrica SP	Portfólio com aproximado 50 itens biscoitos	Mabel	SP
			1975	Parque industrial GO			
			1989	Inauguração Fábrica no Rio de Janeiro			
			1998	Inauguração fábrica Três Lagoas (MS),			
			1999	Passa a ter a participação de um fundo de investimento – 40%			
			2000	Inauguração fábrica Itaporanga D'Ajuda (SE)			
			2004	Inauguração fábrica Araquari (SC)			
			2011	Vendida para a PepsiCo			

Empresa	Ano de fundação	Segmento	Trajetória		Produtos	Marca	Estado
M. Dias Branco	1936	Farinha, Biscoitos e Massas.	1953	Fábrica de Biscoitos	Farinha, Biscoitos e Massas, Margarinas, Snaks	Vitarella, Pilar, Fortaleza, Richester, Adria, Zabel, Isabela, Basilar, Finna, Estrela, Pelaggio, Medalha de Ouro, Amorela, Puro Sabor, Adorita, Salsito, Predilieto, Bonsabor	CE
			1990	Moagem de trigo – Processo de verticalização			
			2000	Inauguração do moinho Potiguar			
			2002	Fabrica de gorduras e margarinas			
			2003	Compra do grupo Adria			
			2003	Inauguração do Moinho Aratu (BA)			
			2005	Inauguração do Moinho Tambaú (PB)			
			2006	Abertura de capital (Bovespa)			
			2008	Aquisição indústria de biscoitos Bom Gosto (PE)			
			2011	Aquisição da Pelagio Participações (CE)			
			2011	Aquisição da NPAP Alimentos S/A (PE)			
			2012	Aquisição do Moinho Santa Lucia em Aquiraz (CE)			
			2014	Aquisição de Moinho em Rolândia (PR)			
			2015	Conclusão do Moinho Eusébio (CE)			
Marilan	1956	Massas, Biscoitos	1957	Indústria de biscoitos	Aproximadamente 16 marcas de biscoitos, entre biscoitos Salgados, Doces, Amanteigados, Rosquinhas, Recheados, Infantis, Wafers, Moldados Especiais e Cookies.		SP
			1976	Inauguração parque industrial			
			1980	Processos automatizados na produção			
			1990	Inovação e diferenciação em produto			
			2015	Exportações para 50 países			
			2015	24 linhas de produção de biscoito			
			2016	Maior fabricante de biscoitos do Brasil (NIELSEN)			

Empresa	Ano de fundação	Segmento	Trajetória		Produtos	Marca	Estado
Selmi	1887	Massas e	1939	Aquisição de Maquinas vindas da Itália	Macarrão, Azeite, Bolo, Mistura para Bolo, Farináceos, Instantâneos, Biscoito e Queijo Ralado	Renata e Galo	SP
			1956	Construção da sede abrigando a produção e Moinho			
			1960	Implantação da fabrica em Londrina (PR)			
			1970	Diversificação com farinha de trigo			
			1990	Investimentos nas fabricas de Campinas (SP) e Londrina (PR)			
			1994	Construção da fabrica em Sumaré (SP)			
			2000	Modernização da linha de produção, inauguração da fabrica em Sumaré (SP)			
			2004	Diversificação massas para bolo			
			2009	Lançamento da fabrica de Biscoitos em Sumaré (SP)			
			2014	Inauguração da fábrica de massas em Rolândia (PR)			

Quadro 01 – Trajetória das principais Indústrias de Biscoitos e Massas Alimentícias – Brasil

Fonte: Sites das empresas listadas. Elaborado pelo autor. Consultado em Abril de 2016. * O portfólio contempla os produtos em suas diversas variedades, como peso, sabor e demais especificidades que os diferenciam entre si.

O Quadro 01 compreende o grupo composto por indústrias nacionais de biscoitos e massas alimentícias, apresentando mudanças importantes em suas trajetórias, relacionadas a investimentos produtivos e mudanças nas estratégias de mercado.

Enquanto as indústrias de biscoitos e massas alimentícias, na década de 1990, apresentaram em sua trajetória, “estratégias empresariais muito sensíveis, frente a um mercado fortemente afetado pela instabilidade econômica” (COUTINHO & FERRAZ, 1994, p.196), o oposto passa a ocorrer no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando um forte movimento de reestruturação produtiva passa a ocorrer no setor. Nota-se a criação de novas empresas, o desmembramento de outras, bem como, uma série de investimentos em novas unidades industriais, ampliação das linhas de produção, bem como o desenvolvimento de produtos através das estratégias de diversificação.

Entre as empresas listadas, 75% destas realizaram investimentos em novas unidades de produção, assim verificado o percentual de empresas ampliando suas

unidades e seus investimentos em modernização a partir dos anos 2000, superior quando comparado com os investimentos realizados, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990:

O desajuste macroeconômico, a instabilidade nos anos 1980 e a forte recessão no primeiro triênio da década de 1990 não permitiram a adoção de estratégias “ofensivas” de modernização acelerada do sistema empresarial brasileiro: a estrutura dos grandes grupos nacionais, não avançou em direção a um perfil moderno de atividades de elevada densidade tecnológica e de rápido crescimento; aprofundou-se o divórcio entre o banco e a indústria; o tamanho dos grandes grupos de capital nacional praticamente não cresceu - em contraste com as grandes empresas de outros países em desenvolvimento. (COUTINHO & FERRAZ, 1994, p.198).

Ao evidenciar a expansão da capacidade produtiva e do parque fabril a partir dos anos 2000, temos que ressaltar que nesta década no Brasil ocorreram avanços na política econômica:

O grande aumento do salário mínimo e a extensão da Bolsa-Família a um número muito maior de brasileiros contribuíram para a expansão do mercado interno. No momento da crise financeira global de 2008, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os demais bancos do Governo central agiram de forma contra cíclica, aumentando fortemente seus empréstimos as empresas. (BRESSER PEREIRA, 2010, p.59).

Além destas indústrias apresentadas, ainda há de se considerar a penetração de empresas estrangeiras neste mercado, como Mondalez, Nestlé, Danone e Parmalat, no qual possuem elevada participação no mercado interno, sobretudo no segmento de biscoitos. Alguns destes grupos estão associados à entrada de capital estrangeiro, no mercado nacional, entre o final da década de 1980 e o início dos 1990, no qual as fusões e aquisições por parte do capital estrangeiro se acentuaram juntamente com os movimentos patrimoniais entre grupos nacionais.

3.3 O Movimento de fusões e aquisições na indústria de Biscoitos e Massas

Embora, o processo de internacionalização da cadeia produtiva do trigo tenha iniciado nos anos 1970, segundo Frausino (1995), as fusões e aquisições dentro desta indústria possuíam restrições que condicionavam as estratégias empresariais até meados da década de 1980, desta forma:

[...] a legislação proibia a ampliação da capacidade instalada, e as aquisições, fusões e incorporações de empresas necessitavam da anuência governamental. No segmento produtor de bens de consumo final, o rígido controle da oferta do produto processado e dos preços na cadeia industrial condicionava indiretamente as estratégias concorrenciais desse segmento. (FRAUSINO, 1995, p. 08).

Ainda que de forma mais regulada, os anos 1980 foram marcados pela entrada de grandes grupos no mercado nacional (ver Tabela 19). Assim, na primeira metade dos anos 1990, estes “investimentos estrangeiros concentram-se em laticínios e em derivados do trigo, como massas e pães e doces, balas e biscoitos, que compreendem mais de 50% das empresas receptoras ou vendedoras de participação acionária”. (RODRIGUES, 1999, p.28).

Tabela 19. Principais movimentos patrimoniais na indústria do trigo no Brasil –
Período 1985 a 1994

Segmento	Empresa Entrante	Empresa adquirida
Massas e Biscoitos	Nestlé (SUI)	Ailiram, Buitoni e Tostines *
	Bung y Bom (Arg.)	Petybon
	Nabisco (EUA)	Júpiter
	United Biscuits (EUA)	Águia**
	Borden (EUA)	Adria, Romanini e Raníeri
	BSN(FRA)	Cia. Campineira**
	Pannalat (ITA)	LuPetybon

FONTE: BELIK (1995) e FRAUSINO (1993) in FRAUSINO, 1995.

Obs.: (*) Empresa adquirida em 1994. (**) Operações envolvendo a formação de *joint ventures*.

Conforme Belik (1994) entre as razões que influenciaram tal movimento, encontramos:

[...] a busca de economias de escopo por parte das empresas líderes, a busca de melhores posições em mercados emergentes, as boas oportunidades de retorno na compra de participação nas empresas subavaliadas e,

evidentemente, as possibilidades de barreiras tecnológicas de determinadas barreiras de mercados (BELIK, 1994, p.60).

O aprofundamento destes movimentos de fusões e aquisições como estratégia empresarial, tanto pelo capital estrangeiro, quanto pelo capital de origem nacional, resultaram na formação de um tipo de oligopólio no setor, conforme Tabela 20, concentrando aproximadamente 63% em apenas seis (06) empresas.

Tabela 20. Participação de Mercado em Faturamento – Biscoitos - Brasil - Ano 2014

Empresa	Participação – Brasil
M. Dias Branco	20,8%
Nestlé	11,4%
Mondelez	11,2%
Pepsico	7,1%
Marilan	6,7%
Arcor	5,8%
Outros	37,0%

Fonte: M. Dias Branco/AC Nielsen (2014).

A trajetória das principais indústrias e grupos empresariais levou a uma expressiva concentração produtiva tanto em biscoitos (ver Tabela 20), quanto no segmento de massas alimentícias (ver Tabela 21), assim pode-se considerar que:

Os dois segmentos passam por rápido processo de concentração de mercado, já que as maiores empresas lideram os processos de investimentos em tecnologia e capacidade produtiva – o que permite a obtenção de economias de escala e escopo – e de diversificação e qualidade dos produtos, caracterizando novos parâmetros de concorrência extra preço. (JUNIOR & GOMES, 2006).

Levando em consideração, ainda, que muitas indústrias atuam na produção de ambos os produtos, uma vez que a ocorrência de integração tanto vertical quanto horizontal tornou-se estratégia, sobretudo para os grandes moinhos que viam nesta estratégia a possibilidade de agregar valor a farinha produzida, além de ampliar o mercado através de novos produtos, via diversificação. Diante disto as indústrias terão que cada vez mais atuar em economias de escala e escopo (CHANDLER, 2000/1962).

Tabela 21. Participação de mercado em Faturamento – Massas alimentícias Brasil - Ano 2014

Empresa	Participação - Brasil
M. Dias Branco	25,8%
Selmi	13,3%
J. Macedo	9,7%
Santa Amália	7,5%
Piraque	5,0%
Vilma	3,7%
Outros	35,0%

Fonte: AC Nielsen (2014).

As mudanças ocorridas na política e na economia brasileira acarretaram na ampliação da camada solvável de nossa sociedade, refletindo na própria expectativa de um mercado interno favorável e diverso, no que tange os padrões de renda e de consumo:

Embora as oportunidades produtivas objetivas de uma firma sejam limitadas pelo que a firma é capaz de realizar, a oportunidade “subjativa” gira em torno do que ela pode realizar. “Expectativas” e não “fatos objetivos” constituem os fatores determinantes imediatos do comportamento de uma firma (PENROSE, 2006, p. 85).

Diante da perspectiva de oportunidades, tendo as fusões e aquisições como estratégia tanto de crescimento quanto de concorrência, as pesquisas realizadas apresentam estas movimentações empresariais como comportamento que contribui para a concentração produtiva do setor de biscoito e massas alimentícias no Brasil.

As constantes compras de empresas regionais pelos grupos de origem nacional e de capital fechado expressam a tendência de um mercado cada vez mais concentrado.

O exemplo desta prática pode ser vista no mercado de biscoitos, o grupo M. dias Branco, deteve em 2014 aproximadamente 20,8 % do faturamento total do setor. Este grupo possui em sua trajetória uma série de aquisições que o levaram a concentrar tal fatia do mercado, associando investimentos tanto em produção de matéria-prima³⁶ com a construção e aquisição de grandes unidades dedicadas à moagem de trigo e na produção de farinhas, como em tecnologia de ponta. Por fim, adquirindo marcas já

³⁶ A integração vertical entre moinhos e a indústrias de alimentos aparece como um fator de vantagem competitiva nesta trajetória, absorvendo atividades econômicas relacionadas a estágios do processo total (KON, 1994).

consagradas no mercado nacional, onde já se encontra relevante penetração nos mercados, a exemplo da aquisição da fabricante de massas e biscoitos Adria em 2003, adquirindo assim as marcas Isabela, Basilar e Zabet. Em 2008 ocorreu a compra da indústria de alimentos Bomgosto (Vitarella) proprietária da marca de biscoitos e massas Pillar, e recentemente a aquisição das proprietárias das marcas, Estrala, Pelagio, Salsito, Predilieto e Bonsabor.

A distribuição espacial destas unidades adquiridas coloca a empresa em contato com mercados de diversas regiões do Brasil, uma vez que as unidades produtivas, já pertencentes ou adquiridas se encontram distribuídas pelos estados de SP, PR, RS, CE, PB, PE, BA, permitindo uma estrutura de mercado sólida com amplos canais de distribuição. Uma nova dinâmica espacial surge com o movimento de fusão e aquisição das indústrias de biscoitos e massas alimentícias. O deslocamento de unidades produtivas e a ampliação dos canais de distribuição sobre novas regiões ampliam não só o mercado das empresas envolvidas, como altera a geografia do setor.

Esta tendência à incorporação de marcas e unidades produtivas aparece também entre outros grupos analisados, menos expressivas em valores que as fusões e aquisições realizadas por grandes grupos nacionais e estrangeiros, esta estratégia se apresenta como uma dinâmica constante.

Conforme a Tabela 22 ocorreu as seguintes aquisições, tanto por parte do capital estrangeiro, quanto pelo capital nacional no período recente.

Tabela 22. Movimentos patrimoniais na indústria de Biscoitos e Massas no Brasil –
Período 2000 a 2016

Segmento	Empresa entrante	Ano	Empresa adquirida
Massas e Biscoitos	Nestlé	2002	Tostines
	Arcor (ARG)	2005	Aymoré (Grupo Danone)
	PepsiCo (USA)	2011	Mabel
	Nutrition et Santé (FRA)	2014	Jasmine
	Grupo Dallas (BRA)	2015	Germani Alimentos
		2003	Adria
	M. Dias Branco (BRA)	2011	Bomgosto
		2011	Estrela
	Kellogs (USA)	2016	Parati

Fonte: Diversas. Organizado pelo autor.

A fabricante brasileira de biscoito, Tostines sediada em São Paulo foi comprada pela Nestlé em 1993 e realizou a fusão completa da marca em 2002. A indústria de biscoitos Aymoré, sediada em Minas Gerais foi comprada³⁷ em 2005 pelo grupo argentino Arcor, a Aymoré detinha em 2014 aproximadamente 27% do mercado mineiro, onde está localizada a maior fatia do mercado nacional de biscoitos, a região Sudeste. A indústria de biscoitos Mabel foi adquirida³⁸ em 2011 pela PepsiCo por aproximadamente 800 milhões de reais³⁹, com unidades nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Santa Catarina e Sergipe. Esta indústria em especial, já havia alcançado o que Belik (2001) considera como uma transnacional regional⁴⁰, com investimentos em plantas produtivas também na Argentina.

Casos mais recentes de aquisições de marcas consolidadas e de grande penetração no mercado podem ser encontrados na aquisição, em 2015, do tradicional grupo Germani, do Rio Grande do Sul, detentor das marcas Germani, Coroa, Filler,

³⁷ Valor Econômico 02/04/2004

³⁸ Revista Exame 10/11/2011

³⁹ Conforme a revista EXAME a PepsiCo adquiriu os 25 centros de distribuição da Mabel e mais cinco fábricas. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/mabel-planeja-aquisicoes-depois-de-venda-de-unidade-para-a-pepsico/>. Consultado em Out. 2016.

⁴⁰ “As novas transnacionais regionais, são empresas pertencentes a grandes grupos locais que atingiram certa preeminência nos mercados nacionais. Dado seu conhecimento em fontes de matéria-prima, características culturais regionais e circuitos de distribuição, estas empresas têm se expandido rapidamente embora sua presença no exterior seja um pouco tímida” (BELIK, 2001, p. 95).

Corseti e Sulina, pelo grupo Dallas de capital nacional, além da aquisição, em 2016, da indústria catarinense de biscoitos Parati pelo grupo americano *Kellogs*⁴¹.

Ainda no setor encontramos a aquisição da Jasmine, indústria paranaense de biscoitos, *cookies* e outros alimentos associado à saúde e ao bem-estar, esta empresa foi adquirida pela empresa francesa *Nutrition et Santé*, uma subsidiária do grupo farmacêutico de origem japonesa, chamado *Otsuka*⁴².

As aquisições se encontram amparadas em diferentes expectativas: a) mercado consumidor potencial em expansão; b) aquisição de marcas já consolidadas e com mix de produtos diferenciados quanto ao portfólio da empresa entrante; c) canais de distribuição bem definidos e fatias de mercado importantes; d) para os grupos regionais, busca por expansão das marcas para o mercado nacional.

Neste sentido, as estratégias, conforme Belik (2001) tem duas faces, seja na busca pela ocupação de espaços, ou por uma sinergia quanto à produção e distribuição. Podemos considerar que as disputas concorrenciais entre os grupos oligopólios nacionais e internacionais, do setor, tendem a buscar posição estratégica em novos mercados via expansão geográfica de seus negócios, sobretudo pela aquisição de uma firma existente e de seus mercados (PENROSE, 2006).

Ainda que as pesquisas realizadas tenham como objeto um conjunto de grandes empresas, observam-se um universo de pequenas e médias empresas regionais existentes, muitas atuando em nichos de mercado com produtos de características tradicionais e artesanais:

A tendência ao desaparecimento da pequena e média empresa como consequência da concentração empresarial, determinada pelas dimensões da escala mínima frente à estreiteza do mercado, não se verifica necessariamente. [...] juntamente com o desaparecimento da pequena e médias empresas tradicionais, verifica-se o surgimento da pequena e média empresa moderna, fornecedora ou cliente da grande empresa dinâmica (TAVARES, 1974, p.195).

Esta condição pode ser observada nas estratégias de produção de determinados produtos entre indústria de tamanhos distintos. A terceirização de parte da produção ou de produtos específicos foi observada durante a pesquisa, onde empresas menores diferenciavam sua produção através de parcerias com grandes empresas líderes no

⁴¹ Revista Exame 14/10/2016.

⁴² Estadão Economia, 28/08/2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jasmine-de-produtos-saudaveis-e-vendida-a-farmaceutica-japonesa-imp-,1550824>. Consultado em: Out. 2016.

segmento. Empresas de biscoito atuando no mercado de massas alimentícias através da terceirização da produção deste produto, bem como, marcas estrangeiras sendo produzidas por indústrias nacionais, sobretudo para o mercado nacional de massas alimentícias.

Assim podemos considerar de certa forma que no setor de biscoitos e massas alimentícias ocorre um domínio das grandes empresas quanto à fatia de mercado, uma vez que seis empresas detêm 65% do mercado nacional de massas alimentícias, sendo estas, todas de capital nacional. Já no mercado de biscoitos, a concentração é semelhante, tendo 63% do mercado concentrado também em seis empresas, entretanto composto apenas por duas empresas de capital nacional, a primeira colocada e a quinta (Tabela 21).

O que pode ser observado é a existência de uma concorrência oligopolista. As estratégias, sobretudo de fusões e aquisições dentro do mercado interno por empresas de capital nacional nos mostra que “não há, na verdade, equilíbrio determinado algum, apresentando-se, sim, a possibilidade de que possa desenvolver-se uma sequência interminável de marchas e contramarchas e um estado de luta eterna entre as firmas comerciais”. (SCHUMPETER, 1984/1942, p. 107).

O desenvolvimento destas indústrias associa-se também à concorrência dada a partir da década de 1990, que colocou em marcha o desenvolvimento constante do setor nas últimas duas décadas. Conforme a estrutura analisada estas indústrias transformaram-se, cada vez mais, no que Chandler (2000/1962) chamaria de uma moderna empresa industrial.

3.4 Síntese e Conclusões do Capítulo III

A abertura da economia, somada às políticas cambiais, a redução das tarifas alfandegárias, expôs também à indústria de derivados de trigo a concorrência. As importações dos produtos derivados de trigo (massas, biscoitos e pães) passaram de US\$ 8,8 milhões em 1992 para US\$ 77,3 milhões em 1996. Somado ao saldo negativo quanto à balança comercial do setor, o cenário nacional favorecia ainda a entrada de empresas multinacionais, em busca de um mercado interno em expansão, sobretudo para o setor de alimentos. As fusões e aquisições embora possuíssem uma condição restritiva para o setor, ocorriam desde a década de 1970, intensificando entre o final dos anos de 1980 e primeira metade de 1990, com destaque para as grandes empresas de capital externo para este período.

Este estado de coisas levou a um processo de reestruturação industrial e espacial da indústria de derivados de trigo no Brasil, em seus diferentes estágios de processamento. As estratégias de integração vertical e horizontal de diferentes etapas do processo produtivo fez com que moinhos tradicionais, na busca por agregação de valor para seus produtos, passassem a atuar na produção de derivados, como biscoitos e massas alimentícias. Tais movimentos patrimoniais, realizados pelo capital nacional, acabaram por consolidar grandes grupos empresariais ao longo das duas últimas décadas. Estes movimentos contaram com uma série de aquisições de empresas tradicionais, por grupos de capital nacionais e estrangeiros, principalmente no decorrer da última década.

As alterações no padrão econômico, acentuadas na última década, suscitaram mudanças no padrão produtivo do setor. A ampliação gradativa dos investimentos se fez conforme a estabilização econômica ocorria, ao passo que na década de 1990 os investimentos aparecem de forma menos expressiva quando comparados com aqueles realizados no decorrer dos anos 2000. Aqui os investimentos em ampliação da capacidade produtiva, novas plantas, aquisição de indústrias concorrentes, ocorrem para a maioria das grandes empresas do setor, criando um mercado altamente concentrado quanto à produção na participação nos mercados.

Ao evidenciar uma estrutura produtiva composta por um oligopólio, o setor acaba por apresentar estratégias de atuação tanto em economias de escala quanto de escopo, buscando através da ampliação de seus mercados, atuar com um alto grau de diversificação de produto, peça chave na agregação de valor e que vai ao encontro dos novos padrões de consumo do mercado interno.

Capítulo IV

4.1 Panorama geral das exportações de Biscoitos e Massas Alimentícias

No ano de 2002, conforme análise do PENSA (2002), as exportações de derivados de trigo ainda se apresentavam como uma possibilidade ao setor, o que ocorreu a partir daí foi uma acelerada penetração dos produtos brasileiros no mercado internacional, por um lado conduzidos pela direção das políticas externas, criadas a partir da transição de governo, e por outro, pela capacidade da indústria de ampliar suas vendas através de suas estratégias empresariais, que permitiram expandir sua oferta a diferentes mercados, fatores que juntos levaram a atingir em 2014 a cifra de US\$ 25,956 milhões em massas alimentícias e US\$ 96,359 milhões somente no segmento de biscoitos.

Conforme a base de dados do MDIC/SECEX, as exportações de derivados de trigo apresentam dados a partir de 1997, sendo que alguns produtos possuem dados esporádicos não mantendo uma regularidade para os primeiros anos da série, permitindo análise coerente somente a partir do ano de 2002, período que inicia a maior ocorrência das exportações para os segmentos de biscoitos e massas alimentícias.

As exportações de biscoitos são compostas de três categorias de produtos, Bolachas e Biscoitos (com edulcorantes), Waffles e Wafers e Outras Bolachas⁴³, assim o que se observa na tabela das exportações (ver Tabela 23) é que a taxa de crescimento para o grupo se mantém em elevação, partindo no ano de 2010 de US\$ 75,433 milhões para atingir em 2014 US\$ 96,359 milhões, registrando um crescimento de 27,74% somente naquele período, enquanto seu volume (toneladas) cresceu respectivamente apenas 8,87%, indo de 41.805.047 toneladas para 45.511.309 (Tabela 24).

⁴³ É composto pelos seguintes produtos: Água e sal e Cream Craker, Secos e doces especiais, Maria e Maisena, Salgado, Rosquinha, Cookie, Misturado, Coberto/palito e Champagne.

Tabela 23. Biscoitos - Exportações (US\$ FOB) - Brasil Período 2010 a 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	Cresc. %
Bolachas e Biscoitos (com edulcorantes)	41.078.328	51.231.280	51.638.372	52.950.295	48.221.696	17,39%
Waffles e Wafers	32.651.310	31.371.016	32.478.916	34.236.133	43.533.732	33,33%
Outras Bolachas	1.704.121	1.923.771	4.303.874	4.199.143	4.604.428	170,19%
Total (US\$ FOB)	75.433.759	84.526.067	88.421.162	91.385.571	96.359.856	27,74%

Fonte: Alice Web / Secex / Mdic. ABIMAPI (2016).

Tabela 24. Biscoitos - Exportações (KG) – Brasil Período 2010 a 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	Cresc. %
Bolachas e Biscoitos (com edulcorantes)	24.519.102	23.941.857	22.904.476	24.849.964	23.208.220	-5,35%
Waffles e Wafers	16.398.392	13.650.584	13.865.186	14.753.344	19.912.752	21,43%
Outras Bolachas	887.553	872.426	2.206.034	2.051.827	2.390.337	169,32%
Total (KG)	41.805.047	38.464.867	38.975.696	41.655.135	45.511.309	8,87%

Fonte: Alice Web / Secex / Mdic. ABIMAP (2016).

Analisando a série histórica podemos considerar, conforme os dados expostos na Tabela 25, que o período compreendido entre os anos de 2002 e 2013 apresentaram um crescimento contínuo quanto às exportações de Bolachas e Biscoitos com edulcorantes, segmento de maior valor agregado e que possui expressiva participação em valores, detendo aproximadamente 52% do faturamento em exportações. As Bolachas e Biscoitos com edulcorantes registraram o valor de US\$ 14,543 milhões em exportações para o ano 2002, enquanto em 2015 atingiram a cifra de US\$ 38,179 milhões, alcançando um crescimento percentual de aproximadamente 162%. Vale ressaltar que este ano não corresponde ao valor mais elevado para série, sendo que os anos compreendidos entre 2008 e 2013, quando se registrou o faturamento de US\$ 52,950 milhões, apresentando índices de crescimento ainda superiores à média geral.

Tabela 25. Exportações brasileiras de Bolachas e biscoitos, adicionados de edulcorante – Período de 2002 a 2015

Ano	US\$ (FOB)	Kg Líquido
2002	14.534.080	16.834.258
2003	21.345.303	20.024.450
2004	32.424.669	26.130.995
2005	29.822.475	25.773.310
2006	31.666.715	27.858.936
2007	32.359.715	24.775.926
2008	43.366.541	26.915.602
2009	40.170.279	25.937.259
2010	41.078.328	24.519.102
2011	51.231.280	23.941.857
2012	51.638.372	22.904.476
2013	52.950.295	24.849.964
2014	48.221.696	23.208.220
2015	38.179.557	20.295.974

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Os demais produtos que compõem a pauta da exportação dentro do segmento de biscoito e bolachas são Waffles e Wafers e aqueles classificados como “outras bolachas”. Os produtos Waffles e Wafers⁴⁴ possuem junto com Bolachas e Biscoitos (com edulcorantes), expressiva participação e responderam em 2014 por aproximadamente 45% das exportações, enquanto aquele composto por “outras bolachas” apenas 4,5% do total.

⁴⁴ Segundo a ABIMAP o Brasil é o único fornecedor de Waffles e Wafers do Hemisfério Sul e mesmo da América Latina entre os principais players globais dessa categoria, posição relevante sendo este produto um dos que possui maior valor agregado entre os biscoitos exportados.

Tabela 26. Exportações brasileiras de Waffles e Wafers Período de 2002 a 2014

Ano	US\$ (FOB)	Cresc. (%)	Kg Líquido	Cresc. (%)	US\$/Kg
2002	8.531.504	-	6.885.161	-	1,24
2003	10.556.830	24%	8.229.184	20%	1,28
2004	13.224.202	25%	10.597.588	29%	1,25
2005	17.263.285	31%	13.043.649	23%	1,32
2006	20.007.765	16%	14.458.986	11%	1,38
2007	21.980.202	10%	14.019.669	-3%	1,57
2008	33.926.537	54%	17.836.007	27%	1,90
2009	29.219.662	-14%	15.519.030	-13%	1,88
2010	32.651.310	12%	16.398.392	6%	1,99
2011	31.371.016	-4%	13.650.584	-17%	2,30
2012	32.478.916	4%	13.865.186	2%	2,34
2013	34.236.133	5%	14.753.344	6%	2,32
2014	43.533.732	27%	19.912.752	35%	2,19

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Conforme a Tabela 26, este produto apresentou um crescimento contínuo, passando de US\$ 8,531 Milhões em 2002 para US\$ 43,533, aumentando 410% em faturamento contra 219% de crescimento em volume. Um ponto a ser observado quanto a ampliação da receita frente ao volume exportado, está no valor médio do produto no período analisado, passando de U\$ 1,24 para U\$ 2,19 Kg.

Embora a tabela apresente o crescimento quanto às exportações, podemos observar que até o ano de 2008, embora houvesse oscilações quanto ao percentual, ocorreu crescimento, entretanto após a crise financeira mundial ocorrida naquele ano, o que se apresenta para as exportações deste produto são índices negativos, a exemplo de 2009 e 2011 ou menos expressivos quanto ao crescimento.

4.2 As exportações de Massas alimentícias

O segmento de massas alimentícias apresentou até o ano 2009 grandes oscilações quanto seu faturamento com as exportações. Entre os anos de 2007 e 2008, a tabela 29 apresenta variações abruptas quanto ao faturamento. A partir de 2010 as exportações passam a apresentar uma tendência equilibrada mantendo crescimento, partindo de US\$ 11.922 para atingir US\$ 25.956 em 2014, resultando em 118% de crescimento para o período.

As exportações de massas alimentícias concentram-se no segmento de Massas alimentícias sem ovos (nem cozidas nem recheadas), este produto representou em 2014, 91% do volume e 76% da receita total das exportações de massas alimentícias.

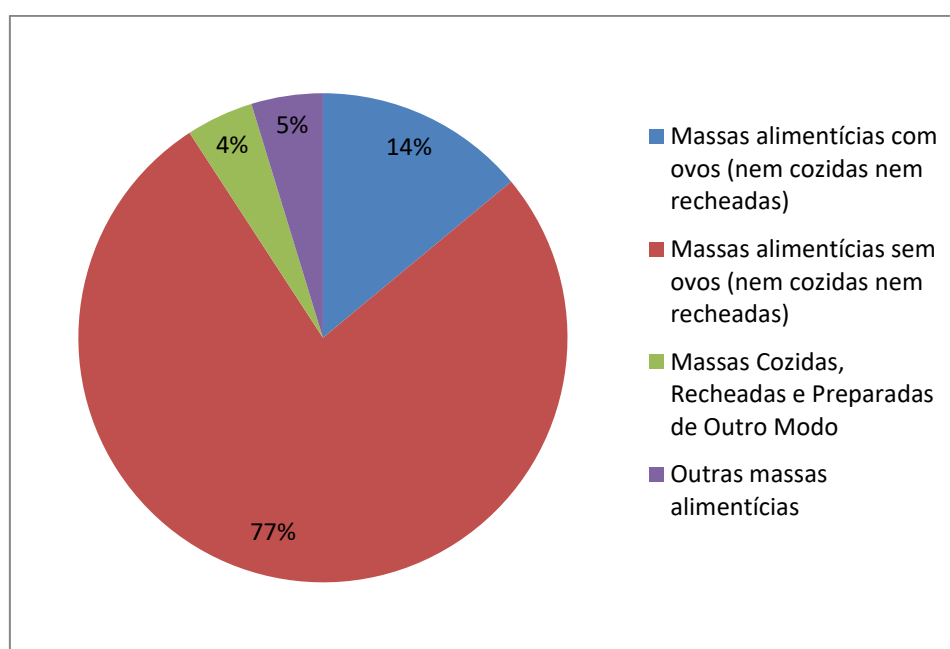


Gráfico 03. Exportações de Massas alimentícias 2014

Fonte: Alice Web / Secex / Mdic. ABIMAPI. (2015) Elaborado pelo autor.

Diferente da categoria de produto, Biscoito e Bolachas com edulcorantes, a exportação de massas alimentícias, por possuir baixa diversificação e, portanto menor valor agregado depende para a ampliação de seu faturamento, ampliar seu volume em peso constantemente. O crescimento em volume exportado nos últimos quatro anos foi de aproximadamente 234%, passando de 7.009.830 toneladas em 2010 para 23.455.356 toneladas em 2014 (ver Tabela 28).

Tabela 27. Exportações de Massas Alimentícias - (US\$ FOB) – Brasil
Período de 2010 a 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Massas alimentícias com ovos (nem cozidas nem recheadas)	1.064.883	1.711.354	2.760.595	3.704.119	3.629.076
Massas alimentícias sem ovos (nem cozidas nem recheadas)	5.678.251	6.999.641	8.489.993	15.477.584	19.943.424
Massas Cozidas, Recheadas e Preparadas de Outro Modo	3.804.704	2.971.263	2.045.047	1.074.771	1.156.821
Outras massas alimentícias	1.374.651	1.272.764	1.543.140	1.204.067	1.227.182
Total (US\$ FOB)	11.922.489	12.955.022	14.838.775	21.460.541	25.956.503

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Tabela 28. Exportações brasileiras de Massas Alimentícias – Kg
Período - 2010 a 2014

Ano	2010	2011	2012	2013	2014
Massas alimentícias com ovos (nem cozidas nem recheadas)	516.422	618.733	961.420	1.516.104	1.165.512
Massas alimentícias sem ovos (nem cozidas nem recheadas)	4.618.991	5.936.867	8.996.308	17.392.471	21.297.208
Massas Cozidas, Recheadas e Preparadas de Outro Modo.	1.245.794	887.831	606.325	396.545	431.055
Outras massas alimentícias	628.623	582.198	778.915	541.717	561.581
Total (KG)	7.009.830	8.025.629	11.342.968	19.846.837	23.455.356

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Tabela 29. Exportações de Outras massas alimentícias (não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo) - Período 2002 a 2014

Ano	Kg Líquido	US\$
2002	459.850	395.384
2003	836.493	627.362
2004	4.064.033	3.137.470
2005	3.075.861	1.913.953
2006	539.744	690.929
2007	925.790	800.839
2008	16.439.230	21.055.940
2009	13.599.809	11.741.682
2010	4.618.991	5.678.251
2011	5.936.867	6.999.641
2012	8.996.308	8.489.993
2013	17.392.471	15.477.584
2014	21.297.208	19.943.424

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Embora se registre um crescimento constante nos últimos quatro anos, ao analisarmos a série histórica (ver Tabela 29) encontramos períodos com grandes oscilações em volume e valores para as exportações. Esta instabilidade concentra-se, sobretudo, no segmento de Outras massas alimentícias (não cozidas, nem recheadas, nem preparadas de outro modo), comportamento que deve ser confrontado com outros elementos que determinam as exportações, como câmbio vigente no período, políticas de exportação para o setor, mercado externo e condições referentes à própria estrutura industrial existente e suas estratégias.

4.3 A política externa da última década e seus rebatimentos no destino das exportações de derivados de trigo

A expansão das exportações de derivados de trigo, como biscoitos e massas, encontram crescimento expressivo a partir de 2003 como visto anteriormente. Se por um lado, fatores como câmbio flutuante, implantado no final da década de 1990 e sua estabilização durante a última década, favoreciam este crescimento, por outro, a capacidade instalada dentro da indústria nacional havia de estar em compasso com a ampliação da oferta para o mercado externo.

Podemos considerar que no período posterior a 2002, o papel do Estado se fez em duas frentes, ampliando a capacidade de financiamento público para a modernização e expansão do parque industrial⁴⁵, bem como, criando oportunidades de avançar em direção a novas relações comerciais através de uma política externa multilateral, aprofundando as relações Sul-Sul com a África e o Oriente médio, bem como, com a própria América Latina, atingindo assim sua estratégia de ir além do grupo composto pelo MERCOSUL, criando não só um corredor comercial, mas um bloco político, ainda que reconhecida as diferenças entre os países que pertencem à região (Amorim, 2011).

Este estado de coisas, embora apresente certa tendência à mudança de eixo nas relações comerciais, manteve relações positivas quanto a mercados tradicionais e importantes, como os Estados Unidos da América e a União Europeia. Esta política externa apresentou certo modo pragmático de atuação, buscando através destas relações um reposicionamento político e econômico do Brasil no mundo.

Os rebatimentos desta política nas exportações de biscoito e massas alimentícias foram observados no aumento do volume de vendas para diferentes destinos, composto tanto por novos parceiros comerciais, bem como por outros que foram fortalecidos e reaproximados, e, acabaram tornando-se visíveis como destino para diferentes produtos na pauta exportadora.

O que surge como diferencial das estratégias anteriores é a busca pelo fortalecimento das relações políticas e do posicionamento do Brasil no mundo. Esta busca por uma integração entre o Brasil e diferentes países e blocos de países, a exemplo da América do Sul, da África, do Oriente Médio, da Rússia e China, foi muito além do comércio internacional de mercadorias, trouxe para o Brasil, bem como para estes países envolvidos, a possibilidade e a capacidade de se realinharem em blocos com interesses comuns. Com o avanço das relações de cooperação Sul-Sul ocorreu o surgimento dos BRICS, a ampliação do grupo de países membros do MERCOSUL e o diálogo com diferentes países da América latina. Além destes avanços, ainda ocorreram variadas ações com grupos da África, América do Sul e países Árabes, trazendo importantes conquistas em diferentes áreas para o Brasil.

No que tange a inserção do Brasil no comércio mundial, esta política externa foi, até certo ponto, de encontro às ideias já elaboradas por Rangel (1983), na década de 1980, onde para este, as relações internacionais seriam bem sucedidas, tanto no que

⁴⁵ Situação verificada durante as visitas realizadas à indústria de biscoitos e massas, onde os investimentos recentes contavam como aporte financeiro do Estado, sobretudo via BNDES.

tange o aumento da utilização da capacidade ociosa instalada em determinados setores de nossa economia, quanto sob o aspecto da balança de pagamentos e da redução de nosso endividamento se houvesse:

A intensificação do intercâmbio com países fora da área de “moeda forte”, isto é, objetivamente, com países capazes de expandir as próprias compras de produtos brasileiros, como replica a nossa expansão de compras de seus produtos (RANGEL, 1983, p.13).

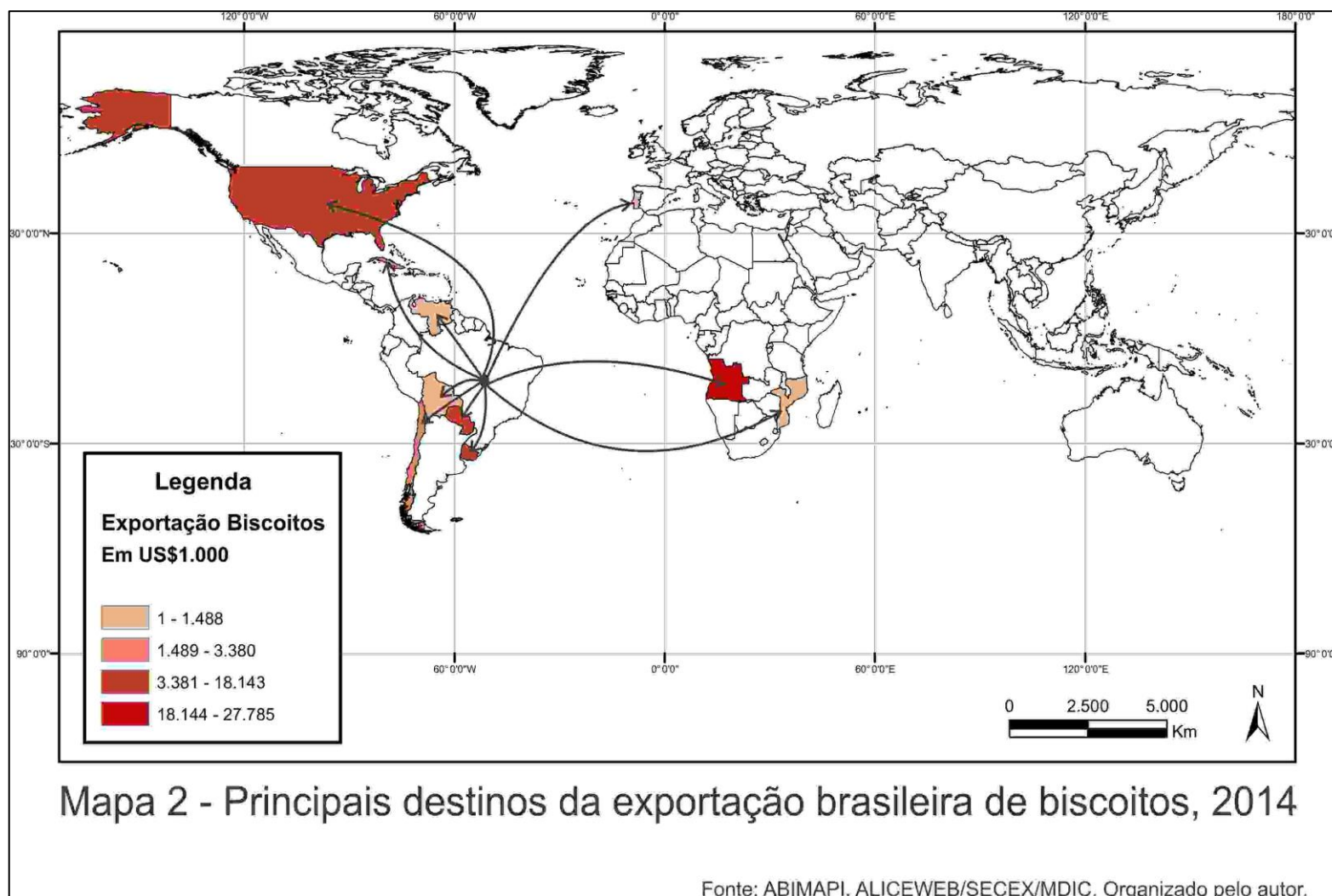
Diante da busca por atuar através de uma política externa multilateral independente, que avançaria rumo a novos destinos, reaproximando e fortalecendo os existentes, uma das prioridades do governo Lula foi a própria América do Sul, na busca por uma integração política entre os países que compõem a região. Esta aproximação acabou por fortalecer um dos mercados mais importantes para as exportações derivados de trigo.

Além da proximidade com a própria América do Sul, segundo Amorim (2011) a África se tornou também uma prioridade para a política externa. Esta região composta por um grande bloco heterogêneo de países em desenvolvimento, onde a competitividade e a complementariedade pesam como fatores favoráveis a indústria nacional e onde os mercados, sobretudo para alimentos, possuem uma margem de crescimento extensivo superior aos mercados de países desenvolvidos.

O exemplo da possibilidade que esta região ofereceria ao Brasil, sob o ponto de vista do comércio internacional, é perceptível quando se verifica que em 2005 as exportações totais eram de aproximadamente US\$ 6 bilhões, enquanto em 2008 estas já representavam US\$ 25 bilhões (AMORIM, 2011). Nesta aproximação⁴⁶ com a África a indústria brasileira de derivados de Trigo encontrou um dos principais destinos para seus produtos (ver Tabela 30).

O mapa 02 apresenta a distribuição espacial das exportações de biscoitos, quanto a seus principais mercados no mundo, confirmando a concentração em vendas para os principais países apresentados na tabela 30.

⁴⁶ Durante o governo Lula, foi criada a cúpula América do Sul-África, com o objetivo de criar um mecanismo que aproxime a relação entre os países que compõem estas duas regiões.



Mapa 02. Principais destinos das exportações brasileiras de Biscoitos – Ano 2014

As exportações brasileiras de biscoitos encontraram na África (ver Tabela 30), no ano de 2014, seu grande parceiro comercial. As exportações para Angola foram de US\$ 27,785 milhões, colocando este país em posição de destaque com 32% do total das exportações de biscoitos para os dez principais destinos. Os Estados Unidos, atualmente o país com o maior mercado consumidor de biscoitos do mundo ficou em segunda posição com US\$ 18,143 milhões.

Tabela 30. Exportação Brasileira de Biscoitos para os 10 Principais destinos – Ano 2014

Países de destino	Bolachas e Biscoitos		Waffles e Wafers		Outras Bolachas		TOTAL	
	US\$ FOB	PESO KG	US\$ FOB	PESO KG	US\$ FOB	PESO KG	US\$ FOB	PESO KG
Angola	12.198.137	7.303.955	14.674.024	7.313.098	913.056	588.729	27.785.217	15.205.782
Estados Unidos	11.343.170	2.338.976	6.429.280	3.112.665	371.351	81.733	18.143.801	5.533.374
Paraguai	9.591.333	5.829.806	5.390.037	2.365.426	608.666	269.896	15.590.036	8.465.128
Uruguai	5.495.992	3.458.357	4.511.962	2.121.607	1.904.153	1.182.166	11.912.107	6.762.130
Cuba	2.269.023	968.482	1.102.470	393.566	9.246	3.623	3.380.739	1.365.671
Chile	339.353	138.619	2.572.843	1.125.735	8.960	1.616	2.921.156	1.265.970
Moçambique	796.561	411.763	613.531	306.608	78.186	26.651	1.488.278	745.022
Venezuela	608.060	202.340	868.404	242.993	7.618	2.217	1.484.082	447.550
Bolívia	566.796	340.772	578.308	219.015	102.328	38.724	1.247.432	598.511
Portugal	756.016	341.678	458.950	218.313	1.362	384	1.216.328	560.375

Fonte: ABIMAPI, Alice Web / Secex / Mdic.(2016).

No sentido destas relações externas, encontramos a importância da América do Sul para o setor, as exportações de biscoitos, tiveram crescimento para os países da região, transformando estes destinos em seu principal mercado, a soma do grupo de países composto por Paraguai, Uruguai, Venezuela, Chile e Bolívia perfazem um total de U\$ 33,154 Milhões em exportação de Biscoitos.

Um ponto a ser observado quanto às exportações de biscoitos e seus principais destinos, está nas características específicas dos produtos. Embora se tenha exportado para a Angola aproximadamente U\$ 27,785 Milhões, seu volume total foi de 15.205 Toneladas, quando comprado com os Estados Unidos da América, este valor passa para U\$ 18,143 Milhões e seu volume para somente 5.533 toneladas. Estes valores tendem a expressar uma maior agregação de valor nos produtos exportados, para o segundo destino em relação ao primeiro.

As exportações de *Waffle* e *Wafers*, produtos de maior valor agregado dentro da indústria de biscoitos, representavam para Angola com destino em 2002 um faturamento em vendas de US\$ 45,414 mil, colocando o país em 21º colocado quanto ao destino para este segmento. Atualmente exporta-se para Angola nada menos que US\$ 14,674 Milhões nesta categoria de produto, o que o coloca como principal destino. Em comparação do que se exportou para os Estados Unidos a cifra de US\$ 2,032 Milhões contra US\$ 6,429 Milhões, respectivamente no mesmo período (ver Tabela 31 e 32).

Para as exportações de Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes, categoria com maior expressão em faturamento e vendas, o comportamento se deu de forma semelhante ao caso anterior, as exportações para Angola cresceram continuamente nos últimos doze anos, passando de US\$ 621.394 mil em 2002 para atingir em 2014 o valor de US\$ 12,198 Milhões em exportações somente para este segmento.

Tabela 31. Destinos das exportações brasileiras de Biscoitos - *Waffle* e *Wafers* - Ano 2002

País	US\$	Kg Líquido
Estados Unidos	2.032.873	1.521.291
Portugal	1.129.499	1.353.989
Uruguai	992.524	952.079
Venezuela	888.528	624.197
Paraguai	585.660	546.475
Equador	516.491	191.628
Japão	329.774	236.772
El Salvador	265.598	190.313
Bolívia	244.897	174.312
Colômbia	242.883	172.925
Chile	177.491	141.552
Austrália	170.624	115.290
Peru	84.227	66.186
Argentina	75.952	36.322
Romênia	59.013	45.271
Porto Rico	58.484	37.874
Outros	676.986	478.685
Total	8.531.504	6.885.161

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Dentro da indústria de biscoitos, estes dois segmentos de produtos - *Waffle* e *Wafers* e Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes - tornaram-se os produto líderes em faturamento e volume exportado.

Tabela 32. Destino das exportações brasileiras de Biscoitos - Waffle e Wafers
Ano 2014

País	US\$	Kg Líquido
Angola	14.674.024	7.313.098
Estados Unidos	6.429.280	3.112.665
Paraguai	5.390.037	2.365.426
Uruguai	4.511.962	2.121.607
Chile	2.572.843	1.125.735
Cuba	1.102.470	393.566
Argentina	993.324	429.319
Venezuela	868.404	242.993
Colômbia	681.630	228.641
Moçambique	613.531	306.608
Bolívia	578.308	219.015
Portugal	458.950	218.313
Trinidad e Tobago	427.429	166.371
Japão	350.675	116.943
Porto Rico	282.117	122.177
Peru	278.250	80.187
Outros	3.320.498	1.350.088
Total	43.533.732	19.912.752

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

O crescimento nas exportações de *Waffle* e *Wafers* foi de aproximadamente 410%, passando de US\$ 8,531 milhões em 2002 para atingir US\$ 43,533 Milhões no ano de 2014, enquanto o crescimento com as exportações de Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes no período entre 2002 e 2014 foi de aproximadamente 230%, passando de US\$ 14,534 milhões para US\$ 48,221 milhões (ver Tabela 31 e 32).

Tabela 33. Destino das exportações brasileiras de Bolachas e Biscoitos com
Edulcorantes Biscoitos Ano 2002

País	US\$	Kg Líquido
Paraguai	4.470.491	6.750.468
Venezuela	2.071.608	1.651.680
Japão	1.512.727	1.787.777
Uruguai	1.030.241	1.470.437
Estados Unidos	1.022.369	867.538
Angola	621.394	730.819
Austrália	401.527	352.232
Colômbia	396.988	326.494
Cuba	371.332	251.794
Reino Unido	292.829	318.734
Haiti	231.488	193.166
Chile	196.598	169.874
Portugal	191.564	212.301
Taiwan (Formosa)	152.201	158.632
Equador	146.892	114.228
Outros	1.423.831	1.478.084
Total	14.534.080	16.834.258

Fonte: SISTEMA ALICEWEB MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Tabela 34. Destino das exportações brasileiras de Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes Ano 2014

País	US\$	Kg Líquido
Angola	12.198.137	7.303.955
Estados Unidos	11.343.170	2.338.976
Paraguai	9.591.333	5.829.806
Uruguai	5.495.992	3.458.357
Cuba	2.269.023	968.482
Moçambique	796.561	411.763
Portugal	756.016	341.678
Venezuela	608.060	202.340
Bolívia	566.796	340.772
Colômbia	413.917	144.823
Chile	339.353	138.619
Cabo Verde	304.772	162.521
Peru	234.007	63.529
República Democrática do Congo	216.531	104.054
Argentina	186.901	103.429
Guiné Equatorial	169.122	82.938
Outros	2.732.005	1.212.178
Total	48.221.696	23.208.220

Fonte: SISTEMA ALICEWEB - MDIC (2016). Elaborado pelo autor.

Um fato a ser observado diante dos dados expostos sobre as exportações de *Waffle* e *Wafers* é que para o ano de 2002 o número de destinos apontados pelo MDIC (2016) era de aproximadamente cinquenta países, enquanto que em 2014 este número é de oitenta e seis países, enquanto que para as exportações de Bolachas e Biscoitos com Edulcorantes, eram de cinquenta e oito e passou para oitenta países, respectivamente entre 2002 e 2014. Estes números confirmam um crescimento também quanto à ampliação dos parceiros comerciais, inserindo assim novos destinos para as exportações brasileiras de Biscoitos no decorrer do período analisado. Uma evidente mudança de direção nas exportações brasileiras de Biscoitos ocorre no período analisado.

Quanto ao mercado de massas alimentícias, a aproximação com a Venezuela tornou este país o principal mercado mundial para as exportações brasileiras de massas, somente em 2014 este destino foi responsável por U\$ 18,032 milhões em vendas.

Tabela 35. Exportações Brasileiras de Massas Alimentícias 2014 –
10 Principais Destinos

Países de Destino	US\$ FOB	PESO
Venezuela	18.032.402	19.924.380
Estados Unidos	2.118.552	571.778
Chile	1.670.417	730.826
Paraguai	1.524.511	916.020
Portugal	740.932	229.924
Bolívia	390.063	333.309
Argentina	249.047	71.330
Cabo Verde	191.668	193.851
Uruguai	173.827	110.624
Japão	142.328	58.364

Fonte: ABIMAPI, Alice Web / Secex / Mdic. (2016).

Conforme a Tabela 35, a Venezuela representou aproximadamente 71% das vendas totais para os dez principais destinos para aquele ano. Além desta expressiva participação da Venezuela, a América do Sul possui seis países entre os dez principais destinos de exportações de massas e cinco países entre os principais destinos para exportação de biscoitos em 2014. Ainda que a participação nas exportações de massas seja reduzida em relação ao mercado interno, observa-se a ampliação de plantas produtivas e linhas de produção dedicadas ao mercado externo, bem como estruturas administrativas focadas para os mercados internacionais.

4.4 Síntese e Conclusão do Capítulo IV

Embora o crescimento das exportações no período contasse tanto com uma conjuntura favorável a exportação de alimentos processados e semiprocessados, como as *commodities*, o setor ainda contou com o apoio de instrumentos importantes, criado em parceria com a iniciativa privada e as instituições do Estado ligadas ao comércio exterior, destinados especificamente ao setor de biscoitos e massas alimentícias. Esta condição auxiliou por certo na abertura de novos mercados para estes produtos, rompendo com certa preferência histórica a determinados setores ou produtos com viés exportador.

Podemos considerar, a partir das análises, que a grande empresa possui certa tendência ao mercado externo, sobretudo quando da aplicação do capital em uma nova

base técnica, possibilitando o crescimento de seu volume produzido. Assim, no estágio da grande indústria mecanizada, como observado por Lênin (1982 [1889]), no final do século XIX, o que ocorre é a ampliação da produção rumo a um mercado interno e externo cada vez mais amplo.

Podemos considerar a importância do processo histórico de formação do próprio mercado interno como base para o desenvolvimento da indústria atual, garantindo a possibilidade de penetração das indústrias no mercado externo, sobretudo, das grandes indústrias que lideram o mercado nacional, uma vez que, “a eficiência do sistema de produção capitalista, na era das unidades de grande escala, foi muito maior do que na época anterior de empresas pequenas e médias. Trata-se de fato de comprovação estatística”. (SCHUMPETER, 1984/1942, p. 231).

Diante disto, as reestruturações técnico-produtivas, novas estratégias empresariais, os movimentos patrimoniais de fusão e aquisição criaram as condições materiais para a oferta dos produtos no mercado tanto interno, quanto externo.

Considerações Finais

Ao analisar o Complexo Agroindustrial Triticola, debruçando-se sobre os aspectos históricos, políticos e econômicos dos principais elos de sua cadeia, como produção agrícola, indústria de primeiro processamento e a indústria de alimentos finais, observam-se as relações de uma cadeia complexa, do ponto de vista da relação entre insumos e produtos finais.

Esta complexidade encontra-se, sobretudo a atuação do Estado com políticas cíclicas sobre o setor na qual produziram, ao longo da história recente, efeitos diversos sobre diferentes setores da cadeia produtiva. O parque industrial, embora remonte uma história empresarial associada à própria migração do século XIX e o papel deste elemento social na formação das empresas, apresenta um crescimento, uma modernização e expansão recente, fruto, sobretudo, de expectativas e das condições concretas que se deram nas últimas duas décadas.

A estrutura de demanda, formada ao longo do processo de industrialização e urbanização do país, foi ampliada com a estabilização da moeda ao longo da década de 1990 e consolidou-se no período recente principalmente pela inserção de uma nova parcela da população na economia, com ampliação do emprego e da renda, além de um conjunto de políticas sociais inclusivas. Neste período, a ampliação do consumo foi impulsionada puxando as expectativas de investimento pela indústria. Estas por sua vez, foram ao encontro das condições oferecidas pelo Estado para realização dos investimentos, uma vez que a expansão verificada em determinadas indústrias não se deu de forma orgânica, mas sim, pelo financiamento ou auxílio do Estado.

Consideramos também que as condições enfrentadas pela indústria podem ser replicadas na produção primária, quando analisamos os dois momentos da história entre 1990 e 20015. Embora a produção tritícola ainda seja insuficiente para suprir o consumo interno no Brasil, o setor encontrou condições de ampliar a produtividade e elevar a participação na oferta total de trigo. A produção primária enfrentou desde muito, pressões para ceder a importações. O que fica evidente é tanto a busca pela pesquisa e o incentivo à produção, quanto à dissolução e a ampliação de relações externas que favorecem a exportação do grão em excedente pelos países desenvolvidos, entretanto, a migração da produção agrícola de trigo para terras mais ao norte, a exemplo das áreas cultivadas no Paraná, que hoje lideram a produção de trigo no país,

associadas a ajustes nos créditos rurais, permitiram um aumento e equilíbrio na produção de trigo no Brasil.

A dependência de matéria-prima importada, embora condicionada às oscilações de produção agrícola, a política de câmbio vigente e desenvolvimentos de mercados comuns sem alíquotas de exportação, parecem não terem sido fatores limitantes ao crescimento do setor, sobretudo a partir dos anos 2000. A adequação paulatina realizada na década de 1990 às condições conjunturais, e mais acelerada a partir dos idos de 2000 criou uma estrutura produtiva capaz de desenvolver um parque industrial moderno e competitivo.

Os ajustes realizados colaboraram para atender a demanda por trigo induzida pela ampliação do consumo. A mudança nos hábitos alimentares de nossa sociedade se acelera com a industrialização e urbanização do país, principalmente a partir da década de 1970, porém, podemos afirmar que é a partir de 1990 que o alimento industrializado se tornou mais acessível, tanto pela redução do preço, quanto pela estabilização da moeda, dentro de um processo evolutivo de ampliação da renda do trabalhador a partir dos idos de 2000.

Apresentamos no trabalho os dados que confirmaram o crescimento em vendas da indústria de alimentos como um todo no Brasil, bem como, da indústria de derivados de trigo, que ao passar também por esta transição, presenciou ao longo das décadas a redução no hábito do consumo final de farinha de trigo e a ampliação do consumo *per capita* dos alimentos industrializados como biscoitos e massas alimentícias. Aqui a mudança no perfil populacional, através da transição de uma população rural para uma urbana e industrial, contribuiu para a mudança no padrão de consumo alimentar no mercado interno e para a própria formação deste.

As condições estruturais e conjunturais criaram assim, um conjunto sólido e competitivo de indústrias, que através de diferentes estratégias atuam no mercado com uma ampla oferta de produtos. Se a diferenciação foi estratégia dos moinhos para sobreviver ao mercado competitivo que se estabelece a partir dos anos 1990, a diversificação aparece como uma das características atuais do setor frente a uma demanda composta por diferentes estratos de renda e distribuída por diferentes mercados regionais. Diante disto, as indústrias vêm cada vez mais tendo de atuar em economias de escala e escopo.

A distribuição espacial da indústria apresentada no decorrer do trabalho está ancorada por condições geográficas relacionadas à produção primária, mas também pelos diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas e da própria sociedade em cada período histórico. A proximidade com as primeiras e maiores áreas de produção agrícola de trigo, sobretudo na região Sul e nas fronteiras com a Argentina, país responsável por maior percentual de trigo importado pelo Brasil, deu origem a grande quantidade de moinhos e indústrias no início do século XX. Por outro lado, a proximidade com os maiores mercados consumidores, como a região Sudeste favoreceu a concentração de um grande número de indústrias tradicionais. Encontramos também as grandes plantas industriais, tanto em moagem, quanto em produção de alimentos derivados de trigo, no Nordeste. Nesta região o mercado consumidor também aparece como elemento de expansão das indústrias, bem como a proximidade com o litoral e a facilidade da implantação de portos e terminais destinados ao recebimento de trigo, apresentando forte integração vertical e horizontal dos processos produtivos.

Nas décadas recentes o padrão de consumo tem se alterado rapidamente, as mudanças na economia e no padrão de renda da sociedade trouxeram novas determinações para as decisões ou estratégias de localização.

Assim, os elementos que em dado tempo e espaço, caracterizavam os fatores de produção e determinavam a localização, acabam por sofrerem alterações, uma vez que a empresa acaba por adotar novas técnicas e estratégia quanto à produção, distribuição e comércio de seus produtos.

As fusões e aquisições dentro dos grupos nacionais se acentuaram, tanto moinhos quanto indústrias de biscoitos e massas alimentícias que têm sido adquiridas por grupos de diferentes regiões, apresentando um tipo de concorrência oligopolista, tanto por novos mercados e seus canais de distribuição consolidados, quanto por diferentes perfis de produtos e consumidores. Assim, marcas consagradas são incorporadas oferecendo vantagens competitivas ao grupo adquirente. Estas estratégias alteram a geografia da produção e do comércio de biscoitos e massas alimentícias no Brasil, incorporando novos fatores determinantes quanto à localização.

Assim como os movimentos patrimoniais entre grupos nacionais vêm ocorrendo de forma acentuada, fusões e aquisições por grandes grupos multinacionais também foram evidenciadas, principalmente no setor de biscoitos, embora a liderança seja de uma empresa nacional, o mercado se encontra dividido entre diferentes multinacionais.

O mercado interno de massas alimentícias tem situação diferente é composta por

um oligopólio nacional, condição que exerce certa barreira à entrada a grupos estrangeiros, uma vez que estes produzem também para marcas de outros países, tanto para exportação quanto para venda no mercado nacional.

A análise da distribuição geográfica do comércio exterior de biscoitos e massas alimentícias aborda elementos quanto à política externa do período compreendido entre 2003 e 2015, mostra a mudança de eixo quanto a busca e efetivação de parceiros comerciais, retratando a capacidade produtiva da indústria de biscoitos e massas alimentícias e suas estratégias quanto à ampliação do mercado via exportações.

O crescimento nas exportações, embora relativo a uma indústria específica e não ao conjunto absoluto das exportações nacionais, retratam um setor que apresenta competitividade, principalmente quando aliado a uma conjuntura de fortalecimento do mercado interno e de busca por alternativas externas que visem ampliação de diferentes mercados e que garantam a expansão da atividade produtiva como forma de reprodução do capital.

Conforme visto, as condições no qual a produção primária e a indústria nacional cresceram, foram aquelas em que a presença do Estado se fez perceptível em diferentes níveis de atuação, assim o período de maiores investimentos do capital privado na realização de sua capacidade inovadora, quanto empresa, coincide com os melhores níveis de renda e de consumo da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA). Disponível em: <http://www.abia.org.br/vsn/>. Consultado em Dez. 2015.

Associação Brasileira das Indústrias de Massas Alimentícias, Pães e Bolos Industrializados (ABIMAPI). **Anuário 2015**. São Paulo, Editora Definição. 2015.

_____. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.abimapi.com.br/estatistica-biscoito.php>. Consultado em Mar. 2016.

Associação Brasileira das Indústrias de Trigo (ABITRIGO). Disponível em: www.abitrigo.com.br. Consulta em Mar. 2016.

AMORIM, C. **Conversas com Jovens Diplomatas**. São Paulo: Benvirá, 2011.

_____. **Segurança Internacional: Novos Desafios para o Brasil**. Contexto Internacional (PUC) Vol. 35 no 1 – jan/jun 2013.

_____. **A Política Externa Brasileira no governo do Presidente Lula (2003-2010): uma visão geral**. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (*special edition*): 214-240 [2010].

BELIK, W. **AGROINDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL: Elementos para uma avaliação**. Caderno de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.11, nº 1/3. 1994.

_____. **Muito além da porteira – Mudança nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2001.

BELLUZO, L. G. **O Capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BNDES. **Panorama das importações de trigo no Brasil**, Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3411.pdf. Acesso em: Março de 2016.

_____. **CADEIA PRODUTIVA DO TRIGO**. Biblioteca digital. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1806.pdf. Acesso em: Março de 2016.

BENINI, R. A.; BACHA, C. J. **Análise das políticas públicas para produção e abastecimento de trigo no Brasil 2010**. ESALQ/USP, PIRACICABA - SP - BRASIL.

BRASIL: **ELEMENTOS PARA UMA AVALIAÇÃO**, Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.11, n.1/3, p.58-75, 1994.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Novo Desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil**. Nueva sociedade Especial em Português, 2010.

BRUM, A.L.; Da Luz, C.; Da Silva, C.V.; Kettenhuber, P. **A COMPETITIVIDADE DO TRIGO BRASILEIRO DIANTE DA CONCORRÊNCIA ARGENTINA. O COMÉRCIO INTERNACIONAL E A COMPETITIVIDADE PELO CUSTO DE PRODUÇÃO**. Revista Galega de Economía, vol. 14, núm. 1-2 (2005).

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**. Ijuí: Vozes, 1988.

CAMPOLINA, B.; DINIZ, C. C. **Crise global, mudanças geopolíticas e inserção do Brasil**. *Brazilian Journal of Political Economy* 34 (4), 2014.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/>

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. **ESTUDO DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**. Campinas: Papirus, 1994.

DICKEN, Peter. **Mudança Global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Tradução de Teresa Cristina Felix de Sousa. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

EMBRAPA. **Trigo em Números**. Elaboração EBRAPA Trigo/socioeconomia. Janeiro de 2014. Disponível em: http://www.cnpt.embrapa.br/pesquisa/economia/2014_01_TRIGO%20em%20numeros.pdf. Consultado em: Nov. 2016.

ESTADÃO ECONOMIA. Jasmine, de produtos saudáveis, é vendida a farmacêutica japonesa. **28/08/2014**. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,jasmine-de-produtos-saudaveis-e-vendida-a-farmaceutica-japonesa-imp-,1550824>. Consultado em: Out. 2016.

FRESCA, Tânia Maria. **Rede urbana e divisão territorial do trabalho**. Geografia (Londrina) v. 19 n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>. Consultado em Jan. 2017.

Food and Agriculture Organization (FAO). Disponível em <http://faostat3.fao.org/download/T/TP/S>.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**, 27^a ed. São Paulo: Publifolha, 1976/2000.

HASSE, G. **A Rainha do Agronegócio**. São Paulo. Coruja, 2011.

HOBBSAWN, E. **Da Revolução Industrial ao Imperialismo**. Rio de Janeiro. Forense, 2004 [1978].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - **Pesquisa Industrial Anual**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Consultado em Abril de 2016.

JACOBSEN, L. A. **Trigo** – Porto Alegre: EMATER/RSASCAR, 2003. 42 p. – (Série Realidade Rural; n.32)

JÚNIOR, S. F.; GOMES, M. F. **Ajustamentos nas agroindústrias de biscoitos e massas alimentícias no Brasil, 1995 a 2001**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.44 n.º.1 Brasília Jan./Mar. 2006

KIRCHNER, Ana Maria. **J. Macedo, grande grupo moageiro brasileiro** in DALLA COSTA, A; FERNANDES, A; SZMRECSÁNYI, T. (orgs.). Empresas, empresários e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2008.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAMIGONIAN, A; Rego, J. M. (orgs). **A história da dualidade Brasileira** in O Pensamento de Ignácio Rangel, São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. **INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE IGNÁCIO RANGEL**. GEOSUL – N.º 3 – 19, 1987.

_____. **Teorias sobre a Industrialização Brasileira**. Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências

Humanas. Departamento de Geociências – Ano II nº. 2 Florianópolis: Imprensa Universitária, 2000.

MDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - ALICEWEB. Disponível em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.

M. Dias Branco. Disponível em: <http://ri.mdiasbranco.com.br/> Consultado em Ago. 2016.

MEDEIROS, Marlon Clovis. **A geografia Econômica do Setor Agroalimentar Brasileiro: investimentos, recursos ociosos e dinâmica cíclica (1990 – 2007)**. São Paulo, 2009. 245 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo

_____. **A geografia do consumo de alimentos e a dinâmica do setor agroalimentar brasileiro**. Cadernos Geográficos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências – nº 23. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2010.

_____. **INDUSTRIALIZAÇÃO E AGRICULTURA. O complexo Agroindustrial do Arroz de Santa Catarina**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

PENROSE, E. **A teoria do crescimento da firma**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006/1959.

PNAD 2014. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Consultado em Jan. 2017.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, (v.1).

_____. **Esta crise não se administra**. Revista de Economia Política, Vol. 3, nº 3, julho-setembro/1983.

REVISTA EXAME. **Pepsico anuncia em breve aquisição da Mabel por R\$ 800 mi, diz fonte. 09/11/2011**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/pepsico-anuncia-em-breve-aquisicao-da-mabel-por-r-800-mi-fonte/>. Consultado em Ago. 2016.

_____. **Kellogg Company compra dona da Parati, de biscoitos**. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/kellogg-company-compra-dona-da-parati-de-biscoitos/> Consultado em Out. 2016.

Revista Globo Rural. **EUA responderam por 41,9% das importações de trigo do Brasil.** Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT345360-18077,00.html>. Consultado em Abr. 2016.

RODRIGUES, R. I. **Empresas Estrangeiras e Fusões e Aquisições: O Caso Dos Ramos de Autopeças e de Alimentos e Bebidas em Meados dos Anos 90.** IPEA, Texto para Discussão nº 622. Janeiro de 1999.

ROSSI, R.M.; NEVES, M.F. **Estratégias para o trigo no Brasil.** PENSA/UNIEMP, São Paulo. Editora Atlas, 2004.

SAMPAIO, F. S. **Made in Brazil, dinâmica sócio-espacial da indústria citrícola paulista.** Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método** in SANTOS, Milton (org.) Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, V. M. **A regulação do mercado brasileiro de trigo.** São Paulo: Editora da Universidade da universidade de São Paulo, 1992.

SOUZA, S. A. M; GONÇALVES, J. S. **COMÉRCIO EXTERIOR NO PERÍODO 1997-2007: o que importa para a agricultura.** Informações Econômicas, SP, v.38, n.9, set. 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982/1911.

_____. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984/1942.

STANDGE, T. **Uma história comestível da humanidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SOUZA, N. A. **Economia Brasileira Contemporânea. De Getúlio a Lula.** São Paulo, Atlas. 2007.

TAVARES, M. C. **da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

USDA. United State of Department Agriculture. **Production, Supply and Distribution.** Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>. Consultado em Jan. 2017.

VALOR ECONÔMICO. **Arcor e Danone fecham fusão na área de biscoitos.**
02/04/2004. Disponível em:
<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2004/04/02/ult1913u5321>. Consultado
em: Out. 2016.

WILKINSON, J. **O futuro do sistema alimentar.** São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Da Lavoura às Biotecnologias.** Rio de Janeiro: Campos, 1990.